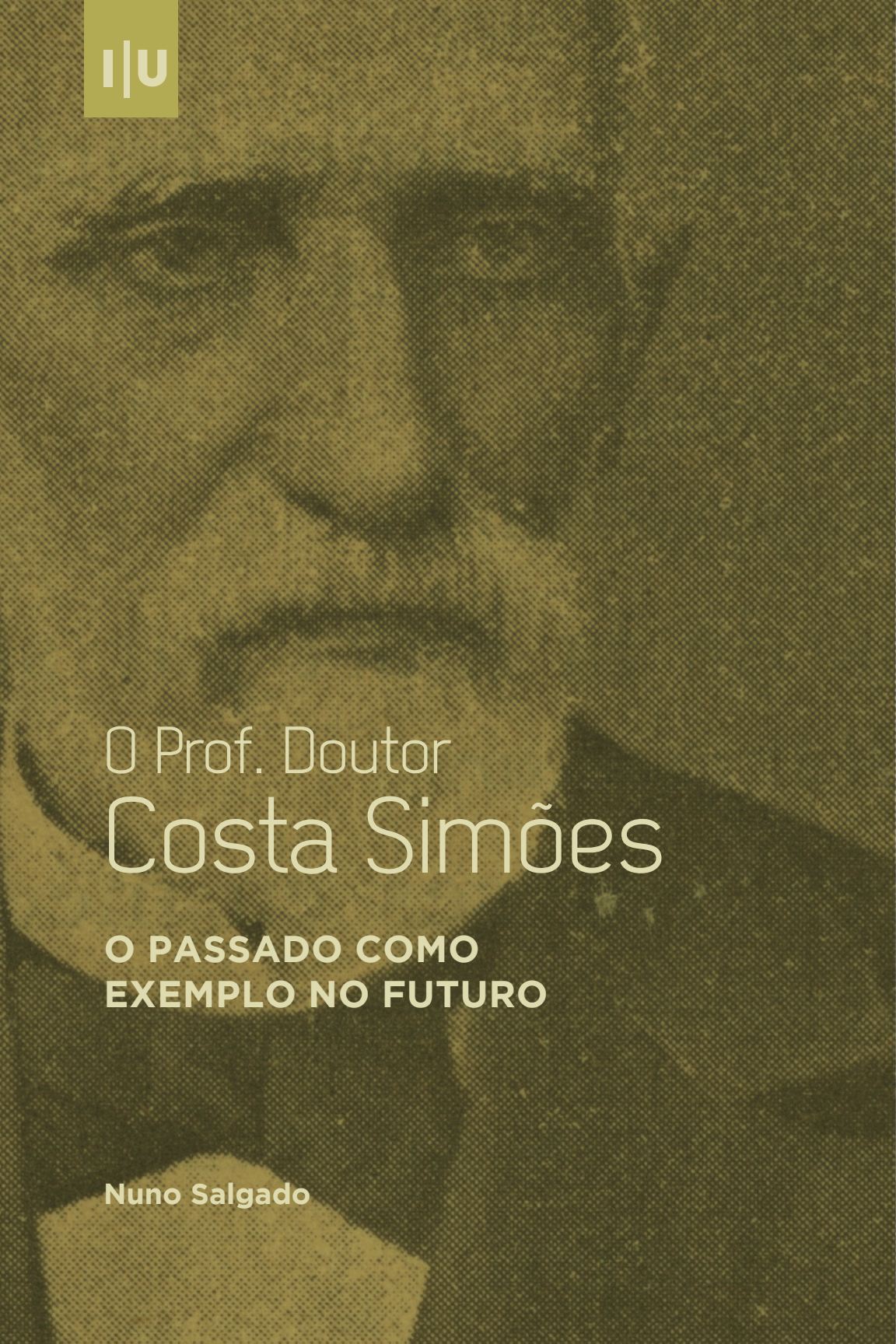


The logo consists of the lowercase letters 'i' and 'u' in a white, sans-serif font, separated by a vertical bar. It is positioned in the top left corner of the cover.

i|u

The background of the cover is a halftone portrait of a man, identified as Prof. Doutor Costa Simões. The portrait is rendered in shades of olive green and brown, with a fine dot pattern. The man is shown from the chest up, wearing a dark suit jacket and a light-colored shirt. His eyes are closed or looking down, and he has a slight smile.

O Prof. Doutor
Costa Simões

**O PASSADO COMO
EXEMPLO NO FUTURO**

Nuno Salgado

Trata-se de um estudo monográfico do autor sobre o Prof. Doutor António Augusto da Costa Simões, que foi professor catedrático da Faculdade de Medicina e reitor da Universidade de Coimbra e a personalidade mais rica e de maior vulto que, ao longo dos séculos, nasceu e viveu no concelho da Mealhada e uma das mais resplandcentes, com projeção nacional e internacional, que passaram pela intelectualidade da cidade de Coimbra, que, além de ser palco e feitora da sua formação, foi também a principal beneficiária de toda a sua obra, atividade científica e académica. Este estudo, dedicado ao homem e à obra de Costa Simões, está dividido em seis capítulos: no primeiro, são traçadas as origens familiares de Costa Simões e a descendência de seus pais e irmãos até à atualidade, visto o Mestre ter falecido solteiro e sem filhos; no segundo capítulo, epigrafado “O académico, o investigador e o cientista”, trata o autor de toda a evolução da diversificada e magnificente atividade científica de Costa Simões, consubstanciada em 56 obras publicadas, e a razão porque foi considerado, na época, o primeiro histologista e fisiologista português e o verdadeiro fundador da primeira escola experimental em Portugal; no terceiro capítulo, é referenciada uma das mais relevantes facetas da personalidade e obra de Costa Simões, que é a de “reformador”, de que foram os principais beneficiados os concelhos de Mealhada, Coimbra e Ansião; no capítulo quarto, é exposta a atividade política de Costa Simões, pela qual, aliás, não denotou grande apetência, tendo, mesmo assim, exercido as funções de presidente de Câmara Municipal de Coimbra e de Membro do Parlamento Português, de que foi vice-presidente; no capítulo quinto, é referida a sua atividade enquanto reitor da Universidade de Coimbra, donde foi afastado por motivos políticos, derivados do turbilhão do rotativismo, na época, entre Regeneradores e Progressistas da Monarquia Constitucional, de que foi expoente destes últimos o cons. José Luciano de Castro; no capítulo sexto, designado por “epílogo”, são relatadas algumas das vicissitudes da vida de Costa Simões depois de se ter refugiado na sua residência, na Mealhada; em “apêndice” ao estudo monográfico, são relatadas as homenagens prestadas ao Mestre, no primeiro quartel após a sua morte e no centésimo aniversário após o seu decesso.

I|U

O Prof. Doutor
Costa Simões

**O PASSADO COMO
EXEMPLO NO FUTURO**

Nuno Salgado

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

DESIGN

Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-2577-5

EISBN

978-989-26-2578-2

DOI

10.14195/978-989-26-2578-2

DEPÓSITO LEGAL

527706/24

© 2023. IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

I|U

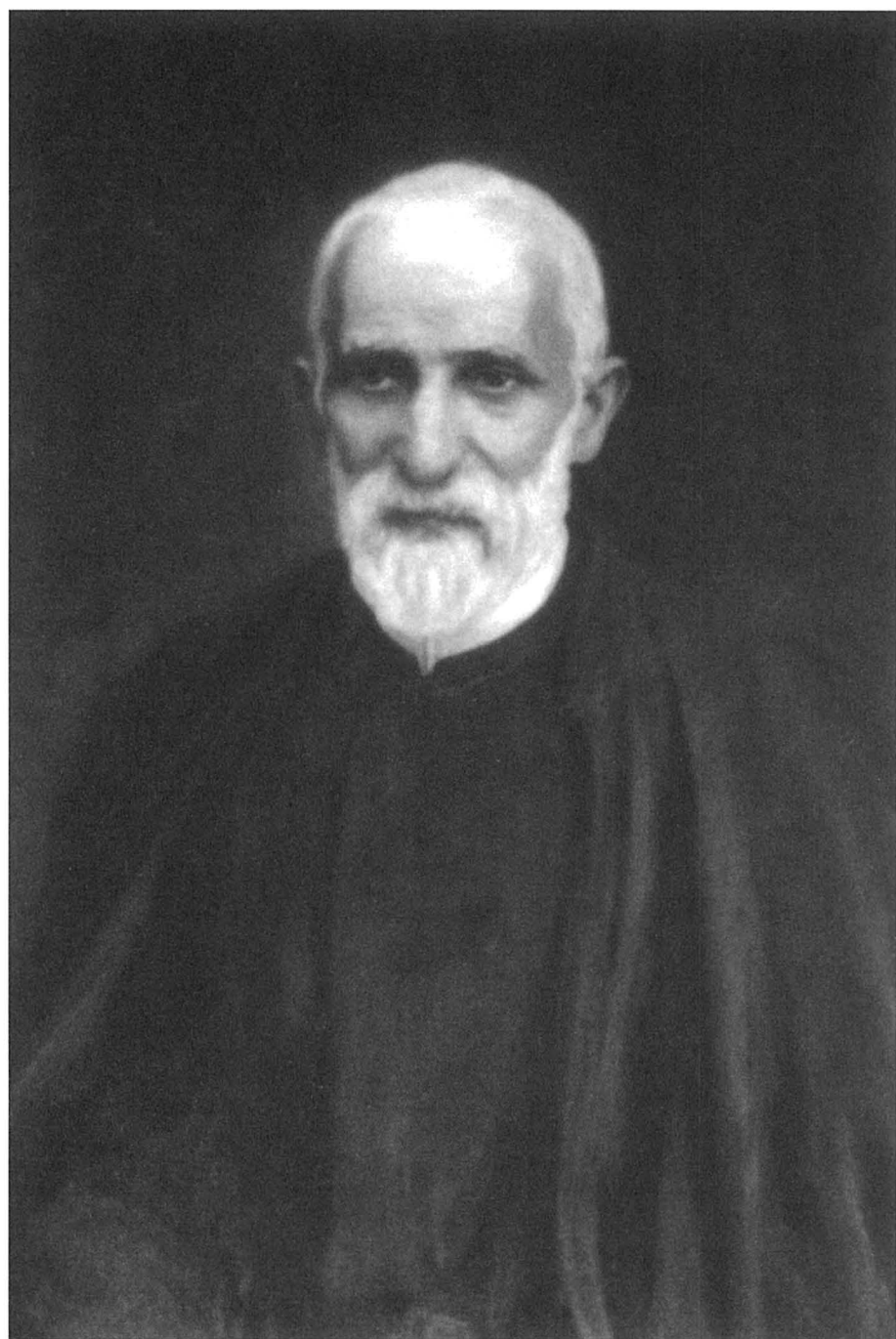
O Prof. Doutor
Costa Simões

**O PASSADO COMO
EXEMPLO NO FUTURO**

Nuno Salgado

Índice Geral

Nota de Abertura...	9
Prefácio	13
O Homem e a obra	17
1. A sua génese e evolução familiar	17
2. O académico, o investigador e o cientista	24
3. O reformador	35
4. O político	80
5. O reitor	85
6. Epílogo	90
7. Agradecimentos	96
Apêndice	99
Homenagens ao Professor Costa Simões	99
Catálogo da exposição	123



nota de abertura

Consideramos o Prof. Costa Simões o maior vulto do concelho da Mealhada, onde nasceu, e, aprofundando o conhecimento da sua obra em Coimbra, chegamos à conclusão de que não desmerecerá, se o compararmos com os maiores homens da nossa Lusa-Atenas.

Comemorando-se em 26 de Novembro de 2003 um século sobre a sua morte, entendeu a Associação de Aposentados da Bairrada, oportuno e necessário, lembrá-lo, pois sentimos que nem “a sua presença”, no baixo-relevo da porta principal da Faculdade de Medicina tem sido suficiente para ser conhecido, e reconhecido, por todos quantos diariamente ali passam...

Em prazo muito curto para investigar, o Juiz Conselheiro Dr. Nuno Salgado consegue mostrar-nos quão importante foi para Coimbra o “Velhinho”, como era carinhosamente tratado pelos “seus estudantes”.

A Reitoria da Universidade de Coimbra aderiu à nossa iniciativa, assumindo o encerramento deste ciclo de um ano de comemorações, dando assim o maior relevo ao programa geral.

A publicação do texto do Juiz Conselheiro, Dr. Nuno Salgado “O PROF. DOUTOR COSTA SIMÕES: O PASSADO COMO EXEMPLO NO FUTURO” e o catálogo da exposição realizada na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral, coordenada pela Dr.^a Maria da Graça Pericão, da Biblioteca da Faculdade de Medicina, são o culminar de uma “lembrança” que a Associação de Aposentados da Bairrada agradece reconhecida.

26 de Novembro de 2003

J. A. BRANQUINHO DE CARVALHO

prefácio

Em 2002, ano que precedeu o do 1.º centenário do falecimento do Prof. Doutor António Augusto da Costa Simões, o Dr. José Andrade Branquinho de Carvalho, residente em Antes, do concelho de Mealhada, médico já aposentado, mas sempre atento aos sinais dos tempos, quer sejam os do presente, quer os do passado, do seu concelho, despertou a atenção da novel Associação de Aposentados da Bairrada (AAB), com sede social na Mealhada, para a data que, inelutavelmente, iria ocorrer em 26 de Novembro de 2003, que era o dia em que se completavam cem anos após o desenlace do Prof. Costa Simões, na sua Quinta do Murtal, na Mealhada.

Costa Simões foi nada mais nada menos do que a personalidade mais rica e de maior vulto que, ao longo dos séculos, nasceu e viveu no concelho da Mealhada e que dificilmente será ultrapassável no futuro e uma das mais resplandcentes, com projecção nacional e internacional, que passaram pela intelectualidade da cidade de Coimbra, que, além de ser palco e feitora da sua formação, foi também a principal beneficiária de toda a sua obra, actividade científica e académica.

Apesar do vasto legado por si deixado em Coimbra e na terra que o viu nascer, aqui acompanhado de um busto e toponímia de uma rua a perpetuarem a sua memória, tudo não foram eventos suficientes para obviar que a voragem dos tempos deixasse de causar os seus naturais danos ou para impedir a obnubilação das suas gentes acerca de um passado tão sumptuoso e pujante. Haveria, pois, que fazer algo mais com o objectivo de rememorar e dar testemunho a todos os vindouros desse passado tão rico como exemplo a seguir no futuro.

Deste modo, a AAB logo abraçou o projecto do seu sócio Branquinho de Carvalho de comemorar os primeiros cem anos após a morte de Costa Simões.

A sua direcção, encabeçada, na época, pela Dr.^a Rosa Branca da Costa, deliberou constituir, no seu seio, uma comissão, que designou por Grupo de Trabalho (GT), que, a princípio, era composta pela referida dirigente, que presidia, e pelos sócios Drs. José Andrade Branquinho de Carvalho, Carlota Maria Antunes de Campos, Nuno da Silva Salgado (autor desta memória) e Prof.^a Sónia da Cunha Lopes; mais tarde, vieram juntar-se ao grupo os sócios Dr. Mário Paiva de Sousa Saraiva e a Prof.^a Corália Canas Lousado, esta última por inerência, como nova presidente eleita da direcção da AAB e que, assim, substituiu no cargo Rosa Branca da Costa, passando, desde então, a presidir ao grupo promotor das comemorações, o Dr. Branquinho de Carvalho.

Enquanto não foi substituída, foi a Dr.^a Rosa Branca quem prestou todo o apoio logístico ao GT, no que foi coadjuvada pelo sócio Manuel Teixeira, e acompanhou todos os seus elementos em todas as diligências até aí efectuadas.

Uma das primeiras preocupações do GT foi deliberar que as comemorações decorressem, durante um ano completo, de Novembro de 2002 a Novembro de 2003, e que fossem realizados actos rememorativos na Mealhada, Luso, Coimbra e, eventualmente, no Porto e ainda nos concelhos de Alvaiázere, Ansião e Figueiró dos Vinhos, que são todas terras onde Costa Simões desenvolveu trabalho efectivo, com marcas de obra socialmente relevante.

O HOMEM E A OBRA

1. A sua génese e evolução familiar

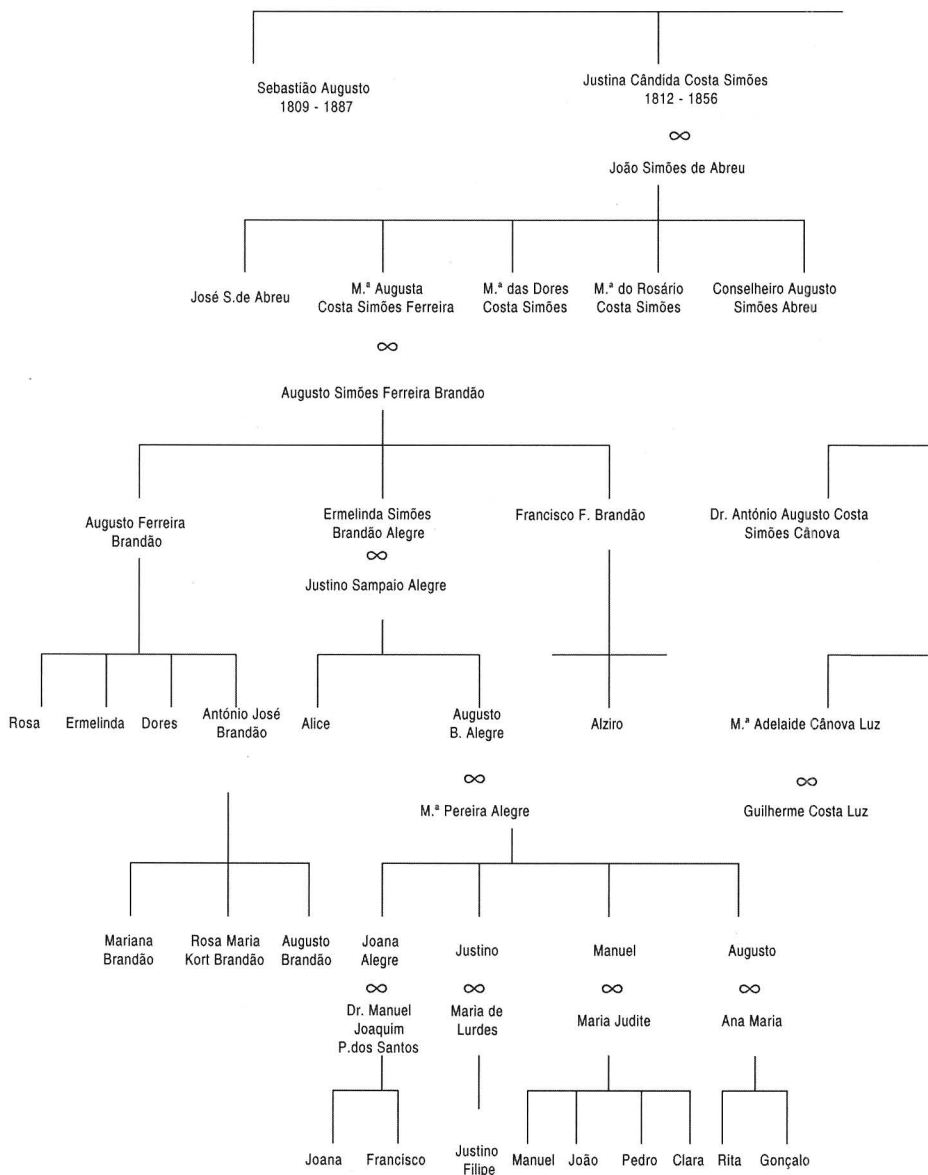
António Augusto da Costa Simões nasceu na Mealhada, mais concretamente no lugar suburbano dos Moinhos do Reconco, em 23 de Agosto de 1819.

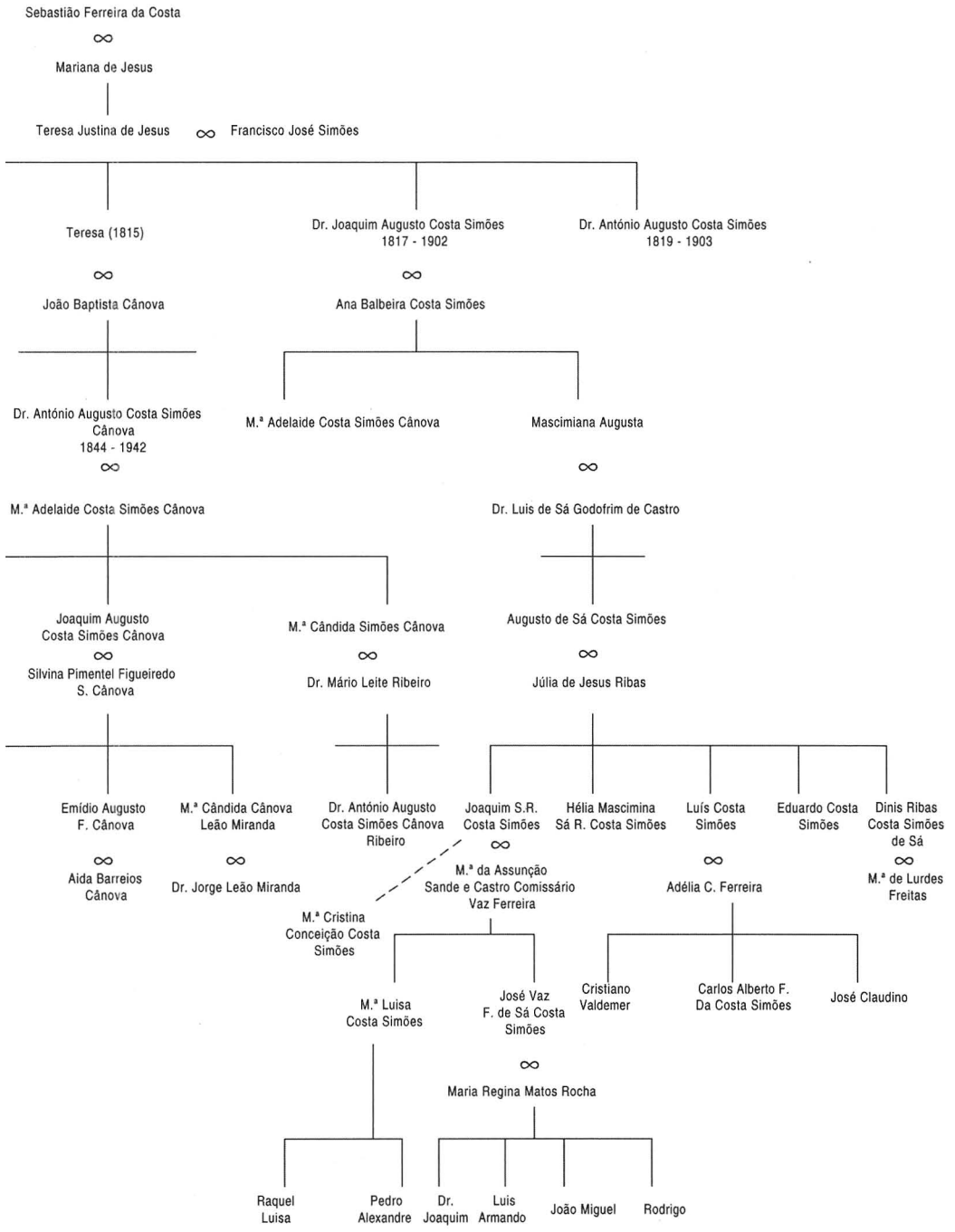
Era filho do capitão do exército Francisco José Simões e de D. Teresa Justina de Jesus, ele natural de Almofala de S. Pedro, da freguesia de Aguda, ao tempo do concelho de Maços de D. Maria e actualmente do concelho de Figueiró dos Vinhos, e ela da vila da Mealhada, então da paróquia, couto e concelho da Vacariça.

Na austeridade de procedimentos e respeitabilidade de carácter do pai e bondade da idiosincrasia da mãe, assentou toda a educação de Costa Simões, que desde cedo foi preparado para o trabalho, rectidão de comportamentos e respeito pelo dever.

Como resulta do quadro genealógico, Costa Simões, que veio a falecer no estado de solteiro, teve quatro irmãos: Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões, bacharel em direito, que foi casado com Ana Balbina da Costa Soares; Justina Cândida da Costa Simões ou Justina Cândida Simões ou Justina Cândida de Abreu Simões ou ainda Justina Augusta da Costa Simões, que foi casada com João Simões de Abreu, professor do ensino elementar; Sebastião Augusto da Costa Simões, que faleceu no estado de solteiro, e Teresa da Costa Simões, casada com João Baptista Cânova (ou Câneva).

Destes parentes apenas nos referiremos, mais pormenorizadamente, àqueles que se mantiveram por qualquer circunstância ligados à Mealhada.





Assim, do casamento do Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões com Ana Balbina da Costa Soares, que se mantiveram a residir no lugar de Almofala, da freguesia de Aguda, nasceram quatro filhos: dois com identidade que se desconhece, e ainda as filhas Maximina Augusta da Costa Simões e Maria Adelaide da Costa Simões. Esta última casou com o Dr. António Augusto da Costa Simões Cãnova (ou Cãneva), que era seu primo por ser filho único da sua tia Teresa da Costa Simões e do Dr. João Batista Cãnova. O Dr. António Augusto era licenciado em medicina e grande proprietário nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Mealhada, onde herdou bens do seu tio Costa Simões, que era também seu padrinho. Foi o último médico do partido das Cinco Vilas, do qual o Prof. Costa Simões foi o primeiro. Deste casamento nasceram três filhos: Maria Cândida da Costa Simões Cãnova Ribeiro e seus irmãos Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões, bacharel em direito, e Dr. António da Costa Simões Cãnova (Filho), licenciado em medicina. Por sua vez, a Maria Cândida da Costa Simões Cãnova casou com o Dr. Mário Leite Ribeiro, bacharel em direito, e deste casamento houve apenas um filho, o Dr. António Cãnova Ribeiro ou António da Costa Simões Cãnova Ribeiro, licenciado em medicina, falecido em 27 de Fevereiro de 1960 com apenas 36 anos de idade.

O Dr. Mário Leite Ribeiro exerceu as funções de conservador do Registo Predial de Ansião, donde pediu a sua transferência, quase no final da carreira, para a Conservatória do Registo Civil de Vila da Feira, onde se aposentou. Faleceu com 87 anos de idade, na Mealhada, em 4 de Junho de 1971, tendo deixado doação de parte dos seus bens à Filarmónica, Bombeiros Voluntários e Santa Casa da Misericórdia de Ansião, no valor de muitas dezenas de contos.

A D^a. Maria Cândida, após os falecimentos de seu marido e precoce do seu filho, fez testamento a favor da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, em 19 de Julho de 1960, de todos os seus bens, incluindo o edifício onde hoje está instalado o Lar de Idosos “Dr. António Cãnova Ribeiro”, a quem foi dada esta denominação em homenagem ao falecido filho da testadora. A Junta de Freguesia da Mealhada, em 1995, viria a atribuir o nome daquela benemérita a uma das ruas da então vila da Mealhada, antes designada por “Rua da Amoreira”, em reconhecimento de tal benemerência.

O Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões, licenciado em direito, casou com D. Silvina Pimentel Figueiredo e, desse casamento, nasceram três filhos. Faleceu em Coimbra, em 20 de Outubro de 1960, com 69 anos de idade, quando ali exercia as funções de conservador do Registo Predial.

O Dr. António da Costa Simões Cânova (Filho) era licenciado em filosofia e medicina e exerceu as funções de médico do 2.º partido do concelho de Ansião, onde faleceu na freguesia de Chão de Couce, no estado de solteiro.

Do casamento da irmã Justina Cândida da Costa Simões com o seu parente afastado João Simões de Abreu, advieram cinco filhos: José Simões de Abreu, Maria das Dores da Costa Simões, Maria do Rosário da Costa Simões, Augusto Simões de Abreu, todos estes falecidos no estado de solteiros e sem descendentes, e Maria Augusta da Costa Simões, também conhecida por Augusta Ferreira. Dos cinco filhos só o primeiro não faleceu na Mealhada, mas sim em Lisboa, onde era detentor de vários prédios urbanos, e apenas a última deixou descendentes.

O Dr. Augusto Simões de Abreu era bacharel em farmácia e, mais tarde, foi agraciado com o título de conselheiro, por ter sido Par do Reino. Foi residente na Quinta do Murtal, na casa que foi construída pelo seu tio Prof. Costa Simões e que serviu de residência deste até ao seu falecimento. Foi eleito presidente da Câmara Municipal da Mealhada no triénio de 1908-1910, cujo mandato não findou, por entretanto ter sido implantado, no nosso país, o regime republicano. Contudo, viria a ser um dos 52 cidadãos do concelho da Mealhada que subscreveram a proclamação da República nesta circunscção administrativa, no dia 7 de Outubro de 1910, juntamente com o seu primo Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova¹.

Foi no seu mandato, em 1909, que a Câmara Municipal deliberou construir o bonito chafariz, em cantaria de mármore, no Largo Municipal, junto do edifício do actual Tribunal, que mais tarde dali foi removido e que tem actualmente desencadeado movimentação popular no sentido de ali voltar a ser reimplantado pelo actual executivo camarário.

Foi igualmente no seu mandato (1909) que foi desencadeado o primeiro grande conflito entre a Câmara Municipal e a “Sociedade para o Melhora-

¹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 10 de Outubro de 1910.

mento dos Banhos de Luso”, cuja criação foi impulsionada pelo Prof. Costa Simões, e hoje “Sociedade da Água de Luso” (SAL), sobre os termos da concessão do estabelecimento termal daquela povoação, que só viria a terminar em 1916, já no período republicano, com o acordo celebrado entre aquelas duas entidades, mediante o qual a Sociedade ficaria a pagar à Câmara, como contrapartida da aludida concessão, 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais e entregues em duas prestações semestrais de 300\$000 (trezentos mil réis) cada uma.

Foi ainda o cons. Simões de Abreu que, com outros e sob a influência do seu tio, Prof. Costa Simões, exercida antes da sua morte, viria a fundar a Santa Casa da Misericórdia da Mealhada em 15 de Outubro de 1906. Foi eleito seu primeiro provedor o Dr. Alexandre de Assis Leão, jurista, residente em Barrô de Luso, do concelho da Mealhada, que não chegou a tomar posse do lugar por, entretanto, ter falecido, pelo que lhe sucedeu em tal cargo o cons. Augusto Simões de Abreu.

A sobrinha Maria Augusta da Costa Simões ou Augusta Ferreira, como também era conhecida, nasceu em Maio de 1846, no lugar da Charneca, da freguesia de Maçãs de D. Maria, actualmente do concelho de Alvaiázere. Aos 18 anos de idade veio residir para a Mealhada para junto de sua avó materna, D. Teresa Justina de Jesus, mãe de Costa Simões, e, com 21 anos de idade, casou com Augusto Simões Ferreira Brandão. Deste casamento nasceram três filhos: Augusto Ferreira Brandão, Francisco Ferreira Brandão e Ermelinda Simões Brandão Alegre. O Augusto Ferreira Brandão casou e teve quatro filhos: Rosa, Ermelinda, Dolores e António José Brandão. Das três primeiras não há descendência, só a tendo o António José Brandão, que foi governador do Banco de Portugal e secretário do ex-presidente do Conselho de Ministros, Dr. António de Oliveira Salazar, e pai do Dr. João Augusto Kort Brandão, co-fundador do partido político do CDS e ex-director da RTP.

O Francisco Ferreira Brandão emigrou para o Brasil e teve um filho, Alziro Brandão, que era conhecido pela alcunha do “Minino”, que foi jogador de futebol do Desportivo da Mealhada, na década de 1940, e muito querido das gentes da sua terra. O Francisco foi proprietário na Mealhada da “Farmácia Brandão”, que foi fundada pelo seu pai Augusto Simões Ferreira Brandão e que antes era um estabelecimento comercial de fazendas.

A Ermelinda Simões Brandão Alegre foi casada com Justino Sampaio Alegre, que eram os avós paternos da D. Joana Alegre – que é, assim, sobrinha-trineta de Costa Simões, por ser trineta da sua irmã Justina –, casada com o Dr. Manuel Joaquim Pires dos Santos, actuais proprietários da Quinta do Murtal, que foi doada à família pelo cons. Augusto Simões de Abreu, onde o Prof. Costa Simões construiu a sua casa, que habitou depois da sua jubilação de professor universitário e onde viria a falecer.

O irmão de Costa Simões, Sebastião Augusto da Costa Simões, nasceu na Mealhada em 5 de Dezembro de 1809 e, desde muito cedo, aderiu aos ideais do liberalismo. Em 1828, quando apenas tinha 18 anos de idade e D. Miguel era aclamado, pelas Cortes, rei de Portugal, alistou-se num batalhão de liberais académicos, chamado “Batalhão Académico de Coimbra”, do qual também fazia parte o Dr. Joaquim António de Aguiar, mais conhecido pelo “Mata-Frades”, que foi criado para combater as forças absolutistas, representadas por aquele monarca. Esta sua atitude e postura de vida causaram-lhe grandes dissabores. Assim, depois de ter tomado parte no combate de Cruz de Morouços, onde ficou ferido, refugiou-se no convento de Celas, em Coimbra, e, depois, no convento de Santa Cruz do Bussaco, onde esteve em perigo de vida. Denunciado, fugiu para a Mealhada e, dali, juntamente com outros companheiros, procurou juntar-se às tropas liberais comandadas por D. Pedro IV, quando estas passavam próximo de Tomar. Não conseguindo integrar-se em tais tropas, fugiu para o concelho donde era natural o seu pai e, aí, fingindo-se comprador de azeite, permaneceu escondido, acolitado por amigos da família, a quem se deu a conhecer. Voltou à Mealhada, onde permaneceu refugiado, tendo alcançado a cidade do Porto em finais de 1833, onde se incorporou no seu batalhão, que ali se encontrava sitiado pelos absolutistas. Depois de levantado o cerco ao Porto por estes, a fim de tentarem recuperar a capital, entretanto perdida a favor dos liberais, o batalhão de Sebastião Augusto travou combates em S. Mamede de Infesta e Almas da Areosa, próximo de Anadia, e dali dirigiu-se para Lisboa, em princípios de 1834, e, em seguida, para Setúbal. Depois da derrota dos absolutistas na batalha de Asseiceira, próximo de Tomar, D. Miguel retirou-se com o seu exército para o Alentejo, onde assinou o armistício de Évora-Monte em 26 de Maio de 1834, pondo-se, assim, finalmente, termo às lutas liberais. Só depois desta data, Sebastião Augusto regres-

sou à Mealhada, dando por finda a sua heróica carreira de combatente nas lutas liberais. Aqui viveu e veio a falecer, no estado de solteiro e sem descendentes, em 13 de Abril de 1887, com 77 anos de idade, tendo chegado a desempenhar o lugar de vice-presidente da Câmara Municipal da Mealhada e subscrito acções da “Sociedade para os Melhoramentos dos Banhos de Luso”.

2. O académico, o investigador e o cientista

Costa Simões iniciou os seus estudos pré-universitários na paróquia e então sede do couto e concelho da Vacariça, hoje pertencente ao concelho da Mealhada, na escola de latim, teologia e de outras disciplinas que ali existiu e desaparecida no decurso do séc. XIX. Neste estabelecimento de ensino, teve como condiscípulos alguns dos que viriam a ser, mais tarde, os vultos da região da Bairrada e que depois seriam seus colaboradores: O Dr. Alexandre de Assis Leão, eminente jurista e conceituada figura do foro da região, natural de Barrô-Luso e que era parente não só do poeta António Feliciano de Castilho como também primo do Dr. José Cerveira de Vasconcellos Lebre, da Mealhada, por todos serem oriundos da família dos “Cerveiras e Sousa”, de Aguium²; o Dr. Basílio Botelho de Lacerda Lobo, da Vacariça; o Dr. João Ferreira Netto, distinto médico da Pedrulha de Casal Comba-Mealhada e Manuel Ferreira de Azevedo Júnior, que emigrou para o Brasil onde angariou fortuna, obtendo aí o título honorífico de “Barão de Luso”, por decreto de 17 de Junho de 1870, não porque tivesse alguma ligação com a povoação do Luso, do concelho da Mealhada, mas como referência e homenagem ao seu país de origem³.

Em 1835 iniciou os seus estudos universitários, com vista à sua licenciatura em medicina que, na altura, demorava oito anos, começando pela frequência do primeiro ano de matemática, seguido de três anos na faculdade de filosofia e os restantes quatro anos na faculdade de medicina. Determinado a

² RODRIGUES, José - *O couto de Aguium subsídios para a sua história*, Aguium, 1997, pp. 116-119 e 168-169.

³ CARVALHO, António Breda de - *Mealhada - A Escrita do Tempo*, Mealhada, 1997, p. 231.

seguir o curso de medicina, entrou em 1838 nesta faculdade e, logo no terceiro ano, devido à sua aplicação e talento, ganhou um dos seus prémios grandes de 50\$000 reis. Esta licenciatura terminou-a, assim, em 1843, com apenas 24 anos de idade. Na sua Oração de Sapiência, proferida anos mais tarde, mais concretamente a 16 de Outubro de 1881, já como lente decano e director da faculdade de medicina, Costa Simões viria a propor a reforma desta licenciatura em medicina por discordar da sua base curricular e do período da sua duração, reduzindo-a para 6 anos, com todos os estudos a serem efectuados naquela faculdade.

Logo que terminou a licenciatura, foi provido no partido médico municipal de Cinco-Vilas (que eram os lugares de Chão de Couce, Avelar, Pousa Flores, Maçãs de D. Maria e Aguda, todos na altura pertencentes ao concelho de Figueiró dos Vinhos e, hoje, os três primeiros pertencentes ao concelho de Ansião, Maçãs de D. Maria, ao concelho de Alvaiázere e o último a Figueiró dos Vinhos), que acumulou, durante algum tempo, com o partido municipal deste último concelho, tendo fixado residência no lugar de Almofala de Baixo, da freguesia de Aguda, onde vivia o seu irmão, Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões.

Refira-se que *partido municipal* era, na altura, a função exercida pelo médico em benefício dos habitantes do concelho, por conta deste, mas sob a forma de profissão liberal. Quer dizer: o médico não deixava de exercer livremente a sua profissão, mas recebia vencimento para o fazer dentro de certa área e aí atender gratuitamente os munícipes pobres.

Foi durante o exercício destas funções, que prolongou até 1852, que Costa Simões logo escreveu uma obra científica notável para a época e para aquela região, que denominou de *Topografia Médica das Cinco Villas e Arega*, que, em 1848, juntara ao processo da sua habilitação para o magistério na Universidade, a qual ainda hoje é consultada por muitos estudiosos devido: aos ensinamentos históricos que dela se colhem relativamente àquela zona, desde os primórdios da nacionalidade; à inventariação que faz das suas gentes e do seu viver (costumes, hábitos, alimentação, etc.); à pormenorizada carta geológica e mapa topográfico que contem, efectuados à região, com discriminação das doenças mais predominantes e suas causas mais frequentes em relação a cada lugar e métodos de cura aconselhados a cada caso; descrição dos

movimentos demográficos da época, seus graus de instrução e até das suas crendices.

Entretanto, neste período de tempo, Costa Simões, preferindo ao exercício da clínica o do magistério, interrompeu o exercício da clínica em Cinco-Villas e Arega e deslocou-se a Coimbra, onde frequentou o ano complementar da licenciatura em medicina, e, após a ultrapassagem de alguns obstáculos, se doutorou em medicina e recebeu o capelo em 16 de Julho de 1848, com apenas 29 anos de idade. Sobre este assunto escreveu o mestre de medicina, Prof. Doutor Augusto Rocha, no Jornal da época “Coimbra Médica”: *Não foi sem amarguras que o Dr. Costa Simões logrou doutorar-se. A história lança generosamente um véu sobre a guerra mesquinha que lhe moveram aquelles a quem porventura incommodava já a longínqua e indecisa perspectiva d’um nome aureolado e célebre.* E escreveu, mais tarde, o seu discípulo predilecto, Dr. Eduardo Abreu, que viria a ser professor catedrático de Medicina e ministro da Marinha em governo da 1.^a República, reafirmando as palavras do Prof. Augusto Rocha: *Eu perfilho esta doutrina, porque ella contem a eterna história de muitos homens que se querem elevar só pelos seus merecimentos e inteireza do seu character. Não foi para homens da tempera de Costa Simões que se inventaram os doutoramentos de encomenda e os concursos encomendado.*⁴.

Doutorou-se Costa Simões em 1848, como vimos. Porém, só por decreto de 03 de Agosto e carta régia de 6 de Outubro de 1852 foi nomeado demonstrador da cadeira de Matéria-médica e Farmácia da Faculdade de Medicina para, logo em 7 de Dezembro do mesmo ano, ser despachado Físico-mor do Estado da Índia, lugar de que desistiu por conveniências particulares, sem que dele chegasse a tomar posse. Em sua substituição, foi-lhe conferido, por decreto de 29 de Novembro e apostilha de 6 de Dezembro de 1854, o lugar de lente substituto ordinário da faculdade de medicina, em cujo desempenho revelou logo a sua grande dedicação e amor ao estudo. Por decreto de 8 de Abril e carta régia de 03 de Maio de 1860, foi nomeado professor catedrático da cadeira de Anatomia Descritiva e, em Outubro de 1863, viria a abraçar a regência da nova

⁴ ABREU, Eduardo de - *Solemnidade academica em honra do professor Costa Simões liber memorialis*, Coimbra, 1883, p. 31.

cadeira de Histologia e Fisiologia Geral, criada pela carta de lei de 26 de Maio do mesmo ano.

Entrementes, logo em Abril de 1852, Costa Simões surge como sócio fundador do *Instituto*, que era uma Academia Científica, criada em Coimbra pela maior intelectualidade da época, composta pelas secções de Arqueologia, Literária e de Belas Artes. Pouco tempo depois, Costa Simões foi eleito seu sócio benemérito e, em 1865, seu presidente. Esta Academia tinha um edifício próprio, situado junto à Sé Velha, onde, anos depois, mais concretamente a 26 de Abril de 1896, foi constituído um museu de antiguidades confiado à guarda da Secção de Arqueologia, no qual foram recolhidos objectos que consubstanciavam autênticas preciosidades, herdadas de sucessivas gerações; a uma das suas salas foi dado o nome de Costa Simões⁵, em homenagem a tudo o que este fez em prol de tal agremiação e por ter sido o mais enérgico defensor da criação de uma revista científica e literária, precisamente com o nome de *Instituto*, que se publicou regularmente durante vários anos e onde colaboraram os principais homens da ciência e da literatura nacionais da época. Foi nesta revista que Costa Simões, além de outros trabalhos científicos, publicou vários artigos de grande alcance histórico para o concelho da Mealhada, relacionados com os estudos que fez sobre o Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco. Estes artigos, escritos numa linguagem clara, simples e atraente, são reveladores de uma excepcional erudição histórica sobre aqueles lugares e foram devidamente compilados pelo seu autor e oferecidos àquela Academia, que depois os publicou, em forma de livro, em 1855, sob a designação de *História do Mosteiro da Vaccariça e da Cerca do Bussaco*. É uma obra que ainda hoje mantém plena actualidade e que nos dá a verdadeira dimensão do poderio económico e administrativo do extinto Mosteiro Bubilense da Vacariça, durante a Idade Média, desde a sua fundação, em data imprecisa do séc. V ou VI, até à sua doação, em 30 de Novembro de 1094, pelo Conde D. Raimundo e sua mulher D. Urraca, filha do rei D. Afonso VI, imperador das Espanhas, à Sé de Coimbra, representada pelo seu bispo, D. Crescónio. Foi este convento um dos mais ricos da Lusitânia e senhor de trinta e sete vilas e lugares, com vasta jurisdição

⁵ Auto da inauguração do Museu de Antiguidades confiado à guarda da secção de arqueologia do Instituto de Coimbra”, *O Instituto*, vol. XLIII, Coimbra, 1846, pp. 254-255.

sobre outras igrejas e mosteiros da época, abrangendo a sua área territorial vasta zona do que é hoje o centro e norte de Portugal e que vinha desde Espinho, Matosinhos, Maia, Gondomar (ultrapassando, assim, o rio Douro, onde era detentor do rico Mosteiro de Leça), passando por Sever do Vouga e São Pedro do Sul até Mortágua e Soure. Foi, na opinião de vários historiadores, juntamente com o Mosteiro do Lorvão – que também foi doado à mesma Sé de Coimbra em 1096, pelo Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, mas depois restaurado em 1116 e extinto apenas no séc. XIX –, um dos grandes responsáveis pelo forte incremento do repovoamento e consequente defesa dos territórios conquistados aos “grandes inimigos da Fé Cristã”, os muçulmanos⁶.

Relata a mesma obra a história da “Cerca do Bussaco” e da respectiva mata, que foi doada, em 11 de Maio de 1628, pelo bispo da Sé de Coimbra, D. João Manuel, aos Carmelitas Descalços, doação esta confirmada em 8 de Fevereiro de 1629 pelo Papa Urbano VIII, por aquela mata ter pertencido ao Mosteiro da Vacariça na altura em que este foi doado, em 1094, àquela Sé. Foram estes frades que, em 1630, construíram o convento de Santa Cruz do Bussaco e, posteriormente, a cerca conventual e as várias ermidas disseminadas pela mata, estas com a ajuda de muitos particulares, e plantaram as suas árvores, que se tornaram frondosas, muitas delas ainda hoje existentes. O convento, que sempre foi habitado pelos frades carmelitas, acabou por ser desactivado em 1834, por força da legislação liberal da época, que extinguiu, naquele ano, as ordens religiosas, passando aquele monumento, a partir daí, a pertencer à fazenda nacional. Parte considerável do edifício conventual foi sacrificada com a construção, iniciada em 1888 e que durou até 1907, do então pavilhão de caça do rei D. Carlos, que, em 1906, foi transformado no Palace Hotel do Buçaco, por influência do ministro das Obras Públicas, do então governo progressista chefiado pelo cons. José Luciano de Castro, eng.^o Emídio Navarro, natural de Viseu, mas grande amigo do Luso, onde veio a falecer em 16 de Agosto de 1906.

A obra atrás citada do Prof. Costa Simões viria a ser reeditada, em edição *fac-similada*, em 30 de Novembro de 2002, pela Câmara Municipal da Mealhada, no decurso da comemoração do 1.^o milénário do aparecimento do pri-

⁶ *Vacariça, Ontem e Hoje*, Junta de Freguesia da Vacariça, 2002.

meiro documento escrito referente ao Mosteiro da Vacariça e no ano em que se iniciaram as comemorações do 1.º centenário após a morte daquele Mestre.

Foram estas qualidades de investigador do Prof. Costa Simões que logo determinaram que, pela Faculdade de Medicina de Coimbra, fosse incumbido de organizar a sua biblioteca especial entre os mais de cem mil volumes pertencentes a congregações religiosas existentes no antigo Colégio das Artes, entregue à Universidade para a instalação dos seus hospitais, salvando, assim, Costa Simões verdadeiras preciosidades, que ainda hoje enriquecem as bibliotecas de Coimbra.

Foi ainda a partir desta época, mais concretamente a partir de 1853, que Costa Simões iniciou os estudos da matéria que viria a ser a sua grande paixão e que o tornou, na época, o maior, e talvez o único, especialista em Portugal e um dos mais reputados da Europa, que foi a das *construções e regime sanitário e administrativo dos hospitais*. Este tema viria a ocupar o grosso de todas as suas publicações científicas e a desencadear o abandono dos estudos que constituíam o objecto da sua cadeira, como professor catedrático, sobre a Histologia e Fisiologia Geral e Especial, conforme confessa, com alguma nostalgia e mágoa, já quase no final da sua vida, em 1901, no seu livro *Hospitais Extranjeros de Construção Moderna*.

Em 1855, apareceram os primeiros indícios da *colera-morbus* em Portugal, designadamente em Aveiro e Coimbra, onde fez as primeiras das suas múltiplas vítimas mortais. A Faculdade de Medicina logo nomeou Costa Simões e um seu colega, Prof. Doutor Macedo Pinto, para dirigirem o hospital dos coléricos, conhecido pelo “Hospital da Conceição”. Costa Simões imediatamente se ocupou de um estudo pormenorizado e científico sobre a matéria e mandou autopsiar todos os indivíduos falecidos nos hospitais, a fim de, através da sua análise, elaborar conclusões sobre tal epidemia, que levou a uma memória circunstanciadamente relatada, que, em seguida, publicou. A Faculdade de Medicina nomeou um dos seus vogais para continuar a directoria do Hospital. Porém, este recusou-se a ocupar tal cargo, pelo que Costa Simões se ofereceu para continuar no seu exercício, que só interrompeu por, em Novembro desse ano, ter sido eleito presidente da C.M. de Coimbra, lugar que desempenhou durante dois anos.

Costa Simões, enquanto se ocupava destas tarefas, iniciou a sua carreira de docente, dedicando-se também ao exercício da clínica. Logo a partir de 1853, começou a defender a reforma dos estudos de medicina em Portugal, que até aí eram meramente teóricos, com a introdução do chamado método experimental, o que implicava a constituição de laboratórios e o apetrechamento destes com instrumentos e aparelhos adequados. Concomitantemente, advogava a criação de uma cadeira de Histologia e Fisiologia Geral, que lhe era sempre denegada com o fundamento de que nem a Faculdade de Medicina de Paris a possuía. Costa Simões, que já naquela época era conhecido pelo seu espírito perseverante e teimoso em matéria de reformas, sendo mesmo conhecido pelos seus pares como dotado de “uma teimosia insuportável”, respondia que se Paris não possuía a cadeira, viria a tê-la um dia. E, assim, conseguiu que, em 1863, por lei de 26 de Maio, fosse criada na faculdade de medicina, a referida cadeira, da qual viria, nesse mesmo ano, a ser nomeado professor catedrático. Logo, no ano seguinte, escreveu para ser adoptada na cadeira, uma das suas obras científicas mais importantes: *Elementos de Fisiologia humana com histologia correspondente*, composta de 3 volumes, cujo aparecimento o mundo científico da época muito saudou, fora e intramuros. Escreveu o Dr. Rodrigues de Gusmão, analisando e criticando o conteúdo da obra: “Recomendáveis pela concisão e pela perspicuidade, pela crítica judiciosa e esclarecida com que foram escriptos, os *Elementos de Physiologia Humana* são não só incontestável documento das vistas largas e alto ingenho de seu preclarissimo auctor, mas um dos mais famosos monumentos que à medicina portugueza se há erigido em nosso paiz”⁷.

Em 1864, com vista à introdução do aludido ensino experimental da medicina em Portugal e o estudo da Histologia em particular, o governo defere o pedido de Costa Simões para visitar na Europa os seus principais institutos médicos, pelo que viajou, pagando às suas custas grande parte da viagem, durante um ano (de 17 de Dezembro de 1864 a 16 de Dezembro de 1865), por França, Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria e Alemanha, ouvindo, observando e trabalhando com os mestres mais célebres daqueles países nos seus laboratórios, ao mesmo tempo que ia examinando os seus regulamentos e

⁷ *Gazeta médica*, (13 de Julho de 1864).

encomendando aparelhos laboratoriais da mais elevada valia técnica e nas melhores condições económicas.

Chegado a Coimbra, no curto espaço de um ano em que esteve dispensado da docência universitária, com o auxílio do seu ajudante preparador, Prof. Doutor Inácio Rodrigues da Costa Duarte, que o havia acompanhado em parte daquela viagem e no decurso da qual se viria a doutorar em Bruxelas, conseguiu organizar os laboratórios de microscopia e de fisiologia, que eram considerados, na altura, os mais evoluídos da Europa, e com eles introduzir a primeira e verdadeira escola experimental em Portugal, na qual trabalhou incessantemente, ensinando a sucessivas gerações de alunos, desde 1866 a 1882, as técnicas mais modernas da Histologia e Fisiologia Geral. Assim, Costa Simões foi considerado, pelos mais reputados cientistas da época, o primeiro histologista e fisiologista português e o verdadeiro fundador da primeira escola experimental em Portugal.

Sobre este assunto viria a escrever, mais tarde, o Prof. Doutor Sobral Cid, na sua “Oração de Sapiência” de 1907:

Na realidade, a nova era da Faculdade de Medicina data de 1886, da longa e curiosa viagem científica que o emerito professor dr. António Augusto da Costa Simões, o primeiro fundador intellectual da Faculdade Moderna, realiso pelos centros universitarios allemães, onde, sob a influencia propulsora de Müller e a direcção militante de Dubois-Reymond, Helmoltz, Lagenbek e Virchow, a Medicina, emancipada das velhas especulações filosoficas, se lançava abertamente no campo da investigação científica.

Logo após o seu regresso, o jovem professor da nova cadeira de Histologia e Physiologia installa o Laboratorio de Histologia com o melhor material da epoca e à alemã, isto é, não só para exercícos praticos e demonstrações do curso, mas tambem para a livre investigação científica⁸.

Mas Costa Simões não se limitava, como o faziam reputados Mestres de então e ainda o fazem muitos de hoje, a uma mera actividade recitativa, dirigida aos seus discípulos, da melhor doutrina médica ou das suas teorias. Não, Costa Simões percorria constantemente as salas do laboratório, detinha-se junto dos alunos para dissipar as suas dúvidas, era o primeiro a sacrificar um

⁸ Orações de Sapiência da Faculdade de Medicina 1845-2000, Coimbra, 2001, p. 199.

animal, a regular um aparelho ou a limpar um frasco, quando tanto se tornava necessário⁹. Era um profissional que não se importava de “sujar as mãos ou salpicar o fato macaco”, como soe dizer-se. Com esta sua atitude, de natural modéstia, de serena actividade e de operário activo e inteligente, impunha respeito e espírito disciplinador aos seus alunos, que o consideravam, assim, o melhor *estudante* do curso e nutriam por ele profunda admiração.

Este espírito pragmático, de atitude natural que Costa Simões utilizava nas relações de docência com os seus discípulos, procurando sempre extrair dos factos mais comezinhos qualquer coisa de útil, era por si igualmente usado na divulgação da sua obra ou do grau de cultura da sua escola, conforme se verificou num facto real ocorrido em 1871.

Comemorava-se, em Maio desse ano, o terceiro centenário da morte de Luís de Camões. A juventude académica de Coimbra exaltava os feitos épicos do nosso maior lírico de todos os tempos, organizando um programa de arte, de poesia e, sobretudo, de eloquência, de modo a gravar no sub-consciente de todos a apoteose do homem, do poeta e do guerreiro que Luís de Camões efectivamente foi. A comissão, dentro desse vasto programa, incluiu uma visita dos convidados das escolas, imprensa e municípios, a todos os estabelecimentos de ensino dependentes da Universidade, entre os quais os laboratórios da Faculdade de Medicina. Seria este ponto do programa teoricamente o mais desinteressante para os fins tidos em vista à exaltação das qualidades do poeta e dos sentimentos épicos da pátria portuguesa. Porém, mais uma vez, emergiu o espírito pragmático de Costa Simões, que organizou com todos os seus alunos e colaboradores uma sessão de fisiologia experimental, pondo em funcionamento todos os modernos aparelhos que recentemente havia adquirido no estrangeiro e apetrechado o seu laboratório. Assim, deu a conhecer, ao vivo, a todos os visitantes, e de forma indelével e simples, o superior grau de cultura médica que na altura era professada na escola de Coimbra e a razão por que ele era considerado o verdadeiro fundador do primeira escola experimental em Portugal.

É a partir desta etapa da sua vida que Costa Simões começa a receber os maiores galardões e títulos honoríficos nacionais e estrangeiros: sócio honorá-

⁹ EDUARDO de Abreu de, *ob. cit.*, p. 47.

rio do Retiro Literário Português do Rio de Janeiro e do Instituto Pernambucano; sócio correspondente da Academia Real de Medicina de Turim, da Sociedade Antropológica Espanhola de Madrid, de Paris e da Academia Real das Ciências de Lisboa; presidente honorário da Sociedade União Médica do Porto; membro benemérito da Sociedade Farmacêutica Lusitana; comendador da Ordem da Rosa do império do Brasil; presidente do Instituto de Coimbra, como já se referiu, e, por decreto de 03 de Outubro de 1886, o governo concedeu-lhe a importante comenda da Ordem de S. Tiago do mérito científico, literário e artístico, à qual o Mestre renunciou, por não ter meios económicos para pagar os respectivos direitos.

Em 1878, Costa Simões publicou o seu livro *Histologia dos músculos*, que foi fruto de um trabalho de pesquisa microscópica constante e de longos anos. As suas obras científicas foram sempre escritas numa prosa simples e compreensiva, mas que não deixa de ser elegante e precisa.

Publicada esta última obra, nesse mesmo ano de 1878, Costa Simões iniciou, a expensas totalmente suas, a sua 2.^a viagem científica à Europa, onde visitou os melhores laboratórios de Espanha (Madrid e Barcelona), de Itália (Génova, Roma, Florença, Veneza e Turim), da Suíça (Genebra), da França (Montpellier, Marselha, Lyon e Paris) e Inglaterra (Londres). Esteve ainda, no decurso dessa viagem, na Bélgica, onde foi encarregado de representar a Universidade de Coimbra, na solenidade internacional que teve lugar na Universidade de Liége, em 23 de Junho de 1878, em honra do maior microscopista da época e o maior vulto da ciência belga, como era considerado o Prof. Schwann daquela Universidade. Em Paris, foi aprovada pelo governo francês a sua nomeação para auxiliar o júri da exposição universal daquela cidade em assuntos de anatomia.

Nesta viagem, que durou cerca de 3 meses, Costa Simões ocupou-a na investigação de matéria relacionada com a regência da sua cadeira na faculdade, ao mesmo tempo que adquiriu novos aparelhos laboratoriais, e ainda de assuntos de hospitalização, cujos estudos, como referimos, já havia iniciado em 1853 e estava já a aplicar na prática em virtude de ter iniciado a administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra em 1870, como à frente iremos ter oportunidade de desenvolver.

Regressado a Coimbra, logo expôs publicamente os resultados positivos da referida viagem numa sessão de fisiologia experimental, onde pôde utilizar os novos aparelhos adquiridos. Isto permitiu que, a instâncias suas, pela Faculdade de Medicina e pelo governo, fosse autorizada nova missão científica de que foi incumbido o professor da mesma faculdade, Doutor Senna, aos estabelecimentos técnicos da histologia experimental de Paris, Londres e de outras cidades europeias da Alemanha.

No final do ano lectivo de 1881/1882, Costa Simões pediu a sua jubilação do ensino oficial da Universidade de Coimbra. Este acontecimento foi fonte de sentimentos contraditórios: de tristeza e de saudade, de todos aqueles, professores e discípulos, que com ele privaram no decurso da sua vida académica e por quem nutriam grande estima e respeitabilidade, pelo exemplo que legou, e que agora viam quebrar-se os laços que os uniram durante tantos anos; de júbilo e de alegria, pelo legado científico e rectidão de carácter recebidos de quem nunca para isso conheceu o repouso.

Desta forma, este acontecimento foi festivamente celebrado, numa sessão solene, no dia 23 de Fevereiro de 1883, à noite, na sala dos grandes actos da Universidade (Sala dos Capelos), promovida por todos os alunos dos cinco anos do curso médico de 1881/1882 e desencadeada por iniciativa do seu predilecto discípulo, Dr. Eduardo Abreu, mais tarde professor catedrático de medicina e ministro da Marinha em governo da 1.^a República. Estes alunos ofereceram ao seu Mestre, como recordação, um álbum, de cetim amarelo, com fechos e emblema de prata, com a seguinte dedicatória, gravada numa das capas: *AO SÁBIO, HONRADO E BENEMÉRITO PROFESSOR COSTA SIMÕES OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA DO ANO DE 1881-1882*, e que continha todos os seus nomes e fotografias correspondentes.

A cerimónia foi acompanhada por uma excelente orquestra de trinta executantes, que entoou, no seu início, o “hino académico” e, no final, interpretou a sinfonia da ópera *Joana d’Arc*.

Costa Simões, devido à sua humildade, era avesso a manifestações desta natureza, tendo por objecto a sua pessoa. Assim, não esteve presente em tal festa, sendo nela representado pelo seu colega e íntimo amigo, Prof. Doutor António Maria de Senna, que veio para tal fim expressamente do Porto, onde se encontrava a reformar o hospital de alienados “Conde de Ferreira”. Toda-

via, Costa Simões sempre designou este evento, carinhosa e orgulhosamente, como *A minha festa acadêmica*, que ficou documentada no livro denominado *Liber Memorialis*, publicado pelo seu autor, Dr. Eduardo Abreu, em 1883.

Costa Simões jubizou-se, mas a sua obra, principalmente a de *reformador*, iniciada muito antes de tal data, perdurou muito para além desse evento, como iremos explicar.

3. O reformador

Uma das mais relevantes facetas da personalidade de Costa Simões era a sua tendência para corrigir tudo o que se lhe afigurava susceptível de ser melhorado. Era dotado de um espírito linfático e geneticamente inovador, criativo e perseverante, às vezes, atingindo mesmo as raías da teimosia; apresentava, ao mesmo tempo, uma configuração física atraente: embora de pequena estatura e de nutrição fraca, o seu perfil era cativante, com barba e cabelo alvos como a neve, fronte de pensador, sorriso límpido, olhar meigo e sereno. Foram todos estes traços distintivos, aliados à sua inteligência e razão superiormente educada, que levaram a que os seus discípulos o alcunhassem, carinhosa e respeitosa, de “Sábio” ou de “Velhinho” precisamente, porque, no seu entender, *Velho* poderia significar que era só sábio ou só bom; *Velhinho* exprime que é sábio e bom¹⁰.

Simultaneamente, eram estas características que atraíam para junto de si grande número de admiradores e de grande plêiade de colaboradores, que Costa Simões sempre teve, no desenrolar das suas reformas.

Outros dos elementos idiossincráticos de Costa Simões é que era ele quem sempre rascunhava o esboço em bruto do que pretendia, que depois entregava a desenhistas e engenheiros para a elaboração final. Acompanhava todas as suas propostas de reforma com os respectivos traçados e orçamentos, nos quais indicava, por norma, os meios de obter os financiamentos para a realização das despesas, o que, já na altura, era meio caminho andado para obter deferimento nas propostas de realização de despesas públicas.

¹⁰ EDUARDO de Abreu de, *ob. cit.*, p. 67.

No interregno que mediou entre o seu doutoramento e a sua nomeação como professor catedrático, iniciou, em 1850, a primeira grande reforma das muitas que empreendeu e impulsionou na área do concelho da Mealhada.

Na verdade, existia, desde tempos imemoriais, entre as duas aldeias do Luso da Igreja e o Luso de Além ou Luso de S. João, ao tempo pertencentes ao couto e concelho da Vacariça, hoje formando a vila do Luso, do concelho da Mealhada, assestadas na falda ocidental da serra do Buçaco, um “olho de água quente”, cujas virtudes terapêuticas foram descobertas, por volta de 1775, por um clínico distinto daqueles sítios, assistente na Lameira de S. Pedro, que era o Dr. José António de Moraes, que dizem ter curado, na Corte, a rainha D. Maria I de uma doença gravíssima, circunstância que lhe valeu a atribuição, entre outros privilégios, das honras de lente da Universidade¹¹.

Foi aquele médico quem, para aquela nascente, encaminhou os primeiros doentes das povoações circunvizinhas em busca da cura de moléstias cutâneas. Porém, as condições dos banhos eram de tal forma repelentes que só ali acorriam as pessoas de classe social modesta e praticamente sem esperança de qualquer outra cura para a sua doença. Com efeito, os banhos, por altura de 1838, eram tomados numa pequena casa de alvenaria, mandada construir pela Câmara Municipal da Mealhada e que era dividida por tabiques em madeira, em quatro partes iguais, existindo dentro de cada uma um banho e correspondente estrado; os banhos tinham o lastro de areia, onde repuxava a água em pequenos gorgolões e comunicavam uns com os outros de modo que, quando a água de um banho escoava, não esvaziava completamente, e, assim, parte da água que havia servido para um utente iria ser utilizada pelo utente seguinte, como já havia sido utilizada pelos utentes que tomavam os banhos em simultaneidade, por estes serem comunicantes. Tudo isto era repugnante, principalmente quando no banho de um utente apareciam indícios de matérias purulentas oriundas do banho do vizinho, que nem sequer conhecia, e numa época em que eram frequentes as doenças da pele ascorosas e em chaga viva.

Foi todo este condicionalismo que determinou que Costa Simões, em Fevereiro de 1850 e quando apenas tinha 30 anos de idade e ainda não tinha iniciado a sua docência na Universidade, apresentasse à Câmara Municipal da

¹¹ SIMÕES, António Augusto da Costa – *Notícia dos Banhos de Luso*, Coimbra, 1859, p. 12.

Mealhada o seu primeiro plano da reforma dos Banhos de Luso, sobre a qual viria a publicar, em 1859, a sua obra *Notícia dos Banhos de Luso*. Aquela edilidade logo nomeou uma comissão com o fim de o coadjuvar em tal objectivo, composta pelos Drs. António Ferreira d’Azevedo, da Mealhada, José Rodrigues Cerveira, de Tamengos, Alexandre de Assis Leão, de Barrô de Luso, João Ferreira Netto, da Pedrulha de Casal Comba e ainda de João Baptista Ferreira, que era então o presidente da Câmara Municipal da Mealhada.

Goradas as possibilidades de levar a cabo a reforma por meio de empréstimo ou subscrição de fundos, para a qual a Rainha D. Maria II, aquando da sua visita ao Bussaco, contribuiu com a quantia de cem mil reis, foi criada a *Sociedade para o Melhoramento dos Banhos de Luso*, sob a iniciativa do Prof. Doutor Francisco António Dinis, de Coimbra, ao tempo professor catedrático da Faculdade de Direito. Este Mestre, juntamente com o Dr. Alexandre de Assis Leão, eminente jurista, ambos íntimos colaboradores de Costa Simões, Gonçalo Tello de Magalhães Collaço, de Coimbra, e Basilio Botelho de Lacerda Lobo, da Vacariça, foram logo nomeados seus directores, ficando o Prof. Costa Simões como seu secretário. A sociedade foi instalada em 25 de Agosto de 1852, mas os seus estatutos só viriam a ser aprovados, na cidade de Coimbra, em sessão da sua assembleia geral de 27 de Agosto de 1853. A escritura do contrato de concessão com a Câmara Municipal da Mealhada só viria a ser formalizada em 14 de Janeiro de 1854. A assembleia geral era composta, na altura, com a bonita soma de 166 accionistas, quase todos da região da Bairrada e de Coimbra, entre os quais se contando a Câmara Municipal da Mealhada, que comprou 25 acções com os donativos da Rainha e outros adquiridos antes da constituição da sociedade. Para a construção do novo edifício dos banhos, que veio a ser aberto em 24 de Junho de 1855, contribui, a pedido de Costa Simões, o grande benemérito deste concelho, mas hoje esquecido, Manuel Ferreira de Azevedo Júnior, natural da Mealhada, mas emigrado no Rio de Janeiro, e designado “Barão de Luso” por decreto de 17 de Junho de 1870, que foi condiscípulo do Mestre nos estudos de latim e da teologia, na Vacariça, e que muito auxiliou este, até à sua morte, ocorrida, prematuramente, em 1872, com subscrições feitas no Brasil para as construções, efectuadas pela Câmara Municipal, da Ponte de Casal Comba e dos muros de Sant’Ana, na Mealhada, e, mais tarde, na reconstrução dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

O Luso, que até então era um paupérrimo lugarejo, subdividido em dois pequenos centros urbanos, passou a ser considerado quase o único centro termal de Portugal, a ser frequentado por numerosos aquistas, das mais diversas condições sociais, vindos de todo o país à procura de cura de doenças da pele e reumatismas. As termas, já no ano de 1856, atingiam o bonito número de 1447 banhistas inscritos, devido ao surto de cólera que invadiu Coimbra e Aveiro nesse ano. Foi ainda devido ao impulso de Costa Simões que, em 1858, foi construída a estrada que passou a ligar as duas povoações do Luso: Luso da Igreja e Luso de Além ou de S. João, aos balneários e depois à estrada para Viseu.

Devido aos seus afazeres profissionais, Costa Simões deixou de pertencer à direcção da Sociedade, em 1858, que, no entanto, passou a ser acompanhada, a seu pedido, pelo seu colaborador Prof. Doutor Francisco António Dinis.

Pela acção desenvolvida por Costa Simões em prol do desenvolvimento do termalismo do Luso e pelas consequências sociais e económicas daí advinentes para aquela vila, a Câmara Municipal da Mealhada veio a formalizar a atribuição do nome daquele Mestre a uma das ruas do Luso em 19 de Abril de 1888. Embora em acta de 9 de Novembro de 1886 fosse já referenciada a existência no Luso da “Rua Costa Simões”, só na acta de 19 de Abril de 1888 se veio a consumir tal homenagem, em concomitância com a atribuição, no mesmo dia, do nome do Eng.^o Emídio Navarro, então ministro das Obras Públicas, à rua principal daquela povoação. Assim, o nome de Costa Simões viria a ser atribuído à rua que até aí era designada por “Rua do Outeiro” e que partia do edifício do Hotel Serra e terminava numa outra onde esteve estabelecido o Hotel Barriga e, posteriormente, o colégio do Luso, ou seja, a rua que vinha do Hotel Serra até ao Hotel Lusitano, hoje, o Inatel. Há que realçar que a atribuição dos nomes de Costa Simões e de Emídio Navarro a ruas do Luso, precederam, assim, a atribuição, com os mesmos nomes, a ruas, na Mealhada, em homenagem às mesmas individualidades. Nesta última vila, tal atribuição só viria a ocorrer em 26 de Dezembro de 1895, por ambos terem contribuído para a elevação, na altura, do concelho da Mealhada à categoria de 2.^a ordem. Na sede do concelho, o nome de Costa Simões foi atribuído à sua rua principal, até então designada por “Rua Direita”, e o de Emídio Navarro à rua até

então designada por “Rua de Sant’Ana”¹². Posteriormente, o nome de Emídio Navarro foi substituído pelo de Constantino Botelho e, mais recentemente, pelo de Padre António Breda.

A *Sociedade para o Melhoramento dos Banhos de Luso* foi criada, como vimos, na cidade de Coimbra. Porém, o contrato da concessão do estabelecimento dos banhos de Luso a construir por aquela Sociedade, conforme o plano confeccionado por Costa Simões e adoptado pela Câmara Municipal da Mealhada, foi formalizado, como já se referiu, nos Paços do Concelho em 14 de Janeiro de 1854.

De acordo com aquele contrato, a Sociedade, depois de construir o estabelecimento dos banhos, deveria administrá-lo durante o período necessário para o reembolso do capital despendido, findo o qual deveria entregá-lo à Câmara em bom estado de conservação (cláusulas 1.^a e 2.^a); a Sociedade não deveria receber da Câmara outra indemnização além do reembolso do capital despendido com as expropriações, construção do estabelecimento e obras anexas e os juros anuais de 5% correspondente ao capital em dívida, ficando o rendimento líquido anual dos banhos, durante os anos que fossem necessários, afectos a esse pagamento (cláusula 4.^a); o estado do débito da Câmara para com a Sociedade deveria ser ajustado anualmente entre ambas as entidades, através de escrita clara a elaborar com exactidão pela Sociedade que deveria franquear à autarquia, na sua sede, sempre que esta o desejasse (cláusula 6.^a); ultimado o reembolso do capital despendido, o estabelecimento deveria ser entregue à Câmara para esta o administrar e gozar a sua propriedade, que era puramente municipal (cláusula 10.^a).

Se, durante os primeiros anos, a Sociedade cumpriu com o clausulado, apresentando regularmente à Câmara as respectivas contas, a partir de certa altura tal obrigação deixou de ser executada, pelo que, cerca de 55 anos depois de outorgado o contrato de concessão, ou seja, a partir de Março de 1909, altura em que era presidente da Câmara o cons. Augusto Simões de Abreu, que era sobrinho de Costa Simões, e representante da Sociedade, o Dr. Ernesto Navarro, aquele órgão da autarquia começou a pretender examinar o estado financeiro da Sociedade, com o objectivo de tomar conta da adminis-

¹² Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 26 de Dezembro de 1895.

tração do estabelecimento dos banhos de Luso, depois de pagar aos accionistas o respectivo capital e juros, porque entendia não estarem a ser cumpridas as cláusulas 4.^a e 6.^a do contrato.

Estavam, assim, abertas as hostilidades entre as duas entidades, onde nem sempre foi mantida entre os respectivos representantes a serenidade, a cultura de entendimento ou de respeito mútuo¹³.

A Câmara Municipal de então não tinha dinheiro para liquidar as acções dos accionistas, tendo necessidade de contrair um empréstimo bancário para o efeito, cuja autorização, para o montante de 9 contos de reis, lhe foi denegada pelos 40 maiores contribuintes do concelho e que era obrigatória pela legislação ao tempo em vigor.

Depois de várias acções e recursos nos tribunais, o conflito só viria a ser sanado já no tempo da 1.^a República, ou seja em 1916, quando era presidente da câmara Joaquim da Cruz, da Pampilhosa, com novo contrato celebrado, mediante o qual a Sociedade, entretanto, convertida em Sociedade da Água de Luso (SAL), pagaria à Câmara, como contrapartida da concessão, o montante anual de 600 mil reis, pagos em duas prestações semestrais de 300 mil reis, em Janeiro e Julho de cada ano.

O conflito, porém, voltaria a surgir, cerca de oitenta anos depois, no decurso da década de 1990, com a instauração de novas acções nos tribunais, onde terminou já no decorrer do corrente ano de 2003, com a realização de uma transação, cujos termos desconhecemos, mas que desejamos seja para perdurar, porque só assim se respeitará o espírito de Costa Simões quando lançou as bases da reforma dos Banhos de Luso, no interesse desta povoação e do concelho em geral.

É curioso notar que foi no auge do conflito iniciado em 1909 que entre a Sociedade e a Câmara Municipal da Mealhada houve possibilidade de perfeito entendimento e cumprimento do clausulado numa outra concessão, que foi a do fornecimento da energia eléctrica ao Luso, outorgada em 12 de Junho de 1912.

¹³ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 25 de Fevereiro; 4 de Novembro; 18 e 26 de Março; 15 de Abril; 6 de Maio de 1909.

Com efeito, enquanto que na vila da Mealhada a Câmara lançava, na altura, as bases do concurso para o fornecimento, até 1916, do material destinado a substituir a obsoleta canalização do abastecimento da iluminação pública a gás acetileno¹⁴, em relação ao Luso era feita, pela mesma Câmara, a concessão à Sociedade do fornecimento da luz eléctrica para a iluminação pública e privada, durante o período de dez anos, no perímetro daquela povoação. De acordo com o contrato, a Sociedade comprometia-se, em princípio, a ter 35 lâmpadas acesas durante toda a noite, desde o início de Maio até finais de Outubro, mantendo-se durante os restantes meses do ano a iluminação pública até aí existente alimentada a acetileno. Foi, porém, a Sociedade quem, em substituição do anteriormente clausulado, por sua livre iniciativa e sem qualquer outra contrapartida, se obrigou a fornecer a iluminação pública, durante todo o ano, a electricidade, e não a acetileno como estava no contrato. A Câmara apenas se comprometeu a pedir à Administração Central a isenção de impostos alfandegários do material eléctrico importado do estrangeiro pela Sociedade. Deste modo, enquanto que todo o perímetro da povoação do Luso, a partir de 1913, passou a ser iluminado pelo mais moderno sistema de fornecimento de energia eléctrica, a sede do concelho continuou, por muitos mais anos, a ser iluminado através do obsoleto gás acetileno.

A reforma dos Banhos de Luso impulsionada por Costa Simões e a actividade posteriormente desenvolvida pela respectiva Sociedade, que viria a dar origem, em 1916, à actual Sociedade da Água de Luso (SAL), que é indubitavelmente, hoje, a maior empresa do concelho da Mealhada e a principal e a mais progressiva empresa de águas do país, provocaram um acelerado desenvolvimento económico e social do Luso. Tudo isto criou nas suas gentes um sentimento de bairrismo e até de alguma euforia na própria Câmara Municipal da Mealhada, que vieram a dar lugar, nos primórdios da implantação do regime republicano no país, a algumas exteriorizações que, vistas agora à luz da distância dos anos, se nos afiguram algo exageradas.

Com efeito, nos tempos actuais, é frequente a satisfação das reivindicações das populações no sentido da elevação da categoria das suas povoações a vilas ou cidades, o que é, em certas circunstâncias, mesmo fomentado pelos

¹⁴ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 6 de Dezembro de 1914.

partidos políticos com o objectivo do contentamento fácil do seu clientelismo. Se isso é grave, quando as povoações não obedecem aos mínimos requisitos fixados na lei para o efeito (veja-se, a título meramente exemplificativo, o que sucedeu, recentemente, com a criação da nossa cidade da Mealhada, em que pela Assembleia da República foram flagrantemente violados o disposto nos arts. 13.º e 14.º da Lei n.º 11/82, de de Junho), a situação torna-se dramática quando contra a lei ou sem a existência desta que o permita (o que é mais dramático ainda) se pretendem criar novos concelhos, dadas as repercussões económicas que isso acarreta para o erário público e designadamente para os concelhos donde são desanexadas as povoações que anseiam constituir-se em novos concelhos (veja-se, também a título exemplificativo, o que igualmente sucedeu, na mesma altura da elevação da Mealhada a cidade, com a deliberação da Assembleia da República que criou três novos concelhos: Fátima, Canas de Senhorim e Esmoriz, com base numa lei inexistente, o que determinou a intervenção do Presidente da República para obviar que tal desmando se concretizasse na arquitectura do sistema jurídico português).

Foi um erro semelhante a este que se tentou consumir no Luso, cerca de um mês após a implantação da República no país.

Com efeito, uma comissão de moradores daquela freguesia, sem previamente ter ouvido os representantes da autarquia da Mealhada, deslocou-se a Lisboa para pedir ao governo de então a criação de um concelho com sede naquela localidade.

Esta atitude levou a que a Câmara Municipal da Mealhada, na sua sessão de 23 de Novembro de 1910, tomasse a seguinte deliberação: *...Em seguida pelo cidadão-Presidente (que na altura era António Abranches Ferreira da Cunha, de Casal Comba) foi dito que tendo havido conhecimento n'esta villa, com tanta surpresa quanto desgosto, que uma comissão de moradores da freguesia de Luso fora a Lisboa pedir ao governo a criação d'um concelho com sede n'aquela localidade e afectando seriamente os interesses d'este concelho o deferimento de tal petição se acaso se desse, propunha como medida immediata e sem prejuizo de qualquer outra reclamação mais enérgica que ulteriormente se intendesse dever tomar, se lavrasse na acta um protesto contra o deferimento de tal pedido e d'este se desse telegraphicamente conhecimento ao governo por intermédio do cidadão administrador deste concelho, sendo esta proposta*

aprovada por todos os vogaes à excepção do vogal Evaristo de Souza (de Luso) que votou contra.

Foi produto, também, de uma euforia da época a exposição deliberada na sessão da Câmara em 27 de Março de 1912, dirigida ao então ministro do Fomento, em que se pedia que no projecto da lei para a regulamentação do jogo no país fossem concedidos ao Buçaco as mesmas regalias a conceder a Cascais. Era, assim, o teor da deliberada representação:

Exm.^o Sr. Ministro do Fomento

Estando em discussão o projecto de lei para a regulamentação do jogo, aproveito a oportunidade para vir expor a V.^a Ex.^a os prejuizos que poderão advir para este concelho e especialmente para o Bussaco se no referido projecto este não ficar com as mesmas regalias que tencionam dar a Cascais.

Não desconhece, por certo, V.Ex.^a quanto esta bella e afamada estância é apreciada e frequentada tanto por nacionais como por estrangeiros, pois, apesar de toda a sua grande frequência, muito mais poderá ella vir a ser, se a dotarmos com os melhoramentos de que tanto ainda carece e aos quaes só uma grande empreza poderá fazer face, empreza esta que, tendo a exploração do jogo, poderá agregar a si também a exploração do Palacio Hotel, visto que o seu actual arrendatário está na disposição de só o conservar aberto durante os três mezes de verão, por não poder acorrer às despesas da sua sustentação, durante todo o ano, o que a consumir-se representa além d'um grande prejuizo para este concelho, um manifesto desprezo pelo que no paíz temos de melhor como estação de turismo.

Certo que V. Ex.^a, como bom patriota não deixará de se interessar pelo Bussaco, visto que, aos seus interesses, estão ligados os das outras estações de turismo, por ser o Bussaco um dos principais atractivos dos estrangeiros que nos visitam, venho, em nome da Comissão da minha presidência, solicitar de V.^a Ex.^a se digne proteger esta reclamação, como é de inteira justiça concorrendo para que na projectada regulamentação do jogo sejam dispensadas ao Bussaco as regalias a que tem direito, como uma das primeiras estações de turismo do paíz. O Presidente da Comissão - Joaquim da Cruz.

Esta representação-petição nunca veio a ter o acolhimento pretendido pela autarquia concelhia.

Passados 151 anos após a reforma dos Banhos de Luso, parece ter-se desvanecido toda a euforia adquirida com o seu acelerado desenvolvimento económico e social. Na actualidade, o Luso aparenta ter parado no tempo.

A exaltação das suas gentes, que se seguiu ao seu acelerado progresso, parece ter dado agora lugar a um desânimo e letargia que não se afigura fácil de ultrapassar, mas que é necessário transpor.

Para este estado de coisas têm contribuído vários factores:

Em primeiro lugar, o estado actual do riquíssimo património - autêntico monumento - paisagístico, de flora e até de fauna únicos no país, e urbanístico que, desde o séc. XVII até 1834, foi sendo paulatinamente construído pelos religiosos da ordem dos Carmelitas Descalços e que estes nos deixaram como legado, que é a Mata do Buçaco. Trata-se do verdadeiro *ex-libris* do Luso. Este património encontra-se hoje num estado de degradação tal que deixa o seu visitante verdadeiramente consternado e até revoltado.

Tem constituído um autêntico fracasso o sistema das *Régie* que tem sido instituído ultimamente pelo ministério da Agricultura para a sua administração, que nada mais tem feito do que levar para Lisboa as poucas receitas locais obtidas com tal administração.

Vai sendo tempo de repensar a mudança de tal estado de coisas, cuja solução passaria: ou por uma transferência do domínio de tal património para o Município da Mealhada, o que não se nos afigura fácil, face às posições públicas que têm vindo a ser assumidas pelo actual titular daquele ministério e dos entraves que têm sido postos na transferência do domínio relativo aos serviços da Mealhada dos chamados Viveiros Florestais; ou então por uma transferência das atribuições e competências relativamente à administração do referido património da Administração Central para o mesmo Município ou qualquer outra forma adequada de *parceria* entre as duas Administrações: a Central e o Local, desde que fossem garantidas à autarquia as transferências de pessoal e de recursos financeiros necessários, o que tudo são formas legalmente permitidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Isto possibilitaria o desenvolvimento, pelo Município, de outras políticas e rotas de turismo, tendo como fundo aquele património, em conjugação com a restauração do concelho, nem que para isso houvesse necessidade de lançar mão da velha actividade desenvolvida antigamente pelos “burriqueiros”, na impossibilidade económica de ser montado um teleférico,

semelhante ao que existe na cidade de Guimarães a ligar esta com o parque da Penha, que conduziria os visitantes do Luso à Cruz Alta, no Buçaco.

Este seria um dos bons temas a discutir pelos políticos do concelho e do distrito com a Administração Central.

Um segundo factor, tem sido as opções de administração ultimamente tomadas pela Sociedade da Água de Luso, quer em relação às grandes linhas de rumo da empresa no que concerne ao termalismo, quer à mudança dos seus serviços de engarrafamento da água para a freguesia da Vacariça, que irá ser executada nos próximos anos.

Tudo isto são vicissitudes que têm vindo a ser enunciadas publicamente, mas ainda não totalmente compreendidas e absorvidas pela população do Luso, daí o seu desânimo e expectativa, que se espera sejam superados com bom-senso e sem o desvirtuamento e profanação do espírito de Costa Simões quando iniciou esta sua primeira e grande reforma da sua vida, na qual tanto se empenhou tendo sempre como objectivo os interesses do Luso e do concelho da Mealhada, que ele tanto amou.

Como veremos mais adiante, na apreciação da actividade política de Costa Simões, este foi eleito, em 1855, para o cargo de presidente da Câmara Municipal de Coimbra, lugar que ocupou, durante dois anos, de 01 de Janeiro de 1856 até 31 de Dezembro de 1857. No desempenho destas funções, tomou consciência de que um dos problemas mais candentes que afligia a população daquela cidade era a falta de distribuição de água ao domicílio, porquanto a que se consumia era acarretada, ou de cântaro à cabeça dos fontanários ou, para consumo mais substancial como sucedia nos hospitais, de pipa puxada em carros de bois do rio Mondego.

Assim, aproveitando os ensinamentos científicos que, em 1865, lhe advieram da sua primeira viagem de estudo à Europa, logo, a partir dessa data, Costa Simões iniciou os preparativos daquele que foi considerado um dos mais arrojados empreendimentos levados a cabo na cidade de Coimbra, durante o séc. XIX: o seu abastecimento de água potável, com a canalização e a elevação das águas vindas do Mondego.

Neste empreendimento, gastou o Mestre nada mais nada menos do que 17 anos: a convencer a municipalidade da sua conveniência, que todos admitiam ser indubitável e premente, mas, ao mesmo tempo, a concretização de um

melhoramento grandioso, ousado e temerário, a que se arreceava lançar ombros; a fazer estudos económicos, como era seu hábito em todas as reformas que impulsionava; a trocar impressões com os construtores mais acreditados da praça e a elaborar estudos e projectos, sozinho ou associando-se com outros empresários e a redigir propostas à Câmara Municipal de forma a convencer a sua vereação da utilidade e de ter chegado o momento temporal azado à execução da obra. A teimosia e a perseverança de Costa Simões só encontraram eco na vereação de 1882, de que era presidente o também professor de medicina, Prof. Doutor Lourenço de Almeida Azevedo. Nesse ano, começou a autarquia a dar execução ao empreendimento gizado por Costa Simões, dando-lhe, em contrapartida, a respectiva concessão, que ele acabou por ceder a outrem, sem em troca receber qualquer compensação económica. O desapego pelo dinheiro era outra das múltiplas facetas da personalidade do Mestre, conforme aqui mais uma vez ficou demonstrado.

Sobre este empreendimento, escreveu Adolfo Loureiro, um dos mais conhecidos e distintos engenheiros da época, no país: *... graças à perseverança e aos inteligentes esforços do Sr. Dr. Costa Simões, julgo achar-se próxima a realização d'este grande melhoramento para Coimbra. Que sirva o que deixo escripto de solenne protesto do que muito que a cidade deve a este prestante cidadão, e do agradecimento que sinceramente lhe tributo por me haver facultado os meios de concorrer para tão útil empresa.*¹⁵.

Em 1868, Costa Simões dava início à construção da sua casa, na Quinta do Murtal, na Mealhada, cujo projecto ele próprio delineou, sem deixar nele, impressivamente marcados, indícios da sua personalidade. Assim, fez construir, no seu rés do chão, um laboratório, amplamente iluminado por seis grandes janelas rasgadas, ainda hoje perfeitamente visíveis. Nesta casa, que ele fez rodear de jardim e de amplo parque, hoje com árvores frondosas, e que ele frequentemente designava como “a minha modesta casita”, viveu o Mestre os últimos anos da sua vida e nela veio a falecer.

Como já atrás deixamos expendido, Costa Simões, a partir de 1853, iniciou o estudo da matéria das “construções e regime sanitário e administrativo dos hospitais” que, mais tarde, o havia de levar ao abandono da cadeira de His-

¹⁵ EDUARDO DE ABREU de, *ob. cit.*, p. 65.

tologia e Fisiologia Geral e Especial que ministrava, como professor catedrático, na Faculdade de Medicina de Coimbra.

Em face disso, em de Julho de 1870, acabou por ser nomeado administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC).

Interpretadas singelamente estas duas asserções, poder-se-ia pensar que o grande Mestre havia abjurado do difícil sacerdócio da investigação científica e da sua amestração universitária, de cujo êxito já havia dado sobejas provas, por uma actividade intelectualmente secundária e muito menos trabalhosa, como seria a administração hospitalar.

Puro engano de quem assim pensa.

Com efeito, os HUC são das instituições portuguesas mais antigas, cuja génese parece remontar à morte de D. Sancho I, com a criação do hospital de S. Lázaro, dotado convenientemente pelo testamento daquele monarca de Outubro de 1209. Desde então, até à reforma da Universidade feita por Marquês de Pombal em 1772, e daquele ano até 1870, data em que foi nomeado seu administrador Costa Simões, os HUC sempre tiveram uma história muito complexa e, às vezes, até obscura. Foram crónicos os seus problemas económicos, de verdadeira rotura e de indigência, conforme nos dá conta Costa Simões no seu livro *A grande Penuria dos Hospitais da Universidade*, onde era frequente: os doentes dormirem em leitos imundos e parasitados, sem lençóis e apenas aconchegados com as camisas ou vestidos que traziam de fora; a voz da economia ditava o cerceamento das dietas e até das refeições menos exigentes, como ainda da própria medicação, pelo que eram rejeitados internamentos até de pessoas em fase terminal de vida, para poupar. Os directores e médicos ajudantes, já por si mal remunerados, assistiam impotentes a tal situação. As salas e as camas eram insuficientes e, aquelas que existiam, não tinham os mínimos requisitos de luz ou de arejamento necessários a uma cura ou de impedimento dos maus odores, frequentes em estabelecimentos desta natureza¹⁶.

Foi este estado de verdadeira calamidade pública que Costa Simões veio encontrar nos HUC, quando iniciou os seus estudos, o que chocava profundamente o seu espírito humanitário e de solidariedade para com as pessoas mais desfavorecidas.

¹⁶ EDUARDO DE ABREU de, *ob. cit.*, pp. 59-64.

Foi também nesta altura, que se começaram a desenrolar, embora a título provisório, as primeiras obras de reforma dos HUC, nas instalações dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes e dos Militares, e logo Costa Simões começou a esboçar os seus projectos de construção de um novo hospital, a alvitrar à Faculdade de Medicina propostas de reforma, que depois foi emendando, terminada a sua 1.^a visita de estudos à Europa.

Após a sua nomeação para administrador dos HUC, Costa Simões começou a pôr em prática toda a reforma daqueles hospitais, no âmbito dos serviços e trabalhos de reconstrução, que vinha teorizando, desde 1853, nas seguintes publicações científicas: *Hospitais da Universidade de Coimbra; Projecto e sua Rectificação dos Regulamentos internos dos hospitais da Universidade de Coimbra; Notícia histórica dos Hospitais da Universidade; Dietas e rações; Anotações aos regulamentos internos dos hospitais; A reconstrução dos hospitais da Universidade; A minha administração dos hospitais da Universidade nos primeiros doze annos depois da sua reforma e Factos accidentaes da minha administração dos hospitais da Universidade.*

Na execução da reforma, Costa Simões elaborava: os projectos de acordo com as modernas regras de salubridade e de higiene mais em uso na Europa, de acordo com os ensinamentos colhidos da sua viagem científica; os seus estudos económicos; as propostas de financiamento e redacção dos vários regulamentos a que foi dando cumprimento desde a sua posse até à data do seu pedido de demissão em 1886.

No exercício desta função e porque teve de bulir com muitos interesses pessoais há longos anos instalados, Costa Simões teve de arrostar com a resistência tenaz de vários funcionários mais antigos; com as atribulações de serviços superiores que não cumpriam os princípios de boa e eficaz administração e até com as intrigas do capelão do hospital que apeou e retirou do altar da capela onde eram feitas as autópsias aos cadáveres as imagens dos santos ali existentes, que considerava profanados por “verem” (afirmava o capelão) os cadáveres mutilados dos autopsiados.

Acresce que, a partir de 1868 e com mais acentuação em 1870, o país apresentava-se em verdadeiro estado de rotura financeira, incomensuravelmente mais grave do que o actual e repisado estado de “tanga”, pelo que Costa Simões foi empreendendo a sua reforma praticamente com o auxílio da cor-

rente de donativos públicos e pessoais que o seu amigo e conferrâneo Barão de Luso ia angariando no Brasil e remetendo para Portugal. Porém, em 1872, o imperador do Brasil, D. Pedro II, visitou Coimbra, vindo com ele, além do Barão de Luso e seus familiares, mais dois capitalistas do Rio de Janeiro, dos mais beneméritos da beneficência portuguesa naquele país e dos mais empenhados em dar vulto às aludidas angariações, aos quais o ministério do reino recusou a concessão, mais do que justa, do grau de “comendador”, mediante a pressão das políticas de então de que tais donativos, em vez de serem canalizados para Coimbra, deveriam antes ser encaminhados para as casas de beneficência de Lisboa.

Cessaram, assim, os donativos do Brasil para Portugal e Costa Simões, que tinha um défice, na altura, nas obras, de cerca de 3. 907\$850 reis, teve de entrar, do seu bolso, para os cofres do hospital, com 1 500\$000 reis, correndo mesmo o risco de ter de pagar todo o restante se não fosse a benevolência do ministro do reino que acabou, mais tarde, no ano da demissão de Costa Simões, por saldar a totalidade daquela dívida.

Todas estas vicissitudes foi o grande Mestre ultrapassando, com bom-senso, sagacidade, pertinácia e educação superior, durante o tempo em que se manteve na administração dos HUC, mesmo depois de jubilado, que só suspendeu, durante cerca de um ano (de 25 de Novembro de 1882 até 11 de Dezembro de 1883), para ir reformar o Hospital de Santo António do Porto, a pedido da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade, que era sua proprietária.

Se Costa Simões, durante toda a sua vida, angariou incontestáveis admiradores, teve também, ainda que poucos, irredutíveis detractores: uns, movidos pelo mesquinho sentimento da “inveja” e, outros, como forma de autopromoção política.

Assim, foi no decurso desta administração hospitalar, em Coimbra, que Costa Simões sofreu um dos mais torpes ataques da sua vida pública, que lhe foi movido, em 1884, pelo, então, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Prof. Doutor Lourenço d’ Almeida Azevedo, que também era professor catedrático da Faculdade de Medicina daquela cidade e director político distrital do partido regenerador, na altura no governo, e que consistiu no seguinte:

Os talhantes de Coimbra detinham, na altura, o monopólio do fornecimento de carne aos HUC. A determinada altura, mancomunados, resolveram, unilateralmente, aumentar o preço da carne em termos incomportáveis para o erário do hospital. Costa Simões, mais uma vez, não transigiu com tal despautério e passou a encomendar a carne aos talhantes de Aveiro, que a despachavam por combóio para Coimbra. O presidente desta cidade, feito com os talhantes do seu município, resolveu apreender a carne vinda de Aveiro, dizendo que era imprópria para consumo, ao mesmo tempo que sobre ela lançou um imposto que até aí nunca havia lançado sobre outras encomendas da mesma natureza ou qualquer outra mercadoria vinda do exterior. Estava, assim, lançada a polémica que imediatamente passou a ser veiculada pela imprensa política da época afectada ao presidente da Câmara Municipal (o jornal *Correspondência de Coimbra*) e pelo jornal *Conimbricense* e outros jornais de índole científica, afectos a Costa Simões, chegando mesmo o assunto a ser discutido na Câmara dos Pares, em 1885, da qual o presidente da Câmara Municipal era membro. A polémica foi juridicamente resolvida a favor de Costa Simões, que tinha a classe científica toda a seu lado, o qual compilou toda a matéria num livro que publicou, em 1885, sob a epígrafe *As Prepotências de Coimbra, no Conflito da Carne de Aveiro*, onde pôde esclarecer a opinião pública da sem razão do seu adversário, mas que lhe determinou tal desgosto que o levou a pedir a demissão da administração dos hospitais, que se consumou, como se referiu, em 6 de Maio de 1886, após 16 anos de completa dedicação.

Após a sua demissão dos HUC, Costa Simões fixou-se na sua casa, na Mealhada, onde, apesar de desligado daquela administração, continuou os seus estudos e trabalhos sobre as construções e regime sanitário e administrativo dos hospitais, mantendo-se actualizado sobre as técnicas mais modernas praticadas na Europa, mediante contacto permanente com os seus colegas daqueles países. O número de Professores estrangeiros que conheceu e com quem se relacionou nas três viagens de estudo que fez pela Europa era de cerca de sessenta e quatro, conforme o atesta o álbum fotográfico que deles organizou e que ainda hoje existe. Assim, passou a ser ouvido e a colaborar na elaboração dos planos e na construção de todos os hospitais do país que, nessa época, tinham obras em execução ou em vias de serem iniciadas, entre as quais se contavam: o Hospital Real da Confraria do Bom Jesus de Matosinhos, Hospitais de Arcos

de Valdevez, Paredes de Coura, Lamego, Avelar, Cantanhede, Barcelos, Mangualde, Serra da Estrela, Anadia e de muitos outros.

Refira-se, a propósito do hospital da vizinha vila de Anadia, que o seu primeiro projecto foi encomendado a Costa Simões, em Dezembro de 1890, pelo Dr. Alexandre Ferreira Seabra, então presidente da Câmara daquele concelho e que foi grande advogado, jurisconsulto, autor do Código do Processo Civil de 1877 e sogro do cons. José Luciano de Castro, então presidente do Governo pelo partido progressista.

Entre o Dr. Alexandre Seabra e Costa Simões havia divergências relativamente à localização do hospital: o primeiro, pretendia construí-lo no antigo Paço dos Viscondes de Anadia, situado do lado nascente da actual capela de S. Sebastião, e que havia sido adquirido pelo Estado e cedido à Câmara Municipal de Anadia; o segundo, num terreno na encosta do Monte Crasto, dado o estado de degradação e acanhamento do espaço do edifício dos Viscondes de Anadia, sem luz e arejamento suficientes para a construção de um hospital.

Alexandre Seabra viria a falecer em de Junho, do verão de 1861. Após a sua morte, foi a sua filha, D. Maria Emília Seabra de Castro, esposa do presidente do Governo de então, cons. José Luciano de Castro, quem assumiu a continuidade da ideia de seu pai de dotar Anadia com um hospital. Porém, fê-lo com uma cambiante de relevo em relação ao seu progenitor: enquanto que este pretendia a sua construção em terreno público e, possivelmente, à custa do erário municipal, a filha cedeu, para o efeito, o terreno que possuía na encosta do Monte Crasto e prescindiu dos dinheiros públicos para erigir o hospital, porquanto pretendia a sua construção apenas com as dádivas dos particulares. Mais uma vez se socorreu dos conhecimentos técnicos de Costa Simões, tanto mais que pretendia a construção do hospital no local por este indicado a seu pai, e encomendou-lhe novo projecto, que aquele prontificou no curto espaço de quatro meses, ou seja, entregou-o em Janeiro de 1898.

A D. Maria Emília Seabra de Castro começou a dar corpo ao projecto, lançando a primeira pedra, em 1902. Porém, só 26 anos depois, isto é, em 1928, se viria a ultimar a construção daquela unidade hospitalar do nosso concelho vizinho.

Vários eventos concorreram para tal demora: a nomeação pelo Governo Civil de Aveiro, em Novembro de 1898, de uma Comissão Promotora para

Edificação do Hospital, precisamente quando Costa Simões tinha acabado de aprontar o projecto encomendado pela D. Maria Emília Seabra de Castro, a qual ignorou a iniciativa desta benemérita, mas, ao fim de dez anos de existência, nada tinha feito para levar o seu objectivo avante, pelo que acabou por ser extinta em 1909; o facto do cons. José Luciano de Castro ter cessado as suas funções governativas em 1906; a proclamação do regime republicano, no país, em 1910; o falecimento de José Luciano de Castro em 1914. Tudo isto foram circunstâncias degradativas da influência política e social da promotora, necessárias à construção da obra, a que se seguiu o período da recessão económica provocado pela 1.^a grande guerra mundial.

Todavia, D. Emília Seabra de Castro, intrépida e teimosamente, conseguiu, apesar de todas as vicissitudes, com a ajuda das suas filhas, dar corpo aos ideais de seu pai e dotar a sua terra com o Hospital que anos antes prometera¹⁷.

Apesar das obras de reforma efectuadas por Costa Simões nos HUC, este sempre defendeu e elaborou estudos tendentes à construção de um novo Hospital, em terrenos fora dos edificios reformados, que só não levou a cabo por falta de disponibilidades do erário público.

Em 1890, foi nomeada pela Faculdade de Medicina uma comissão tendente a tal objectivo, para a qual Costa Simões não foi indicado nem ali foram discutidos os seus trabalhos já elaborados ao longo dos últimos 40 anos, com o fundamento de que já se tratavam de “velharias” para a época. O Mestre sentiu-se ferido no seu brio profissional, com tal proscricção, tanto mais que sempre se considerou actualizado pelos contactos que foi mantendo com o exterior e atendendo a que a sua última viagem à Europa se tinha efectuado 12 anos antes. Tudo isto constituiu acicate para que o Mestre solicitasse imediatamente ao governo autorização para a sua 3.^a viagem à Europa, exigindo ainda que tal viagem lhe fosse totalmente subsidiada, dado que as anteriores haviam sido quase na totalidade por si suportadas, mas que agora não tinha situação económica que lhe permitisse tal encargo. A viagem foi autorizada, mas com a condição de Costa Simões sobre ela apresentar pormenorizado relatório, que

¹⁷ Para maior desenvolvimento da matéria, veja-se o artigo de CARLOS ALEGRE “Elementos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Anadia”, *AQUA Nativa*, n.º 24, Anadia, 2003, pp. 62-72.

depois seria publicado a expensas do erário público. Costa Simões realizou a viagem em 1891, a qual durou três meses, tendo visitado, nada mais nada menos, do que 69 estabelecimentos hospitalares na Espanha, França, Bélgica e Alemanha, da qual fez substancial relatório sobre tudo o que de mais moderno viu, que o governo publicou em três volumes: *Reconstruções e novas construções dos hospitais da Universidade de Coimbra*; *Hospitais portugueses de construção moderna* e *Hospitais estrangeiros de construção moderna*.

Após este trabalho, Costa Simões foi imediatamente chamado a integrar a comissão do novo HUC, o que muito o sensibilizou e fez desvanecer o desgosto sentido anteriormente de não ser convidado para integrar tal grupo. Costa Simões logo se prontificou a elaborar os necessários projectos e respectivos estudos económicos, para que o hospital ficasse localizado em toda a área que vai do Jardim Botânico até ao Penedo da Saudade e fosse distribuído por pavilhões autónomos e disseminados por aquele terreno, porque assim determinavam as modernas regras técnicas de arejamento e luminosidade das construções hospitalares.

Porém, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra de então, Dr. Costa Alemão, inadvertidamente, em 1892, mandou abrir uma estrada de 6m de largura que atravessou o terreno, impossibilitando ali a referida projectada construção, que ficou, assim, adiada por muitos anos.

Costa Simões, assim como era defensor da administração técnica dos hospitais por médicos e não por licenciados em direito, advogava também, de acordo com o que havia observado no estrangeiro, o exercício da enfermagem por enfermeiras seculares e não por freiras, como era hábito até então. Destas últimas, dizia serem muito solícitas no aspecto religioso, mas muito descuidadas no cumprimento das regras de higiene hospitalar e na medicação dos doentes e pouco obedientes às prescrições dos médicos, mas muito mais cumpridoras das ordens dos capelães. Deste modo, a fim de institucionalizar, no nosso país, o exercício da enfermagem secular nos hospitais, fundou, em 1881, a primeira escola de enfermagem em Coimbra, hoje designada por “Angelo da Fonseca”, cujo primeiro professor foi o Prof. Doutor Ignácio Rodrigues da Costa Duarte, ajudante preparador de Costa Simões nos laboratórios e um dos seus braços direitos e entretanto já doutorado na Universidade de Bruxelas, conforme anteriormente referimos.

A escola tem esta designação em virtude de, após a sua fundação por Costa Simões, ter estado inactiva cerca de 20 anos e ter sido restaurada a sua actividade pelo Prof. Doutor Angelo da Fonseca, em 1931. Todavia, os seus corpos directivos, corpos docente e discente consideram o seu fundador o Prof. Costa Simões, como efectivamente é.

Outra das principais reformas impulsionadas por Costa Simões na sua terra natal, foi a construção do edifício dos Paços do Concelho da Mealhada.

Este concelho foi criado, no reinado de D. Maria II, por decreto de 6 de Novembro de 1836.

A Revolução Liberal, em 1820, encontrou Portugal dividido em nada mais nada menos do que 828 concelhos, muitos deles sem dimensão territorial nem capacidade económica para sobreviverem condignamente. Assim, a revolução setembrista de 1836, de Passos Manuel, extinguiu, dos existentes, 498 concelhos e criou 21 novos concelhos, entre os quais os de Anadia e Mealhada, ficando, assim a existir, a partir dessa época, 351 concelhos. Quer dizer, os novos concelhos da Mealhada e de Anadia foram criados em contraciclo.

Aquando da sua criação, o concelho da Mealhada ficou a abranger, agora como freguesias, os extintos concelhos de Casal Comba, que também foi Couto, e Ventosa do Bairro.

Couto, na História Medieval, era a terra que o rei concedia às instituições eclesiásticas e que gozava de certas imunidades por ele instituídas: os moradores não pagavam impostos ao rei; as terras não estavam sujeitas à ingerência dos oficiais régios; era aos senhores da terra a quem pertencia o direito jurisdicional ou seja a administração da justiça, pelo menos nos pleitos suscitados entre os próprios moradores. A estas imunidades podiam acrescer outras de natureza variável, como a de os moradores serem isentos do serviço militar (*hoste e fossado*) ou do serviço braçal na construção ou reparação de castelos e de outros edifícios reais (*anúduva*). A “carta de couto” geralmente discriminava os privilégios concedidos pelo soberano e fixava os limites da terra coutada¹⁸.

A Vacariça, que igualmente foi Couto, ainda seria concelho até 6 de Julho de 1837, ficando, a partir desta data, incorporado no da Mealhada como freguesia designada de Vacariça ou Mealhada, ficando esta a ser cabeça do con-

¹⁸ JOSÉ RODRIGUES, *ob. cit.*, pp. 25-26.

celho. Em 1 de Janeiro de 1837, o antigo concelho de Aguim (constituído desde 1140, ano da fundação da nacionalidade, até 1832, como Couto, abrangendo os lugares de Aguim, Tamengos, Mata e Horta), que, desde 1835, tinha anexado o concelho de Ventosa, foi integrado no concelho da Mealhada. Assim, a partir de 6 de Julho de 1837, o concelho da Mealhada, pertencente ao distrito de Coimbra, passou a ser constituído pelas freguesias: da Vacariça ou Mealhada (uma vez que a Mealhada, embora sendo agora sede de concelho, só se autonomizou, como freguesia, da Vacariça, em 24 de Junho de 1944, pelo decreto nº 33.730, e, como paróquia, em 1968), de Tamengos e Aguim, Casal Comba, Luso e Ventosa do Bairro (esta com o lugar de Antes ainda incluído). Por decreto de 31 de Dezembro de 1853, foram incorporados no concelho da Mealhada as freguesias de Barcouço (antes integrada no concelho de Ançã) e da Pampilhosa (antes integrada no concelho de Coimbra), passando as freguesias de Tamengos e Aguim para o concelho de Anadia, do distrito de Aveiro. Em 1855, por decreto de 24 de Outubro, o concelho da Mealhada passou para o distrito de Aveiro, em troca com o de Mira, que passou para o distrito de Coimbra, o que determinou viva reacção dos mealhadenses, na época, que preferiam continuar no distrito de Coimbra, tal-qualmente como ainda hoje sucede e, por isso, irá ser eventualmente integrado na futura área metropolitana de Coimbra, conforme tem vindo a ser anunciado publicamente, embora continue a pertencer ao distrito de Aveiro.

No âmbito da organização judiciária, o concelho da Mealhada, após ter estado efemeramente integrado, como julgado municipal, na comarca de Cantanhede (1835-1853), passou a pertencer, desde 31 de Dezembro de 1853 à comarca de Anadia, onde permaneceu até ser constituída a nova comarca da Mealhada, em Abril de 1999.

Entretanto, em 26 de Junho de 1867, e quando ainda estava em vigor o Código Administrativo de 1842, foi publicada a lei de Administração civil, proposta e referendada por Martens Ferrão, quando governava o país um “ministério de fusão” entre Históricos (mais tarde chamados Progressistas) e Regeneradores, comandado pelo Dr. Joaquim António de Aguiar, mais conhecido pelo “Mata-Frades”, por ter redigido o relatório justificativo do decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas e cujo texto fora da iniciativa de D. Pedro IV. Ora, esta lei permitia uma nova organização administrativa do país.

Foi com base nela que, após a sua publicação até Outubro de 1867, se estabeleceu entre os concelhos da Mealhada e de Anadia uma grande polémica, com larga difusão na imprensa regional da época, encabeçada, no concelho da Mealhada, pelo Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova, sobrinho e afilhado do Prof. Costa Simões e que, como atrás se referiu, foi o último facultativo do partido médico de Cinco Vilas e que na altura já residia na Mealhada, onde veio a falecer, em 31 de Dezembro de 1942, com a bonita idade de 98 anos, e era pai da principal doadora da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, D. Maria Cândida Simões Cânova; no concelho de Anadia, a controvérsia foi veiculada pelo grande jurisconsulto, Dr. Alexandre Ferreira Seabra, autor do Código do Processo Civil de 1877 e que era sogro do que viria a ser, várias vezes, chefe do governo progressista, cons. José Luciano de Castro.

Tal polémica residia no facto de a Mealhada, invocando o referido diploma legal e a sua situação geográfica, por se encontrar no cruzamento das vias de Lisboa ao Porto e da via de acesso às Beiras, a que acrescia a circunstância de ser atravessada pela linha do caminho de ferro do norte, pretendia ser a sede da comarca e, ao mesmo tempo, cabeça de um grande concelho à custa da extinção dos vizinhos concelhos de Oliveira do Bairro, Anadia e Mortágua. Esse grande concelho abarcaria as freguesias de Barcouço, Luso, Vacariça, todas do então concelho da Mealhada, visto que a freguesia da Pampilhosa passaria para o de Coimbra, de onde tinha vindo 14 anos antes, e as freguesias de Casal Comba e Ventosa do Bairro passariam para o concelho de Cantanhede. A este concelho, o da Mealhada iria buscar as freguesias de Sepins e de Murtede; ao concelho de Mortágua, a Mealhada iria buscar as freguesias de Espinho e Trezoi, sendo as restantes incorporadas no concelho de Santa Comba Dão; ao concelho de Oliveira do Bairro, iria buscar as freguesias da Mamarrosa, Troviscal e Oliveira do Bairro (sede do concelho), sendo as restantes incorporadas nos concelhos de Águeda e Aveiro. Quanto ao concelho de Anadia, seriam todas as suas freguesias integradas no novo concelho da Mealhada, não obstante este, na altura, ter um número muito mais diminuto de fogos do que o concelho integrado e pagar ao Estado muito menos impostos que o concelho de Anadia.

O curioso é que a junta geral do distrito de Coimbra deu parecer favorável a este projecto de reorganização administrativa, contrariamente ao que sucedeu com a sua congénere de Aveiro.

Ouvidas as populações interessadas de todas as novas freguesias a integrar no grande concelho da Mealhada, todas foram unânimes em recusar tal integração, considerando-a mesmo, a consumir-se, uma verdadeira “monstruosidade administrativa”, dado que, além do mais, a sede do concelho ficaria situada no seu topo sul, com pelo menos uma das suas freguesias, a de Mamarrosa, a 23 km de distância.¹⁹

Esta megalomania, ainda superior à que levaria, mais tarde, à sua elevação de vila a cidade, acabaria, naturalmente, poucos meses depois, em Janeiro de 1868, em consequência da revolta popular da *Janeirinha*, que pôs termo ao governo em vigor e revogou imediatamente aquela lei, com base na qual se pretendia criar o grande concelho.

Após a criação do concelho da Mealhada, os seus serviços só viriam a ser instalados, em 1844, em edifício próprio, construído junto à Capela de S. Sebastião, esta mais tarde encurtada por ocupar parte da estrada nacional que ligava Lisboa ao Porto. Porém, este edifício e o seu recheio vieram a ser totalmente consumidos num violento incêndio ocorrido na noite de 9 de Novembro de 1880. Foi um grande revés para a historiografia das instituições deste concelho, porquanto dos seus arquivos constavam documentos de grande valor, oriundos principalmente dos concelhos e Coutos de Aguium e da Vaca-riça, que no da Mealhada, como vimos, vieram a ser integrados. As próprias actas da Câmara Municipal da Mealhada, até essa data existentes, foram igualmente devoradas no mesmo incêndio, pelo que as que agora se podem consultar são todas posteriores a tal data.

Daí que, a partir dessa altura, os serviços do município e de outras repartições públicas tivessem de funcionar em edifícios emprestados ou arrendados, com grandes encargos para o paupérrimo erário municipal de então.

Era, todavia, reconhecido que, já antes do incêndio, o edifício se havia tornado acanhado para o fim específico para que havia sido construído.

Assim, cedo começou Costa Simões a retirar, dos abonos que o seu amigo Barão de Luso ia conseguindo no Brasil e com o assentimento dos respectivos subscritores, pequenas quantias em dinheiro que mandava depositar

¹⁹ A este propósito veja-se, o artigo de ALEXANDRE SEABRA “Anadia e a Mealhada. Uma disputa administrativa no séc. XIX”, *AQUA Nativa*, n.º 22, Anadia, 2002, pp. 69-72.

na Câmara para a construção de uns novos Paços do Concelho, para a qual o município não tinha qualquer possibilidade económica de fazer face nem de obter do erário público qualquer contributo para o efeito.

Deste modo, logo em 30 de Novembro de 1880, decorridas que eram três semanas após o incêndio, a Câmara Municipal da Mealhada, de que era presidente o Dr. Alexandre de Assis Leão, deliberou utilizar um depósito de 945\$645 (novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reis), ali existente, conseguido por Costa Simões, pela forma atrás indicada, na compra do terreno, com 12.552 m², que já tinha adquirido em hasta pública, pelo montante de 1.500\$500 (um conto e quinhentos mil e quinhentos reis), pertencente à Companhia Vinícola da Bairrada, contíguo à Estação do caminho de ferro e que havia sido penhorado a esta empresa. Tal terreno destinar-se-ia essencialmente: não só a construir o novo edifício dos Paços do Concelho, como também a abrir a rua, hoje “Dr. Manuel Louzada”, desde a estrada para Cantanhede até á Estação e sua continuação, paralela ao caminho de ferro, até à estrada que ia para Coimbra; a abrir outra rua transversal a esta, desde a Estação até entroncar com a rua principal da Mealhada e os terrenos sobrantes, a nascente e a poente da primeira rua (hoje Dr. Manuel Louzada), destinar-se-iam a ser vendidos a particulares para se obterem receitas necessárias ao pagamento do resto do custo do terreno²⁰.

Por sua vez, o antigo edifício em ruínas da Câmara foi cedido por esta, em Março de 1884, quando era seu presidente o Dr. José de Vasconcellos Cerveira Lebre, da Mealhada, à Direcção Geral dos Telégrafos e Correios, para ali ser instalada a estação de telégrafo postal da vila. Quer dizer, aquela Direcção Geral recuperava totalmente o edifício e pagava o foro do terreno onde se achava implantado e, quando aquele edifício se não tornasse necessário ao fim em vista, entregá-lo-ia à Câmara no estado em que se encontrasse. Face às dificuldades económicas da autarquia, a Câmara acabou por aceitar tal proposta, tanto mais que já andava a tentar construir um novo edifício para os Paços do Concelho²¹.

²⁰ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 23 de Novembro de 1880 e de 15 de Novembro de 1882.

²¹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 18 de Março de 1884.

Nos entretantes, e decorridos que eram mais de dez anos após o incêndio e atendendo às avultadas quantias gastas pela Câmara nos arrendamentos das instalações das diversas repartições públicas do concelho e o reduzido avanço no propósito da construção do novo edifício, sempre por dificuldades económicas, em 6 de Agosto de 1891, a Câmara, presidida pelo Visconde do Valdoeiro, da Vacariça, deliberou pedir um empréstimo de dois contos de réis destinado à aquisição de um prédio urbano, também situado junto da Estação, pertencente a Francisco Alves, que em breve iria ser vendido em “praça” e que, com poucas despesas de adaptação, serviria para a instalação dos serviços da Câmara e demais repartições públicas concelhias.

Este empréstimo foi autorizado pelos 40 maiores contribuintes do concelho, conforme se exigia na legislação em vigor na época²².

Poucos meses decorridos após esta autorização, a Câmara, ainda presidida pelo Visconde do Valdoeiro, viria a receber um ofício assinado pelo Prof. Costa Simões, datado de 19 de Novembro de 1891, que viria a alterar toda a problemática e perspectiva até aí existentes da construção dos novos Paços do Concelho. Esse ofício dizia o seguinte:

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor:

Com muito prazer tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Excellentíssimo Senhor Conde de Wilson, opulento capitalista e abastado proprietário do Rio de Janeiro, se dignou pôr à minha disposição o generoso e avultado donativo de oito contos de reis, moeda portuguesa, para, por minha indicação, serem oferecidos à Câmara Municipal a que Vossa Excelência dignamente está presidindo, com aplicação às construções dos novos Paços do Concelho. Depositei esta quantia na acreditada casa do Porto, Valle Irmãos e Companhia, a vencer juro anual de cinco por cento; quantia que passará a conta corrente daquela casa com a Câmara Municipal, logo que essa corporação se ache superiormente autorizada para receber a mencionada oferta. Deus Guarde a Vossa Excelência - Mealhada desanove de Novembro de mil oitocentos noventa e um. António Augusto da Costa Simões.²³

²² Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 6 e de 20 de Agosto de 1891.

²³ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 19 de Novembro de 1891.

Era, sem dúvida, uma oferta de muito valor para a época, atendendo a que as obras para a construção do edifício foram adjudicadas por 8.599\$000 reis, como iremos referir mais adiante, e as obras do Hospital de Santa Maria da Mealhada, inaugurado anos depois, ou seja em 1906, foram construídas com outra dádiva conseguida por Costa Simões no montante de cinco contos de reis.

A Câmara Municipal logo se apressou a aceitar o imprevisto e abençoado donativo e a agradecer, não só ao doador, como a Costa Simões, mais esta benemerência oriunda do Brasil, que iria permitir a resolução de uma carência do concelho a que não era fácil fazer face nos próximos anos²⁴.

Procurámos, contudo, indagar do verdadeiro fundamento desta tão importante dádiva de um brasileiro a Costa Simões para uma obra do nosso concelho, que ele possivelmente nem sequer conhecia. Os elementos que encontrámos sobre o assunto são escassos, tanto mais que a personalidade do Conde Wilson parecia ser totalmente desconhecida na nossa região, antes de Costa Simões ter conseguido tão substancial donativo. Os únicos elementos informativos ser-nos-iam fornecidos pelo vereador da Câmara Municipal da Mealhada de então, Dr. Manuel Duarte Pega, numa sua intervenção, na sessão da Câmara de 23 de Maio de 1894, onde afirmou que Costa Simões *obteve do governo para uma obra nossa os pares de contos offertados pelo Conde Wilson ao Estado em recompensa do brasão condal*.²⁵

Acresce que é conhecida a política que foi seguida, em relação à nobreza, depois de instituído o regime liberal em Portugal.

“...A lei pôs fim aos direitos feudais e às comendas (1821-46), extinguiu os vínculos (parte em 1832, totalmente em 1863), tirou aos nobres as tenças e outros subsídios que o rei tradicionalmente lhes garantia, nacionalizou a propriedade da Coroa, e assim por diante. Para subsistir - e muitos não o conseguiram - os nobres tiveram de passar a depender exclusivamente dos seus bens fundiários e da sua participação no comércio e indústria. Este facto fê-los aproximar da burguesia como nunca anteriormente. Por outro lado, a política governamental de conceder títulos a membros da pequena nobreza, a comer-

²⁴ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 26 de Novembro de 1891.

²⁵ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 23 de Maio de 1894.

ciantes, a burocratas e a soldados prosseguiu a ritmo cada vez mais elevado”... “A maior parte destes títulos não implicava nobilitação permanente, visto serem concedidos em uma vida ou duas vidas apenas. Numerosos brasileiros e outros estrangeiros eram incluídos nas reais mercês, que pouco mais significava que uma condecoração à maneira moderna. Viscondes e barões tomaram a dianteira com 81% da totalidade dos títulos”... “Em parte devido a isto, os títulos de visconde entraram a predominar, seguindo à cabeça até finais do século, com resultados idênticos, como é fácil supor. Daí o famoso ditado popular muito em voga na época: *«Foge, cão, que te fazem barão!; Para onde, se me fazem visconde ?!»*. A política de concessão de títulos achava-se tão desacreditada ao findar o reinado de D. Luís que os seus sucessores D. Carlos (1889-1908) e D. Manuel II (1908-1910) reduziram as mercês nobiliárquicas ao mínimo, num esforço de condicionar a nobilitação às suas antigas regras”²⁶.

Conjugando estes elementos históricos com aqueles que nos foram fornecidos pelo vereador, Dr. Manuel Pega, afigura-se-nos ter encontrado a explicação para a dádiva do Conde de Wilson, que não deixa de ser de elevado significado para o nosso concelho e que os seus órgãos representativos muito agradeceram.

Garantidos os custos económicos da construção do novo edifício, parecia que nada iria obstar ao seu início a curto prazo.

Pura ilusão. Começou aqui uma controvérsia que só iria terminar três anos depois, dela havendo a lamentar como é que a obstinação dos homens, principalmente quando se detém as rédeas da governação municipal, nem sempre lhes permite alcançar, com os horizontes e a clareza necessários, os efeitos da sua administração projectados no futuro.

Como já atrás deixamos expandido, a Câmara já havia adquirido, cerca de 12 anos antes, junto da Estação do caminho de ferro, um terreno que, entre outros fins, se destinava à construção dos Paços do Concelho. Todavia, uma vez que, por intermédio de Costa Simões, já estavam garantidos os custos económicos de uma construção moderna, ampla e decente com vista ao alojamento dos serviços municipais e restantes repartições públicas concelhias, havia agora que estudar novas soluções quanto ao seu correcto enquadramento

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, Lisboa, 1973, vol. III, pp. 118-119.

na vila, de modo a alcançar-se o seu equilibrado e harmonioso desenvolvimento urbanístico, social e económico, projectado na posteridade.

Assim, após esses estudos, a Câmara Municipal da Mealhada, então presidida pelo Dr. Manuel Cerveira de Almeida, de Ventosa do Bairro, deliberou, em 21 de Julho de 1892, que o local mais adequado para a construção do edifício seria o chamado *Quintal do Henriques*, que era um terreno de cultura, com uma parte urbana que fazia frente para a rua e estrada pública existente ao centro da vila e que media, na totalidade, cerca de 9.313 m² e pertencia ao Dr. José de Vasconcellos Cerveira Lebre, ou seja, era o terreno onde hoje se encontram efectivamente construídos os actuais Paços do Concelho e o seu jardim anexo. Este terreno permitia, no entender daquele órgão municipal, além da construção do edifício, um grande *commodo e regalia tanto às pessoas da villa como às de fora que a ela ocorrem, inclusivamente para servir de mercado semanal que costuma fazer-se na mesma villa*, pelo que deliberava a sua aquisição e expropriação para o efeito²⁷.

Entretanto, foi eleita a nova Câmara para o triénio 1893-1895, à qual ficou a presidir o Dr. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, da Vacariça, sendo vice-presidente o Dr. Manuel Duarte Pega, eminente jurista e Conservador do Registo Civil da Mealhada, com excepção do ano de 1894, em que foi vice-presidente Manuel Luís Baptista dos Santos.

Conhecida a deliberação da Câmara de 21 de Julho de 1892, Costa Simões logo diligenciou junto do arquitecto Hans Dickel, que se julga de nacionalidade holandesa ou sueca, para este elaborar as plantas e os alçados referentes à construção do novo edifício. Costa Simões entregou pessoalmente estes documentos na Câmara em 26 de Abril de 1893, acompanhados dos recibos correspondentes a tais despesas²⁸.

Como o processo da aquisição do terreno para a construção dos novos Paços do Concelho não avançasse, o vereador de então, Dr. Manuel Duarte Pega, dotado de grande espírito combativo e inovador para a época, começou a questionar o órgão municipal a que pertencia se este estava ou não na disposição de expropriar o terreno escolhido para o efeito, conforme boato que cor-

²⁷ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 21 de Julho de 1892.

²⁸ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 26 de Abril de 1893 e 9 de Maio de 1894.

ria junto do povo da Mealhada, que já dava mostras de exaltação pelo comportamento omissivo da Câmara em tal processo. Este órgão secamente informou ser “infundado tal boato”²⁹.

Após algumas peripécias relacionadas com a localização dos projectos elaborados pelo arquitecto Hans Dickel, que não eram encontráveis na Câmara³⁰, o vereador Dr. Manuel Duarte Pega, na sessão de 23 de Maio de 1894, fez uma extensa, acalorada, mordaz e catilinária intervenção, na qual: criticou asperamente a Câmara pela sua omissão de não dar andamento ao processo da localização dos novos Paços do Concelho e por não respeitar o que a esse respeito já havia sido deliberado por aquele órgão em 21 de Julho de 1892; defendeu que a construção do projectado edifício no centro da vila, cercado por um amplo largo em contacto com excelentes comunicações viárias, permitiria o rasgar de uma nova rua que o ligaria até à Póvoa e que seria por natureza a artéria mais fecunda do concelho; consentiria ainda a instalação no seu recinto de uma nova fonte com as águas potáveis vindas da fonte da vila e tornava quase certeza ver realizada “a formosa utopia do seu cérebro que era a criação na Mealhada de uma comarca judicial”. Mais uma vez estava aqui relançada a ideia já defendida, em 1867, pelo Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova, mas agora sem a criação do grande concelho da Mealhada à custa da extinção dos concelhos de Oliveira do Bairro, Anadia e Mortágua.

Veja-se, para melhor esclarecimento, o teor da aludida intervenção:

...Em seguida pelo Senhor vereador Doutor Manoel Duarte Pega foi dito:
- *Senhores Presidente e Vereadores da Camara. Dizem os sectarios de Machiavel que a palavra foi dada ao homem para ocultar o pensamento. É um erro. A palavra é o transmissor das edeias e as edeias são o refluxo do espirito. Falando é que a gente se entende. Venho pois fallar à Camara ainda mais uma vez dos paços concelhios, que tanto me tem preocupado e á minha terra natal, e sobretudo a um grande e illustre filho, que eu creio continuar a merecer da Camara a mais profunda veneração. Quer esta corporação ao que parece desviar-se do que primeiro resolvera sobre o assumpto. Ou se funde em pensamentos economicos, que a Mealhada considera incompativeis com a sua pros-*

²⁹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 28 de Março de 1894.

³⁰ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 11 de Abril, de 9 e 16 de Maio de 1894.

peridade futura, ou que se funde em principio Cesarico de que as coisas se desfasem pelo modo porque se fizeram, a Camara, seja dito, coloca-se n'uma situação violenta, antagonica e tensa, só propria para organizar contrariedades e desgostos, que nenhuma honra lhe dão. Permitta-me a Camara fallar-lhe assim. É a linguagem da verdade que outra não sei fallar. Habituei-me há muito a diser só o que penso e o que sinto. Para muitos cidadãos porem não é tanto por aquelles motivos como por um capricho odiento e rancoroso, disem, que a Camara creou para si a atmospherá pesada que respira. Efectivamente há quem suponha ou suspeite que a conduta da Camara, ora hesitante, ora obstinada, obedece a um plano preconcebido, a uma vingança politica contra os que militam em campos opostos. Eu não acredito isto, mas a ser certa a suposição, pergunto á Camara se é justo que a Mealhada seja a victima de mesquinhos rancores, seja bode expiatorio d'uma conspiração manifestamente feita aos seus mais vitaes interesses ?! Por uma reviravolta da fortuna eu sou hoje no concelho o cidadão que menos confiança inspiro á Camara e portanto o que menos auctoridade tenho para influenciar as suas decisões. Fallando a verdade eu fui sempre um tanto jacobino. Ora o meu jacobinismo, outrora tão apreciado e aproveitado para a preponderancia politica da Camara, insita-me a dizer que as retencias systematicas desta respeitavel corporação se prestam maravilhosamente á suspeição assim referida. Pois não é mais conforme aos sentimentos de recta franquesa que a Camara saia destes mysterios burocraticos, mostrando que a sua mente foi, é e será sempre respeitar a opinião ?! Porque não consulta essa opinião ? Bem entendido que me reputo á mais directamente interessada no caso, que é a da Mealhada, Povoá, Reconco e Sernadello. Objectar-se-há talvez que o resto do concelho, tendo egual interesse no assumpto, deverá tambem ser ouvido. Eu penso que os habitantes de Barcoço, Luso, Ventoza ou d'outros povos concelhios não são dominados por interesse daquella ordem. Não vivem na Mealhada, não tem aqui a familia e a propriedade, os unicos factos que geram afeição pela terra natal e interesse pela sua prosperidade futura. Não ignora a Camara que depois d'estes dois grandes factores naturaes o que mais amor nos inspira é a terra onde vimos a luz pela vez primeira. Só n'ella encontramos companheiros que connosco brincaram na infancia, velhos que cercaram a nossa mocidade de benevolencia e carinhos. Só ella nos lembra acontecimentos que fallam ao nosso coração e

interessam á nossa vida individual. Ora estes laços de interesse, de coração, de espirito e de associação, laços todos naturaes, todos privativos e peculiares d´uma localidade não tem valor algum para homens estranhos a ella. Haverá pois nada mais injusto que chamar cidadãos procedentes do resto do concelho para emitir voto sobre um assumpto inteiramente desligado do seu coração e do seu interesse ?! Será racional ouvir homens injustamente indiferentes á grandesa d´esta villa concelhia, e portanto melhor dispostos a fumentar desinteligencias, odios lamentaveis, que a Mealhada em tempo algum poderá esquecer ?!. No meio de tantos pareceres disparatados, proferidos sem sciencia nem consciencia por individuos sujeitos ás mais diversas influencias, a Camara não ficaria melhor orientada, não ficaria exactamente instruida dos votos e disposições de cada cidadão, e ainda que resolvesse o assumpto a contento da Mealhada, a sua resolução de certo despeitaria aquelles que se tivessem pronunciado d´outro modo. Se a Camara, por exemplo projectasse em outra localidade do concelho um melhoramento de vulto de certo ouviria de preferencia os seus habitantes ácerca das condições e situação da obra, não só por serem os mais interessados, mas porque com conhecimento de causa, mais competentemente podiam calcular os effeitos do empreendimento. Ouvindo pois somente esta capital concelhia e os tres povos mais afins d´ella, a Camara alem de mostrar sabedoria, provará que o seu intuito único é fazer-lhes um beneficio e não um maleficio. Se a verdadeira politica é a arte de bem governar os povos haverá porventura melhor politica ?! Não ganhará o poder municipal mais respeito, prestigio e força sancionando nos limites do possivel, as aspirações locaes ?! Para fazer nascer no coração mealhadense o sentimento de gratidão haverá coisa mais natural que outorgar-lhe um bebeficio merecido ?! Quantos trabalhos, inquietações e magoas não evitaria assim a Camara ? A quantas mormurações e odios se furtaria seguindo o voto da minha terra natal, e desprezando falsas conveniencias, mais preciosas ainda nos governos dos municipios do que no do Estado ! Suponha-se que o povo mealhadense, ouvido acerca do local para a edificação, se pronunciava, como é de crer, pelo naturalmente sito no coração da villa, o mesmo que a Camara já nesta casa confessou oralmente e por escripto ser o mais apropriado para a engrandecer. Pergunto: poderá alguém no presente e no futuro negar á Camara o legitimo orgulho, a honrosa satisfação, de ser a principal factora do emprehendimento ?

Dirse-há talvez que á geração presente pouco aproveitaria o beneficio. Estradas rompidas, canaes abertos, fortalezas erguidas, postos maritimos constituídos, parques formados, pontes levantadas, são estas obras pertinentes mais ás gerações vindouras que ás presentes. Um pae honrado e bom, se trabalha para acumular riquezas, é mais pelo sentimento altruista de as legar a seus filhos, do que pelo egoismo torpe de as dissipar depois em prejuizo d´elles. Figure-se o projectado edificio erecto no centro da villa, cercado por um amplo largo, em contacto com excellentes comunicações viarias, suponham-se futuras vereações empenhadas na fecundação de tão levantada obra, já regulando o projecto de casario que fatalmente virá defrontar-se ao mesmo largo, já rasgando desde elle até á Povia uma nova rua, que deverá ser por natureza a arteria mais irrigada do sangue concelhio, já canalizando finalmente para o seu recinto parte das agoas da fonte da villa, que assim ficarão de ver supridas as necessidades do publico, figure-se e suponha-se, repito, tudo isto feito em algumas dezenas de annos, e depois que se negue ainda ao concelho a quasi certeza de ver realisada a formosa utopia do seu cerebro - a criação d´uma comarca judicial - É um sonho isto, mas de tão bela miragem, que embora Deus me mate antes que veja a realidade d´elle, o coração me palpita sempre que me lembro que a poder. Serei talvez um visionario, mas persuado-me que a Camara, iniciando esta grande empresa, não só fará um relevantissimo serviço á villa concelhia, mas trabalhará tambem para a futura emancipação judiciaria do municipio. Haverá titulo mais justo do que este para conquistar todos os corações patriotas, para merecer a veneração da posteridade ?! «Que se conciliem connosco, nós nos conciliaremos com elles» dizia outrora o povo romano a Menesio Agrippa no Monte Aventino a proposito das desavenças que trasia com os patricios do Senado. Se a história é a mestra da vida haverá porventura ensinamento mais apropriado para uma magistratura eleita pelo povo conservar a estima d´elle ?! Acredite a Camara que o desejo da Mealhada é continuar respeitando o poder municipal, é continuar exaltando as suas obras mais uteis. Só uma grande injustiça é que poderia apagar estas ideas do seu espirito. Ora não será barbaridade a Camara aproveitar-se de tão boas disposições para cometter um verdadeiro maleficio ?! Que lucraria a Camara com isso ? Certamente o odio popular. Pela parte que me toca, na qualidade de edil, direi como um rei castelhano que «receio mais o odio do povo que o ferro dos meus inimigos». No começo da

actual gerencia, quando n´esta casa a questão do local para a edificação se estudou e discutiu, sendo afinal resolvida em sessão de oito de março do anno ultimo com a aprovação dos quarenta maiores a bem dos interesses da villa, dois ou tres falsos patriotas Mealhadenses obedecendo a intentos que desconheço, iniciaram contra mim uma campanha de descrédito. Quizeram persuadir os habitantes da Povia que, se um dia o mercado se transferisse para o futuro largo do municipio seria eu o unico culpado da transferencia. Quanto pode, senhores, a audacia de mãos dadas com a maldade ! Pois podia alguém de boa fé acreditar n´um absurdo tão pyramidal ?! Se tal acontecesse onde iria a Zeladoria da Capela de San´Anna buscar os recursos, auferidos do arrendamento do mercado, para pagar a missa dominical? A Mealhada, a Povia, o Reconco e Sernadello resignar-se-hiam porventura a ir ouvil-a um templo distante ?! Mas há mais ainda: Tendo n´uma das primeiras sessões do anno passado proposto á Camara a criação d´um imposto de caça – que como é sabido está aparentado com os direitos sumptuarios, de sorte que só incide sobre quem pode e deve pagal-o – os difamadores exploraram tambem este filão, e para me malquistarem com o povo espalharam **urbi et orbe** que eu queria vexal-o, advogando n´esta casa o lansamento d´uma «derrama geral». Era assim que falavam. Esta intriga noventa não os deixou porem satisfeitos. De facto para desnortear o sentir Mealhadense vieram afirmar ainda que o venerando Reitor da Universidade esse eminente cidadão, astro scientifico de primeira grandeza, orgulho da minha terra natal, era de todo o ponto indiferente (sic) ao local escolhido para os paços municipaes !!! Eis, senhores, a justiça feita pelos caluniadores ao grande patriota, ao homem que obteve do governo para uma obra nossa os pares de contos offertados pelo Conde Wilson ao Estado em recompença do brasão condal, ao homem que, logo após o donativo para a casa camararia, dominado pela ideia calorosamente abraçada pela vereação preterita e numerosos cidadãos de que obras d´estas se fasem em toda a parte no coração das capitaes concelhias, tanto labutou, tanto trabalhou para aplanar as dificuldades materiaes e moraes levantadas á realização d´ella, já representando a necessidade de activar a cobrança de uma valiosa quantia devida ao municipio, que a mesma vereação resolvera com geral aplauso aplicar na expropriação do terreno apropriado, já estudando durante muitos mezes o melhor plano architetonico para o edificio, já quebrando com auctoridade do

seu nome a esperada oposição do dono do mesmo terreno, já em fim coadjuvando eficazmente por vezes esta Camara em desempenho dos seus arduos trabalhos. Ora, francamente, senhores, será indiferente a localização da obra ao homem que fez tudo isto ?! Porventura quem fez estes patrióticos serviços ralar-se-hia tanto para ver a final a grande obra – primeiro d´elle que de mais ninguém – edificada ahi em qualquer canto ?! E não terá a Camara, tambem ahi em algum canto, um valente chicote para fustigar rijamente os autores de tão negra perfidia, de tão miseravel calunnia ?! Vou terminar, porque não desejo fatigar mais a atenção da camara. O pano já vai largo e é preciso apañhar as vellas d´elle. Reconheço que a questão orçamental somente é que tem impedido a camara de executar há mais tempo a deliberação de oito de março do anno passado. Reconheço que todas estas delongas não podem senão attribuir-se á repugnancia da Camara em recorrer ao credito ou em desviar do fundo de viação o que baste para equilibrar o orçamento. Pois bem: se a Camara apelar para a opinião local estou certo que, respeitadas os seus escrupulos, se ha de resolver o problema a contento de todos. Nesta conformidade, e attendendo a tudo o que fica exposto terá certamente calado no animo da camara, venho apresentar-lhe a seguinte Proposta: Proponho se convoque o corpo eleitoral da Mealhada, Reconco e Sernadello, para em sessão extraordinaria, celebrada em dia santificado, ser consultado sobre a escolha do local para a edificação dos Paços Concelhios, e, caso se pronuncie pelo naturalmente sito no centro da villa, se lhe comunique qual o capital que a Camara pode aplicar para a expropriação d´elle.

A Camara resolveu tomar conhecimento d´esta proposta na proxima sessão.³¹.

Veja-se que estas “utopias” do Dr Manuel Pega se viriam todas a concretizar, muitos anos depois, é certo, mas que, vistas agora à distância dos tempos, comprovam o seu espírito inovador, criativo e de horizontes largos em relação aos problemas concretos da sua terra.

Queixava-se o Dr. Manuel Pega, nessa sua intervenção, que a posição por si assumida quanto à localização do novo edificio, lhe tinha valido, por

³¹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 23 de Maio de 1894.

parte de alguns “falsos patriotas da Mealhada”, uma campanha de descrédito, na qual procuraram convencer os habitantes da Póvoa de que uma eventual transferência do mercado daquele local para o centro da vila se deveria a si e que o próprio Prof. Costa Simões seria contra a localização do novo edifício no *Quintal do Henriques*, o que não correspondia à verdade.

O aludido vereador, no final de tal intervenção, como se viu, acabaria por propor à Câmara para que fosse convocado o corpo eleitoral da Mealhada, Póvoa, Reconco e Sernadelo, a fim de, em sessão extraordinária e celebrada em dia santificado, fosse consultada quanto à localização da edificação dos Paços Concelhios.

A Câmara Municipal, em sessão de 30 de Maio de 1894, em relação à proposta do vereador Dr. Manuel Pega, deliberou abster-se de apreciar o relatório que a precedeu e em ouvir o parecer dos principais munícipes de todo o concelho até ao número de 130, para além dos 40 maiores contribuintes prediais e industriais. Por sua vez, o vereador, Dr. Pega, propôs a audição do Prof. Costa Simões sobre a localização dos Paços do Concelho³².

Entretanto, como a casa onde estavam instalados os serviços da Câmara Municipal, administrador do concelho e repartição da fazenda estivesse em verdadeiro estado de ruína, aquele órgão do Município deliberou arrendar uma casa, sita na vila, a Manuel Duarte Cabral, de Sernadelo, para o exercício de 1895, não podendo a renda ser superior a 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis) anuais, o que acabou por conseguir mediante o pagamento efectivo da renda de 52\$000³³.

Em Agosto de 1894, o presidente da Câmara, Dr. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, adoeceu, sendo substituído na presidência pelo vice-presidente Manuel Luís Baptista dos Santos, de Ventosa do Bairro. Após este evento, a Câmara, finalmente, aceitou expropriar 7.000 m² do terreno do *Quintal do Henriques*, depois de várias propostas nesse sentido feitas pelo vereador, Dr. Manuel Pega³⁴, que também propôs a sua compra em vez da

³² Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 30 de Maio de 1892, e de 13 de Dezembro de 1894.

³³ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 7 e de 14 de Novembro 1894.

³⁴ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 2 de Janeiro de 1895.

expropriação por utilidade pública, que era um processo bastante mais moroso³⁵, pelo que a área que acabou por ser efectivamente comprada para a instalação do edifício foi de 6.093 m², a pedido do vendedor e com assentimento da Câmara.

Após a elaboração do programa do concurso pelo vereador Dr. Manuel Pega, a obra acabou por ser adjudicada, em 19 de Maio de 1895, a João Gaspar Marques e Neves, de Bisoeiro, da freguesia de Paião, do concelho de Figueira da Foz, pelo montante de 8.599\$000 (oito contos quinhentos e noventa e nove mil réis)³⁶.

A Câmara deliberou igualmente, em 29 de Maio de 1895, seguir na construção do edifício as instruções que, por escrito, lhe foram remetidas por Costa Simões, acompanhadas de uma planta complementar do edifício a construir³⁷.

Entretanto, em 12 de Junho de 1895, o vereador Dr. Manuel Duarte Pega foi eleito presidente da Câmara no impedimento, por doença, do titular efectivo, Dr. Constantino Botelho³⁸.

O início da construção do edifício viria a ser inaugurado por Costa Simões, a pedido da Câmara Municipal, em 7 de Julho de 1895, com o lançamento da primeira pedra, tal como foi deliberado por aquele órgão em sessão de 3 de Julho de 1895, cujo teor é o seguinte:

Deliberação tomada pela Câmara Municipal da Mealhada em sessão de 3 de Julho de 1895, sob a presidência do Ex.mo Dr. Manuel Duarte Pega, no impedimento do Presidente efectivo, Dr. Constantino Botelho Lacerda Lobo, e vereadores presentes João Lopes dos Santos, Victorino Ferreira de Freitas e António Francisco Cova, faltando por motivo justificado o vereador Manuel Luíz Baptista dos Santos e estando presente o meritíssimo administrador do concelho Augusto Eduardo de Araujo Cerveira de Sena:

Em seguida pela presidencia foi dito que devendo no dia 8 do corrente mês de Julho começar a obra da construção dos Paços municipaes, devia a Camara convidar o Sr. Dr. António Augusto da Costa Simões, actual Reitor da

³⁵ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 16 de Janeiro e de 17 de Abril de 1895.

³⁶ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 19 de Maio de 1895.

³⁷ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 29 de Maio de 1895.

³⁸ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 12 de Junho de 1895.

Universidade, dotador da mesma obra, para vir inaugura-la, por isso propunha que a Camara assim o resolvesse.

A Camara deliberou marcar o dia 7 do corrente pelas oito horas da manhã para a inauguração e que se convidasse o mui illustre Reitor da Universidade para vir bater a primeira pedra lançada nos fundamentos da construção, e bem assim se convidasse tambem as pessoas mais gradas do concelho para a assistência à comemoração. Em seguida pela presidencia foi apresentado para ser discutido o projecto de mensagem que entendia dever dirigir-se ao Sr. Dr. António Augusto da Costa Simões e ser-lhe lida no acto em que este eminente sabio inaugurasse a referida obra dos Paços Municipaes. O referido projecto é do theor seguinte: Excellentíssimo Senhor Doutor António Augusto da Costa Simões. Este Município sabe até onde vos tem levado o esforço do vosso trabalho e o privilegio do vosso talento. Sabe que o vosso nome pertence hoje à pleiade das celebridades medicas, à elite gloriosa dos sabios portugueses. Sabe que ao lado de Amato Lusitano, de Zacuto, de Ribeiro Sanches, de Bernardino Antonio Gomes e de tantos outros illustres mestres de medecina já inscriptos na historia scientifica do país, a posteridade hade tambem escrever o vosso. Sabe que desde a primeira mocidade a vossa divisa, a vossa bandeira de honra tem sido o trabalho, mas trabalho obstinado e excepcional, sempre ardentemente devotado às mais concretas investigações da sciencia. E tambem sabe que esta não é apanagio de cartas, não conhece hierarchias, mas pertence somente aquellas que, à custa dos próprios esforços, souberam conquista-la. Humilde foi a origem de William Herschell, mas apesar disto veio a ser astronomico de primeira ordem; no intervalo das observações celestes ganhava a vida tocando oboé nos concertos publicos, e foi assim que o pobre musico chegou a circundar de gloria o nome obscuro, descobrindo Urano e calculando-lhe rigorosamente a orbita e a velocidade do movimento. Na miseria decorreram os primeiros annos de Carlos Lineo, que para não morrer de fome até chegou, quando estudante, a remendar os sapatos dos condiscipulos, mas a sua mocidade angustiosa não o impedio de vir a ser o primeiro naturalista do seu tempo: Brezelio, o eminente chymico sueco, era filho d´um mestre escola. Balard, o descobridor do bromo, descendia d´uns pobres vinhateiros. Dederot, pensador profundo, era filho d´um cutileiro. Proudhon, o eminente philosopho socialista, foi pastor de gado e teve por pais um tanoeiro e

uma cozinheira. Como estes e outros muitos também vós, Senhor, sahido duma familia obscura, mas estremamente honrada, vos elevastes à representação da mais alta sciencia.

Se pertenceis hoje à galeria dos sabios, se sois uma gloria já immorredoura da vossa patria, deveil-o ao vosso genio e à tenacidade do vosso trabalho.

O Municipio sabe-o e cita o vosso nome com legitimo orgulho. Mas a par d´este justo sentimento professa também por vós veneração infenita. Alma mais pura e immaculada, mais patriótica e desinteressada que a vossa raro tem transitado na terra. Sois a personificação da honra, a imagem do patriotismo. Sois bom, porque sois sabio. Sois modesto, porque sois grande. Sois patriota, porque tendes coração. Sabemos que palavras destas magoam bastante a vossa incomparavel modestia, mas perdoai-nos; neste local, que vamos d´ora avante amar ardentemente não se deve fallar outra linguagem. Nós representantes do municipio, nada podemos dizer que atinja a altura do reconhecimento que este vos deve. Em nome d´elle vimos pedir-vos que iniciéis a grande obra dos seus Paços. Inaugurae-a, Senhor, que é primeiro vossa que de mais ninguem. Inaugurae-a na certeza de que o vosso grande nome ficará para sempre gravado na alvura das suas pedras. Oxalá Senhor que tamanho acto cívico, só vosso, unicamente vosso, dotando e fundando o paladio das liberdades locais, possa futuramente estimular dedicações, senão tão extraordinarias, ao menos leaes e honrosas. Oxalá que os que se hão sentado, há cinco lustros, nas cadeiras edis, relembando esta modesta, mas gratissima commemoração redimam culpas as mais d´ellas inspiradas em conveniencias facciosas e se deixem guiar antes por ideias conformes à prosperidade local, se novamente forem chamadas ao governo do Municipio.

Tal é, Senhor, o mais ardente voto dos vereadores da Camara.

A Camara sem discussão alguma approvou por unanimidade a referida mensagem, mandando pela secretaria extrahir copia d´ella para ser entregue ao inaugurador da obra.

A construção do edificio teve o seu início efectivo em 9 de Julho de 1895 e foi nomeado fiscal das obras Adelino de Freitas Magalhães, da Mealhada³⁹

³⁹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 10 de Julho de 1895.

Em 10 de Fevereiro de 1897, foi comunicado, em sessão da Câmara, que o novo edifício estava quase pronto e deliberado contrair um empréstimo no montante de 3 contos de réis para a expropriação do espaço rústico e urbano existente em frente àquele edifício. Este empréstimo foi autorizado pelos 40 maiores contribuintes do concelho e contraído pela Câmara junto do Crédito Predial Português por 30 anos⁴⁰.

A construção do edifício terminou cerca de dois anos depois do seu início e para ele foram transferidos os serviços da Câmara e as restantes repartições públicas concelhias, sem qualquer inauguração formal, ficando inscrita no seu pórtico principal, do lado poente, a data de 1895, que é, assim, a data do início da obra⁴¹.

Em 20 de Janeiro de 1898, a Câmara Municipal deliberou expropriar os terrenos rústicos e urbanos existentes a nascente dos novos Paços do Concelho, pertencentes à família do já, entretanto, falecido Dr. José de Vasconcellos Cerveira Lebre e de José Cerveira Júnior. Em relação aos terrenos pertencentes à família do primeiro, houve acordo e contrato de compra e venda pelo preço de dois contos de réis; no que concerne ao segundo, não houve acordo, pelo que houve necessidade de ser requerido processo de expropriação, em que foi advogado o Dr. Manuel Duarte Pega, em representação da Câmara, acabando, mais tarde, por igualmente acordarem na sua aquisição por compra e venda no montante de um conto de réis⁴².

Por proposta do presidente da Câmara Municipal, sr. Ernesto Augusto Lacerda, deliberou este órgão, na sua sessão de 20 de Outubro de 1897, pedir autorização a Costa Simões “para colocar na sala das suas sessões o seu retrato, testemunhando-lhe assim a sua muita consideração pelos relevantes serviços prestados a este município por tão venerando cidadão”⁴³. Supomos que tal retrato é aquele que hoje se encontra na sala da sede da Junta de Freguesia da Mealhada.

⁴⁰ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 10 de Fevereiro, de 14 e 28 de Abril de 1897.

⁴¹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 6 de Outubro de 1897.

⁴² Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 20 de Janeiro de 1898.

⁴³ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 20 de Outubro de 1897.

Em 17 de Novembro de 1898, foi proposto pelo Dr. Manuel Pega o aforamento do terreno que a Câmara havia comprado em 1880, junto da Estação do caminho de ferro, para a construção dos Paços do Concelho, o que foi autorizado por deliberação de 15 de Dezembro de 1898, tanto mais que o município vivia, nessa altura, grandes dificuldades económicas e tal acto de gestão seria um modo da sua atenuação¹¹.

Assim, terminou, cerca de 18 anos depois do seu início, o difícil e complexo processo de construção do edifício que ainda hoje é conhecido pela designação de “Paços do Concelho da Mealhada”, embora actualmente expurgado de todos os serviços públicos não municipais e mesmo de alguns com a natureza municipal que tiveram de ser instalados noutras edifícios, por impossibilidade física de serem por aquele albergados.

O actual órgão executivo do Município já anunciou publicamente, para breve, o início da construção de novo edifício, nas proximidades dos velhos, mas ainda arquitectonicamente bonitos, “Paços do Concelho”, destinado à instalação de todos os seu serviços insusceptíveis de serem naquele edifício acomodados.

Ainda na sua terra natal, Costa Simões impulsionou a construção do “Hospital de Santa Maria”, que daria depois azo à fundação da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, por isso, mais tarde conhecido pelo Hospital da Santa Casa da Misericórdia, por a esta instituição de solidariedade social ter sido posteriormente doado.

Com efeito, desde 1868, que Costa Simões advogava a construção de um hospital na Mealhada, com o nome de “Hospital Azevedo”, em homenagem ao seu querido amigo Manuel de Azevedo Júnior, que, como sabemos, tinha o título de “Barão de Luso”, de quem pretendia obter os necessários donativos para o efeito, assim como já defendia a construção de um hospital para o Luso, que serviria de retaguarda às obras de reconstrução dos seus banhos, por si impulsionadas.

Impossibilitado de obter do Barão de Luso as dádivas necessárias a tal desiderato, por este, entretanto, ter falecido, subitamente, no Brasil em 16 de

¹¹ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 17 de Novembro e de 15 de Dezembro de 1898.

Novembro de 1872, teve a felicidade de encontrar uma grande benemerita, a senhora D. Maria José Augusta Barata da Silva, residente em Coimbra, e que nesta cidade já tinha o seu nome ligado a muitas obras de beneficência. Esta benfeitora logo se comprometeu a conceder o donativo de 5 contos de réis, suficiente para a construção de uma casa hospitalar na Mealhada, destinada a doentes pobres.

A benemerita impôs, porém, ao grande Mestre, uma condição que era a de ser constituída uma Santa Casa da Misericórdia na Mealhada para a administração do hospital, o que por ele logo foi aceite. Entretanto, Costa Simões viria a falecer em 26 de Novembro de 1903 sem ter conseguido assistir à inauguração das obras do hospital e sem ter cumprido a condição imposta pela benemerita.

Encarregou, porém, antes do seu passamento, os médicos, Dr. Luís da Cruz Navega, natural de Ventosa do Bairro, e o seu sobrinho Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova, que era casado com a D. Maria Adelaide da Costa Simões, também sua sobrinha, de dirigirem as obras do hospital e de fundarem a Santa Casa da Misericórdia, o que eles fizeram juntamente com os Drs. Alexandre de Assis Leão, Augusto Simões de Abreu, também sobrinho de Costa Simões e primo do Dr. António Augusto, João da Nóbrega Araújo e Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, ao tempo presidente da Câmara Municipal da Mealhada.

Logo a seguir ao falecimento de Costa Simões, a Câmara Municipal da Mealhada reuniu em sessão extraordinária de 7 de Dezembro de 1903, onde foi deliberado, dando seguimento à vontade do falecido e da doadora D. Maria José Barata da Silva, constituir uma comissão encarregada de realizar a obra, que ficou composta pelo Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova, como representante da família de Costa Simões, pelo Dr. Luís Navega, como facultativo do partido médico concelhio e pelo pároco da freguesia da Vacariça, Dr. António Antunes Breda.

A doação do edifício, depois de construído, seria feita pela doadora à Câmara Municipal com a obrigação de esta o aceitar da comissão, mobilar e sustentar no período de dois anos, ou de o entregar à Misericórdia logo que constituída; se quando a construção estivesse terminada houvesse já Misericórdia, então, o edifício seria entregue a esta e não à Câmara; se a Câmara ou a

Misericórdia não o mobilassem ou explorassem ou cessassem a exploração no prazo referido, passaria o hospital, em qualquer data, para outro estabelecimento de caridade ou de beneficência à escolha da benfeitora. Mais ficou deliberado que o edifício do hospital seria construído numa parcela de terreno, doado para o efeito pelo presidente da Câmara, Dr. Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, do seu prédio denominado “Portaria”⁴⁵.

A comissão distrital de Aveiro, por ofício de 14 de Dezembro de 1903, autorizou a Câmara a aceitar a doação e esta, em sessão de 23 de Dezembro de 1903, remeteu à doadora ofício circunstanciado de agradecimento por tão valiosa dádiva⁴⁶.

O Hospital de Santa Maria foi inaugurado, com pompa e circunstância, em 12 de Agosto de 1906, que constituiu um dos dias mais importantes para a história do concelho da Mealhada e que foi, depois, relatado num opúsculo elaborado pelo Dr. Manuel Duarte Pega e, mais tarde, vendido a favor do hospital.

Estava um dia soalheiro de Agosto, impregnado de um clima e sentimento de grande festa popular, que foi de homenagem e agradecimento a Costa Simões e à doadora D. Maria José Augusta Barata da Silva, a quem todos queriam ver e prestar o seu preito de gratidão por dádiva tão relevante, que iria beneficiar a classe social mais desfavorecida do concelho. Abrilhantaram a festa a tuna de Barcouço e a filarmónica da Mealhada, esta infelizmente há muito desaparecida, que entoaram hinos de louvor à chegada da doadora à Mealhada, no que foram acompanhadas do estampido atoador de muitas centenas de foguetes lançados na hora. A fina flor da sociedade concelhia, vestida com os seus melhores fatos, assistiu ao evento, que culminou com uma simbólica sessão solene, no grande salão do hospital, devidamente engalanado para o efeito, na qual estiveram presentes, além da doadora, D. Maria José, aquele que sempre foi o discípulo mais acarinhado de Costa Simões, o Dr. Eduardo de Abreu, agora na qualidade de professor universitário da Faculdade de Medicina e, ao mesmo tempo, um acérrimo defensor, naquela época, dos ideais republicanos.

⁴⁵ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 07 de Dezembro de 1903.

⁴⁶ Actas da Câmara Municipal da Mealhada de 16 e de 23 de Dezembro de 1903.

A mesa de honra da sessão foi por ele presidida, acolitado pelos Drs. Francisco Lebre de Sousa Vasconcellos e Luís da Cruz Navega, encontrando-se, em lugar destacado daquela, e à sua direita, a doadora, sentada numa cadeira de espaldar, ornada de sedas.

A sessão solene foi aberta, dando-se a palavra a quem dela quisesse usar, o que foi logo aproveitado pelo Dr. Francisco Lebre, na qualidade de doador do terreno onde o hospital foi implantado, seguindo-se o Dr. Manuel Duarte Pega, o pároco da freguesia da Vacariça, Dr. António Antunes Breda e o Dr. Nóbrega Araújo, todos enaltecendo as qualidades da doadora e de Costa Simões e explicando o significado da obra no contexto assistencial do concelho da Mealhada. Por fim, usou da palavra, durante cerca de duas horas, o Dr. Eduardo Abreu, que, com os seus dons oratórios arrebatadores e de inusitada eloquência, deixou a assembleia deslumbrada, a tal ponto, conforme relata o autor do opúsculo, que muitos dos assistentes que para ali entraram monárquicos saíram dela republicanos convictos.

A seguir decorreu a cerimónia do descerramento das cortinas que cobriam os retratos a óleo de Costa Simões e da doadora, que pendiam da parede principal da sala e que são os que hoje estão expostos no salão nobre do Lar de Idosos Dr. António Cânova Ribeiro, da Santa Casa da Misericórdia. O retrato de Costa Simões foi destapado pela benfeitora D. Maria José e o desta pelo Dr. António Cânova, sobrinho do Mestre⁴⁷, assim terminando a cerimónia de um dos eventos que ficou por muitos anos indelevelmente gravado na mente de todos aqueles que tiveram a felicidade de a ela assistirem.

A doação do edifício, que a princípio ficou condicionada pela benemérita de no hospital serem recolhidos e tratados pelo menos oito doentes pobres de ambos os sexos, durante os primeiros dois anos, acabou por ser por ela formalizada em 19 de Dezembro de 1903, no cartório notarial de Coimbra, com aquela condição⁴⁸.

Entretanto, logo após a inauguração do Hospital de Santa Maria, realizou-se uma reunião, por iniciativa dos Drs. Alexandre de Assis Leão, João Nóbrega Araújo e Luís da Cruz Navega, a fim de ser tratado o problema da manutenção

⁴⁷ Para maior desenvolvimento veja-se ANTÓNIO Breda de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 65-72.

⁴⁸ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 21 de Novembro de 1906.

e administração daquele estabelecimento hospitalar. Em tal reunião, realizada em 15 de Outubro de 1906, com a presença das pessoas mais gradas do concelho, ficou decidida a fundação da *Irmandade da Santa Casa da Misericórdia sob a invocação da Senhora Sant'Ana da vila e concelho da Mealhada*, destinada a realizar aquelas tarefas, da qual ficaram a fazer parte, além daqueles primeiros, os Drs. Augusto Simões de Abreu, António Augusto da Costa Simões Cânova, ambos sobrinhos de Costa Simões, e Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos. Os seus primeiros estatutos foram aprovados por alvará do Governo Civil de Aveiro de 26 de Fevereiro de 1907. Como seu primeiro provedor foi eleito o Dr. Alexandre Leão, que não pode tomar posse do lugar, por, entretanto, ter adoecido com enfermidade que o levaria ao passamento a 13 de Fevereiro de 1910, pelo que lhe sucedeu o referido cons. Augusto Simões de Abreu.

Em 22 de Março de 1908, a junta da paróquia da freguesia da Vacariça, para ajudar a sustentação do hospital, cedeu à Santa Casa da Misericórdia todos os seus direitos sobre a capela de Sant'Ana e terrenos anexos, local onde ainda hoje se realizam as feiras e mercados da Mealhada, tendo sido designado seu zelador, pela provisão de 24 de Março de 1908 do Bispo-Conde de Coimbra, o referido provedor Dr. Augusto Simões de Abreu⁴⁹.

Ainda em sessão da Câmara de 21 de Novembro de 1906, o Dr. António Augusto da Costa Simões Cânova solicitou, em representação da doadora Maria José Barata da Silva, autorização para doar à Câmara, em nova escritura, o edifício do hospital sem a condição que aquela anteriormente havia imposto de ali serem tratados pelo menos oito doentes pobres durante dois anos, dado tal condição, a não ser cumprida pelo hospital, poder causar problemas com a Misericórdia de Coimbra e levar inclusivamente à perda do hospital pelos pobres do concelho da Mealhada, o que frustraria o pensamento de Costa Simões. A Câmara, agradecida à doadora pela sua magnanimidade e intenção de formalizar uma nova doação pura, em vez da condicional, do edifício hospitalar, aceitou tal proposta e encarregou o seu vereador Basílio Fernandes Jorge de intervir no novo contrato de doação⁵⁰.

⁴⁹ Acta da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada de 25 de Março de 1908.

⁵⁰ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 21 de Novembro de 1906.

Em sessão da Câmara de 01 de Agosto de 1907, os membros da comissão administradora do hospital, Drs. António Augusto Cânova e Luís Navega, requereram que a doação do hospital fosse feita pela doadora directamente à Santa Casa da Misericórdia, que, como vimos, já se encontrava fundada, pelo que foi deliberado pela Câmara considerar-se dispensada da obrigação de aceitar a doação do edifício do hospital, que foi, assim, directamente doado àquela instituição de solidariedade social, que ficou a ser a sua proprietária⁵¹.

Após as várias vicissitudes porque passou o hospital, nos anos posteriores à sua fundação, quase sempre assentando em crónicas dificuldades económicas, a partir de 1953, começou a nascer a ideia de ser construído um novo hospital sub-regional, porque o Hospital de Santa Maria se tornou exíguo e obsoleto para as necessidades concelhias. O novo hospital acabou por ser construído em terreno doado pelo benemérito Dr. Américo Couto, junto do hospital antigo, na década de 1960, com forte participação do Estado, a quem a Misericórdia, por ser sua proprietária, acabou por arrendar, para nele funcionar o Centro de Saúde. O velho hospital de Santa Maria manteve-se em funcionamento até finais de 1990, servindo de dependência ao novo hospital sub-regional. Naquela época, porém, acabou por ser demolido para se construir a Extensão do Lar da Terceira Idade da Misericórdia, por se encontrar em estado de degradação que não permitia a sua recuperação. Entretanto, também, o hospital sub-regional se degradou, convertendo-se, depois de recentes obras, em mero Centro de Saúde.

A actual Mesa da Santa Casa da Misericórdia, encabeçada pelo seu provedor João Peres, depois da realização de várias obras no edifício do antigo Hospital de Santa Maria, que se destinariam a criar um estabelecimento hospitalar de retaguarda ao Lar da Terceira Idade, acabou por elaborar o projecto de um novo Hospital, que já apresentou publicamente no decurso do corrente ano, cujas obras pretende iniciar ao longo do ano de 2004 ou 2005, se forem por si obtidas as participações já solicitadas ao Estado e a outras entidades públicas e ao Município da Mealhada para o efeito.

Para além de todas as obras até agora referenciadas, Costa Simões ainda impulsionou, fora do seu concelho, com dádivas que foi obtendo de particula-

⁵¹ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 1 de Agosto de 1907.

res e da benemerência brasileira, a construção do hospital de Avelar, actualmente do concelho de Ansião, cujo projecto foi elaborado logo na altura em que iniciou a sua carreira pública de médico do partido de Cinco Vilas. Com os donativos da benemerência e os elevados rendimentos obtidos da administração da capela de Nossa Senhora da Guia de Avelar, que dali eram subtraídos, na altura, pelos governos civis para serem gastos noutros lugares e que Costa Simões ideou a fixarem-se naquela terra, para nela serem consumidos, foi efectivamente construído o Hospital de Avelar, que, no futuro, continuou a ser sustentado essencialmente com tais rendimentos.

Ainda no mesmo concelho de Ansião, Costa Simões impulsionou a construção da escola do sexo feminino da freguesia de Chão de Couce, que ainda hoje ostenta o seu nome, que lhe foi atribuído, já depois do seu passamento, por despacho real, publicado no Diário do Governo n.º 96, de de Maio de 1904, sob proposta do Governo.

4. O político

Embora Costa Simões fosse dotado de uma personalidade não propriamente asséptica a ideais políticos, o que reforça a sua independência nesta matéria, era, todavia, ornado de uma rectidão de carácter e de uma austeridade de procedimentos que nunca se compaginaram muito bem, ao longo de toda a sua vida, com os jogos de bastidores e às vezes pouco claros da baixa política.

Por isso, no desempenho das suas funções públicas, teve sempre o cuidado de demonstrar a sua independência relativamente à política militante, conforme se comprova na carta que escreveu, em 12 de Fevereiro de 1898, ao então presidente do governo, cons. José Luciano de Castro, aquando da sua demissão de reitor da Universidade de Coimbra, e que se acha transcrita no seu livro: *Justa apreciação d'uma demissão injusta*. Ao referir-se aos três governadores civis de Coimbra em exercício, no período da sua reitoria, escreveu: *Todos os três me encheram de considerações e finezas, em seu nome e com recomendações expressa de ambos os ministros d'aquella época, apesar de saberem que eu era estranho à política militante que representavam....* Em nota de rodapé, escreveu mesmo: *Sempre me conservei, durante a minha reitoria,*

*completamente estranho à política activa de todos os partidos. Nem sequer votei em nenhuma das eleições desse tempo. Por muitas vezes tive ocasião de repetir em conversa - Não sou funcionário político.*⁵²

Todavia, tudo isto não obstava a que se conhecessem as tendências dos ideais políticos de Costa Simões.

Com efeito, uma primeira referência, nesse âmbito, é feita pelo seu discípulo, Dr. Eduardo Abreu, na sua publicação, dedicada ao Mestre, *Liber Memorialis*, onde afirma que, na troca de correspondência entre este e o grande professor e erudito italiano Vegezzi-Ruscalla, de Turim, acerca do falecimento, muito pranteado em todo o Reino, em 1861, do nosso monarca D. Pedro V, com apenas 24 anos de idade, vítima de tifo, e que se dizia ser, na época, “o homem mais esclarecido e mais bem intencionado do país (Conde do Lavradio) ou o senhor com “a mais nobre e a mais pura alma” (A. Herculano), e do casamento do seu irmão, o rei D. Luís, em 1862, da Casa de Bragança, com D. Maria Pia, filha de Vítor Manuel II da Itália, da Casa de Saboia⁵³, aquele Mestre escrevia: *De todas as nações que povoam o mundo, aquella a que eu presto maior affecto depois da minha é a portugueza, por onde quizerá que o Rei de Portugal esposasse a filha do Rei d'Itália, para cimentar as relações que se dão entre os dois povos...*

E continua o Dr. Eduardo Abreu, em relação a esta correspondência trocada entre os dois Mestres: *Assim começa aquella carta o amigo de Portugal. O nosso physiologista applaudiu com entusiasmo esta ideia do seu colega, não sem ficar n'uma certa reserva, aconselhada pela melhor prudencia de que fosse precisamente Vegezzi-Ruscalla a primeira individualidade que se tivesse lembrado d'aquella aliança matrimonial. Em todas as suas cartas é de notar a franca adhesão prestada por Costa Simões aos melhores princípios da eschola liberal e com que respondia a importantes questões políticas e religiosas propostas pelo respeitavel anthropologista italiano*⁵⁴.

Acresce a tudo o exposto que o seu irmão Sebastião Augusto da Costa Simões foi um activo militante e combatente nas lutas liberais, no exército de

⁵² SIMÕES, António Augusto da Costa - *A justa apreciação de uma demissão injusta*, Lisboa, 1899, p. 142.

⁵³ A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *ob. cit.*, p. 32.

⁵⁴ EDUARDO DE ABREU, *ob. cit.*, p. 42, nota 1.

D. Pedro IV. Os seus sobrinhos Drs. António Augusto da Costa Simões Cânova e Augusto Simões de Abreu, seguidores de algumas reformas iniciadas por Costa Simões, sendo o primeiro seu afilhado, e o segundo o último presidente da Câmara da Mealhada no regime monárquico, dado que ainda exercia essas funções à data da implantação da República, como já atrás se deixou expandido, aderiram ambos imediatamente ao novo regime republicano, sendo, assim, dos 52 cidadãos do concelho da Mealhada que subscreveram a proclamação da República, na tarde do dia 7 de Outubro de 1910, naquela vila.

Por outro lado, como veremos mais à frente, foi o Dr. Bernardino Machado, que depois viria a ser o último Presidente da 1.^a República, quem, no dia do funeral de Costa Simões, se deslocou ao cemitério da Mealhada, onde fez a respectiva prédica fúnebre. O seu discípulo preferido, Dr. Eduardo Abreu, que veio inaugurar o Hospital de Santa Maria à Mealhada, já depois do decesso de Costa Simões, era um acérrimo defensor do regime republicano, no decurso do qual viria a desempenhar mesmo as funções de ministro da Marinha.

Face a todos estes elementos, não será temerário ou ilegítimo concluir que os ideais de Costa Simões, apesar da sua reserva em os explicitar publicamente, não andariam muito longe dos que consubstanciavam o liberalismo e, mais tarde, se vivo fosse à data da implantação da República, os ideais republicanos.

Apesar das reservas que deixamos indicadas, Costa Simões desempenhou efectivamente, no decurso da sua vida, alguns cargos políticos:

O primeiro foi o de presidente da Câmara Municipal de Coimbra, antes mesmo de ter iniciado as funções de professor catedrático da cadeira de Anatomia Geral em 1860 e quando apenas tinha 37 anos de idade. Com efeito, desempenhava ele em 1865 o cargo de director do hospital dos coléricos, ou seja do Hospital da Conceição em Coimbra, quando, em Novembro desse ano, foi eleito para tal cargo político que desempenhou rigorosamente durante dois anos, ou seja de 01 de Janeiro de 1856 até 31 de Dezembro de 1857.

Esta foi a sua primeira experiência política e nela Costa Simões teve de tocar em muitos interesses particulares e privilégios há muito instituídos, com os quais não transigiu. Daí que lhe fosse movida pela imprensa afecta a esses

interesses uma caluniosa campanha, principalmente pelos jornais de Coimbra, da época, o *Tribuna Popular* e o *Constitucional*, da qual o Mestre teve necessidade de se defender em vários artigos publicados no prestigioso jornal *Conimbricense*, que fizeram emudecer os seus anónimos detractores. Costa Simões colecionou todos esses artigos numa caixa que mandou fazer para esse fim, com o rótulo “Boa lição”, e confessava, mais tarde, numa das suas obras *Notícia Histórica dos Hospitais de Universidade*: “Foi muito dura e por extremo rude lição; mas nem por isso deixou de merecer a qualificação de *boa*, pelas *decepções* e desenganos, que me pôs diante dos olhos, logo no começo da minha vida pública”.

Apesar de curta a sua gerência naquele cargo, foi das mais brilhantes do município de Coimbra, principalmente nos domínios da saúde pública, onde alterou o regime dos enterramentos dos mortos e deixou as bases para a construção dos cemitérios da cidade, a ele se devendo, concretamente, um sensível avanço na construção do cemitério da Conchada, para a qual foi necessário a Câmara solicitar empréstimos e lançar mão do expediente que nunca é popular, que é o aumento dos impostos; enfrentou as questões, difíceis na época, do alargamento da Rua de Coruche, com a demolição de vários prédios, e das novas medidas relativamente aos esgotos da cidade; lançou as bases de uma nova escrituração dos serviços administrativos internos da Câmara, com especial incidência nos da contabilidade, numa época em que os recursos económicos eram cronicamente escassos; mandou organizar o inventário dos bens imóveis do município; solucionou o problema da utilização pelos militares do Quartel da Graça; resolveu várias questões relacionadas com o estado de alguns prédios em ruínas no centro da cidade e lançou as bases do grande empreendimento realizado a partir de 1882, que foi o abastecimento de água potável à cidade de Coimbra, como foi já atrás referido.

O segundo cargo político exercido por Costa Simões foi em 1868, quando foi eleito para membro do Parlamento Português.

Na altura em que exercia as suas funções de facultativo do partido médico de Cinco Vilas, Costa Simões, dado o seu espírito afável e bondoso, de rectidão de carácter e presença juvenil mas austera, além de médico, a quem as pessoas pagavam como podiam, logo se tornou confidente, apaziguador dos dissídios locais e verdadeiro administrador dos negócios particulares das gentes da

região, que nele depositavam total confiança e nutriam pela sua pessoa grande respeitabilidade. E foi com base nesta venerável simbiose: médico zeloso e carinhoso e apaziguador de discórdias intestinas *versus* povo agradecido e respeitador, que Costa Simões se viu, mais tarde, em 1868, quase forçado a aceitar a sua eleição de deputado pelo círculo de Figueiró dos Vinhos, pelo libérrimo partido popular da época, cargo que desempenhou durante três mandatos. Logo no primeiro mandato, foi eleito vice-presidente da Câmara de Deputados, para, no ano seguinte, ter sido proposto na lista do governo de então como presidente. Esta eleição só não se verificou por um mero acaso, que ainda nos tempos de hoje é muito frequente, de a essa sessão não ter comparecido o número suficiente de deputados da maioria, o que levou o ministério a pedir a demissão, que só não se consumou em virtude das reclamações de grande parte das câmaras municipais do país, mas determinou a imediata dissolução do Parlamento. Em 1870, Costa Simões voltou a ser eleito vice-presidente, e não presidente como a maioria desejava, por, entretanto, entre si e o 1.^o Ministro da época, que era o reformista Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, de quem era íntimo amigo, terem surgido desinteligências políticas.

No decurso destes mandatos, foram incómodas, para o governo de então, algumas das propostas formuladas por Costa Simões, sendo as mais conhecidas as referentes ao célebre caso, na época, do empréstimo de dezoito mil contos, contraído pelo ministro da Fazenda, conde de Samodães, à casa Goshen, que foi considerado uma das operações financeiras mais desastrosas que se fizeram no país, em que seriam pagos pelo Estado juros de quantias já amortizadas; outro caso, foi o da isenção do pagamento das propinas que era feito a favor do reitor, professores, doutores e empregados da Universidade e que eram suportadas pelos candidatos aos graus de licenciado e de doutor⁵⁵.

O espírito independente, de austeridade e de rectidão de Costa Simões nada tinham a ver, já nessa época, com a forma de actuar de muitos políticos, pelo que, em 18 de Maio de 1870, resignou ao seu mandato de deputado e regressou novamente a Coimbra, dando, assim, por concluída a sua efémera e fugaz carreira política.

⁵⁵ EDUARDO DE ABREU, *ob. cit.*, p. 57 -58.

5. O reitor

Em 24 de Setembro de 1892, embora já jubilado, o grande Mestre viria a ser nomeado para o importante cargo de reitor da Universidade de Coimbra, nomeação essa que culminava a sua carreira pública de grande cientista e de reformador das instituições. Exerceu este cargo com os encómios da grande maioria do corpo docente e discente daquela Universidade. Aqui, mais uma vez, teve a oportunidade de demonstrar o seu pragmatismo instruído, a sua clareza, o seu bom-senso, a sua independência de espírito e a sua educação superior, tratando os problemas estudantis de uma forma humanista e até paternalista e não através de métodos repressivos, mas sem, contudo, perder a autoridade própria do seu múnus ou menosprezar os superiores interesses públicos da Universidade.

Foi com este carácter humanista que Costa Simões, já como reitor, no ano de 1898, aconselhava os estudantes da Universidade de Coimbra a alterarem os seus códigos de conduta relativamente à *praxe académica* da época, por, então, como ainda hoje sucede, dar frequentemente lugar a abusos, alguns de certa gravidade.

Segundo relatos da imprensa regional da época⁵⁶, as troças académicas, ou seja, a *praxe* constituem um costume que remonta há mais de cinco séculos. Teve a sua origem na rivalidade existente entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os alunos do Colégio das Artes, dirigido pelos jesuítas. Foi fonte de casos de grave desordem, entre os quais se contando um que sucedeu por volta de 1873, em que da sua prática resultou a morte de um estudante “veterano” com uma pedrada que lhe foi atirada por um “caloiro”, tendo o próprio Prof. Costa Simões assistido à sua autópsia, no cemitério da extinta freguesia de S. Pedro, então existente nos terrenos, ao sul, da pequena igreja daquela invocação.

Durante a reitoria de Costa Simões, apenas houve um facto grave com um aluno “caloiro” do curso de matemática, mas que, ao mesmo tempo, já era alferes do exército. Este “caloiro” desforrou-se da troça que dele faziam os alunos mais velhos da Universidade, desembainhando a espada que fazia parte da sua farda militar, por se considerar ofendido na sua categoria de oficial do exército.

⁵⁶ ANTÓNIO AUGUSTO DA COSTA SIMÕES, *ob. cit.* p. 85.

Costa Simões aproveitou este facto para mandar instaurar um processo de averiguações de polícia académica, que, ao mesmo tempo, lhe deu ensejo para censurar, particularmente, muitos estudantes por *praxe* tão feia, absurda e desinteressante, aconselhando-os, antes, a que substituíssem aqueles desacatos a companheiros seus, por manifestações de regozijo, boa camaradagem e boa educação, tendentes à sua integração nos cursos académicos em que aspiravam a honrosas carreiras.

Estes conselhos do seu reitor deram origem a várias “manifestações” de muitos dos estudantes contra o rigor da *praxe académica*, acabando mesmo por, na Academia Politécnica do Porto, ter dado lugar, nesse ano, à sua substituição por humorísticas brincadeiras com que “veteranos” e “caloiros” festejaram a recepção fraternal dos novos camaradas.

Apesar destes esforços de Costa Simões no sentido da substituição da *praxe*, esta continuou a ter, durante muitos anos, aspectos exagerados e nada dignificantes para uma juventude com aspirações à intelectualidade no país. Ainda estão na memória de muitos dos antigos estudantes mais velhos os exemplos da *praxe* do *canelão*, que consistia em o “caloiro” ser recebido pelos estudantes mais antigos com brutais pontapés nas canelas até cair no chão sem se poder levantar ou das *palmatoadas* com a colher de pau na ponta dos dedos das mãos, que traiçoeiramente voltavam a ser objecto de agressão com a parte interior da colher, quando esta era erigida, imediatamente a seguir, em sentido contrário ao do primeiro golpe. Era um gesto feio de quem o desferia e, ao mesmo tempo, terrivelmente doloroso.

Nós próprios, na nossa altura de “caloiro”, fomos objecto do exagero da *praxe*, mas de natureza diferente dos casos apontados. Com efeito, um dia, fomos “mobilizados” para uma “república” por um “doutor”, por sinal da nossa região da Bairrada e nosso amigo e com o objectivo de sermos “praxados” mesmo com verdadeiro espírito de brincadeira. A determinada altura, apareceu um dos elementos da “república” que, por acaso, era de cor e natural de Moçambique, o que em nada nos impressionou, visto nunca termos sido “racistas” na vida e haver, nessa época, muitos dos nossos colegas que eram naturais das nossas colónias e com quem mantínhamos relações de franca amizade. Porém, quando ficou connosco, a sós, na sala onde estávamos a ser “praxados” por outros elementos da mesma “república”, ordenou-nos: “caloiro”, vá

buscar a escova dos sapatos à despensa para que “caloiro branco” engraxe o sapato a “doutor preto”. Claro que nos recusamos a cumprir tal ordem, porque entendemos ser um acto de desvirtuamento do sentido da *praxe* e que continha já insinuações de natureza “racista”.

Tal recusa valeu-nos, por parte do “doutor preto”, como ele próprio se intitulava, a sanção do “rapanso” do cabelo, que só não foi cumprida, por contestarmos tal determinação, que acabou mesmo por provocar a reunião imediata do “Conselho da república”, que, em face das razões por nós invocadas e possivelmente pela influência do amigo que nos havia “mobilizado”, acabou por ser substituída pela sanção da “medição”, várias vezes repetida, por alegados enganos da nossa parte, do percurso da “república” até a um estabelecimento existente nas proximidades, feito com um palito dos dentes.

Os abusos da *praxe*, tantos anos volvidos, ainda hoje são frequentes, conforme tem sido relatado pela imprensa diária, que nos dá conhecimento do seu exagerado uso, principalmente junto de estudantes do sexo feminino, inclusivamente, com simulações da prática de actos sexuais, as quais antigamente estavam afastadas da *praxe* exercida pelos estudantes homens. É tempo de acabar com tais exageros que não dignificam quem os pratica e desvirtua o verdadeiro sentido de tais costumes.

Apesar de todos estes predicados, Costa Simões viu-se involuntariamente apanhado pelo turbilhão do rotativismo político da época entre Regeneradores e Progressistas da Monarquia Constitucional.

Assim, no início do governo destes últimos de 1897/1900, chefiado pelo cons. José Luciano de Castro, natural de Oliveirinha, do concelho de Aveiro, mas casado e, mais tarde, falecido na vizinha vila de Anadia e que se dizia seu amigo, é demitido daquele cargo, em 17 de Fevereiro de 1898, quase seis anos depois de efectivo exercício.

José Luciano de Castro, publicamente, invocou o falso pretexto do desleixo de Costa Simões na manutenção da disciplina académica, no conflito surgido, naquele ano, entre os estudantes de Coimbra e o Comissário da PSP, por este agente de autoridade os ter proibido de se reunirem quando pretendiam combinar uma homenagem a Mousinho d’Albuquerque, no seu regresso a Portugal depois das campanhas de África, e de ter brutalmente repellido um grupo de estudantes republicanos, na estação do caminho de ferro em Coim-

bra, quando estes regressavam do Porto duma romagem ali prestada a correligionários seus. Porém, a verdadeira razão não foi esta, mas residiu, antes, na pressão política que foi feita sobre o chefe de governo pelos seus partidários de Coimbra, por Costa Simões se ter recusado, tempos antes, como reitor, a acompanhar cinco daqueles partidários, professores da Universidade, em actos de represálias contra o ministro do reino, de quem ele dependia, de facção política contrária aos progressistas.

Este foi, sem dúvida, o mais duro golpe sofrido por Costa Simões na sua carreira pública e aquele que mais profundamente o ofendeu, conforme refere no seu livro *A justa apreciação de uma demissão injusta*, publicado em 1899, não pelo acto em si, dado que o Mestre nunca se agarrou a qualquer lugar que ocupou, mas sim pela pessoa que o desferiu e, essencialmente, pelo modo como o fez, que considerou o mais degradante da sua vida. Na verdade, José Luciano de Castro, em 8 de Fevereiro de 1898, logo no início do seu governo, enviou ao seu vizinho de ao pé da porta, reitor da Universidade de Coimbra, com quem mantinha relações amistosas, e quando aquele perfazia 79 anos de idade, o seguinte telegrama: *Preciso falar-lhe. Entregue a reitoria ao substituto legal e venha aqui logo que possa*. “Assim, nem mais nem menos, a modo e à guiza de quem despede um *creado reles*, como escreveu Costa Simões na obra citada, onde acrescentou: “Tolere-se a frase vulgar. Nenhuma outra teria aqui melhor cabimento”⁵⁷.

Costa Simões, ainda nesse mesmo dia, dirigiu ao cons. José Luciano de Castro uma carta do seguinte teor:

... *Quanto ao telegramma d'hoje, dar-lhe-ei cumprimento nos proximos dias, logo que possa, e com isso tambem satisfarei o desejo que eu tinha de falar com V. Ex.^a. Se porem V. Ex.^a me chama a Lisboa com o fim de me dar a demissão, peço a V. Ex.^a que me poupe ao desaire de ser eu o portador da minha exautoração, exigida por cinco professores, despeitados, desde que me oppuz à celebre convocação do claustro, a que tentaram forçar-me. Da corporação dos professores, quasi na sua totalidade, só tenho recebido atencões e consideração, que sinto não ter merecido. Aguardarei a resposta de V. Ex.^a, que peço como favor especial.*

⁵⁷ *Idem*, p. 11.

Com muita consideração.

*De V. Ex.^a. António Augusta da Costa Simões*⁵⁸.

Tudo em vão, pelo que, assim, o Diário do Governo, n.º 42, de 24 de Fevereiro de 1898, publicava a notícia da demissão de Costa Simões, nos seguintes termos, que se afiguram contraditórios:

*Exonerando o Dr. António Augusto da Costa Simões do cargo de reitor do universidade, para que fora nomeado por decretos de 24 de setembro de 1892 e 29 de agosto de 1895 e que serviu com zelo e inteligência - Direcção Geral de Instrução Pública, em 23 de Fevereiro de 1898. - Servindo de Secretário Geral, o Conselheiro Luciano Cordeiro*⁵⁹.

Já antes destes acontecimentos, Costa Simões havia tido conhecimento que o cons. José Luciano de Castro, anos antes, se havia oposto à sua eleição pelas corporações administrativas de Coimbra como Par do Reino, sendo o seu nome substituído pelo do seu colega e amigo, Prof. Doutor António Gonçalves da Silva e Cunha. Porém, em finais de 1885, por iniciativa das corporações científicas de todo o país, e na sua primeira eleição para o efeito, Costa Simões acabou por ser eleito Par do Reino, facto que muito o honrou e sensibilizou, essencialmente por se tratar da primeira eleição daquelas corporações nesse sentido⁶⁰.

Não obstante todas estas inconsiderações do cons. José Luciano de Castro para com o Mestre, este, como vimos, já depois de ter colaborado com o seu sogro, Dr. Alexandre Ferreira Seabra, no projecto do novo hospital de Anadia em 1890, continuou a dar colaboração, na mesma obra, à filha deste, D. Maria Emília Seabra de Castro, que daquele político era esposa. Com efeito, como se referiu, esta benemérita, após o falecimento do seu pai, assumiu a continuidade dos seus ideais de dotar a vila de Anadia com um hospital. Socorreu-se dos conhecimentos técnicos de Costa Simões e encomendou-lhe um novo projecto que ele elaborou, no curto espaço de quatro meses, entregando-o em finais de Janeiro de 1898. Alguns dias depois (8 de Fevereiro de 1898), estava aquele Mestre a ser demitido, pelo marido da benemérita, das

⁵⁸ *Idem*, p. 139.

⁵⁹ *Idem*, p. 144.

⁶⁰ *Idem*, p. 50.

funções de reitor da Universidade de Coimbra. Como era seu hábito, fez todos estes trabalhos sem deles cobrar qualquer compensação económica. Eis mais uma prova da grandeza de alma e altruísmo de Costa Simões.

6. Epílogo

Após a sua demissão de reitor da Universidade de Coimbra e no limiar dos 79 anos de idade, Costa Simões refugiou-se na sua casa da Mealhada, onde ainda prosseguiu os seus estudos de administração hospitalar.

Neste período, considerado dos mais difíceis da sua vida, o Mestre também recebeu muitas manifestações de simpatia que o ajudaram a compensar aqueles momentos menos bons e que ele deixou registados indelevelmente da forma seguinte:

...Também os estudantes do ano lectivo de 1897 e 1898 muito me penhoraram pelas manifestações de sympathia, que se dignaram prestar-me em 18 e 31 de Março desse ano, n'esta minha residência da Mealhada. Commoveu-me, principalmente, o pezaroso sentimento que mostraram pela minha demissão de reitor da universidade; facto a que se referiam tão obsequiadoras e penhoramente manifestações.

No mesmo anno de 1898 deu-se outro facto, ainda relativo à minha saída de Coimbra; o qual, apesar de estranho à universidade, nem por isso deixou de me lisongear e de me penhorar. Fui obsequiado com duas visitas, aqui na Mealhada, a 25 de setembro e a 23 de outubro, pelo Grupo Musical José Maurício, composto de prestantes artistas conimbricenses, de misteres muito variados. Quizeram, por este modo, testemunhar-me a estima que me dedicavam, o que muito agradeço; e ao mesmo tempo significar-me um saudoso sentimento pela minha mudança de domicílio.⁶¹

Abra-se aqui um parêntesis para explicar que foi com este simbolismo que em todas as comemorações do centenário do falecimento de Costa Simões, realizadas no concelho da Mealhada, se fizeram acompanhar tais even-

⁶¹ *Idem*, p. 93.

tos com actuações musicais, o que igualmente sucedeu nas comemorações realizadas pela Câmara Municipal de Coimbra.

Também em 1900, ainda tentou Costa Simões realizar a sua quarta e última viagem de estudo à Europa, que seria subsidiada, por, nesta altura, não ter possibilidades económicas de a custear, e que se destinava à actualização dos seus trabalhos já publicados. Esta, porém, foi-lhe denegada, por o ministro do reino da época não subsidiar viagens naquele ano, visto estar a decorrer a exposição de Paris e recear que as viagens ao estrangeiro fossem um pretexto para se visitar aquele certame à custa do erário público. Esta recusa chocou Costa Simões profundamente, dado que quase todas as viagens anteriores que empreendeu terem sido pagas do seu bolso e se destinarem, tal como a ora requerida, à satisfação de interesses públicos e não pessoais.

Costa Simões ainda tentou prosseguir os seus estudos de Histologia e Fisiologia Geral, visto ter construído em sua casa um laboratório, amplamente iluminado por seis janelas rasgadas. Faltavam-lhe, porém, como confessou, os microscópios e aparelhos adequados dos laboratórios que havia criado na faculdade e, pior do que isso, dinheiro, do seu bolso, para os poder substituir.

Costa Simões, não obstante ter trabalhado incessantemente, durante toda a sua vida, satisfazendo pedidos de câmaras municipais, misericórdias, confrarias e testamentarias de beneméritos benfeitores, nunca cobrou um tostão desses trabalhos suplementares, por isso, aos 84 anos de idade, desabafava numa carta por si escrita: *...quando devia ter recompensa de tão desinteressadas cardeiras, estava lutando com falta de meios para a manutenção do meu modesto viver.*

E foi assim, com algumas dificuldades económicas e com 56 obras científicas e académicas publicadas, que sucumbiu, na sua casa da Quinta do Murtal, no dia 26 de Novembro de 1903.

No cemitério da Mealhada, junto ao seu jazigo, fez-lhe a prédica fúnebre o que viria a ser depois o último presidente da 1.^a República, Dr. Bernardino Machado, cujo conteúdo se transcreve:

Meus Senhores!

O que um só homem pode fazer pela nação, à força de imperterrito labor e de inabalável fé no seu ideal, demonstrou-o sobejamente o dr. António Augusto da Costa Simões, o sabio de reputação universal e o filantropo mode-

lar que, há muito já, prococemente emaciado pelo enclausuramento do estudo, brancas as barbas, na sua figura austera, que um sorriso de candura iluminava, concentrara mais do que os respeitos a unânime veneração dos seus contemporâneos.

A prodigiosa actividade daquele riço espirito marca, pela sua orientação moderna, liberal e altruista, uma época de profunda renovação do ensino e de importantissimo desenvolvimento da assistência publica no paiz. Médico teve, acima de tudo, duas altas e nobres ambições: como professor, cimentar a independência intelectual das classes dirigentes, iniciando entre nós, pelo rasgado exemplo do trabalho prático, pessoal, de mestre e discípulos, na sua aula de fisiologia geral, uma ciência nossa, original deveras portuguesa; como clinico, melhorar a sorte das classes desvalidas, nas crises sombrias da doença, promovendo e aperfeiçoando humanitariamente a sua hospitalização.

A esta dupla campanha patriótica se dedicou tenazmente, estranhadamente, sem ter nunca um momento de cansaço ou de desanimo, com uma disciplina inquebrantavel, militar, na serena beatitude d'um apostolado, Por isso ninguém ainda foi justamente querido da nossa briosa mocidade escolar, que, ao cerrar-se para o illustre catedrático a sua benemérita carreira docente oficial, o aclamou em triunfo, celebrando em sua honra, na magestosa sala dos capelos da nossa Universidade, um solene jubileu; ninguém mais justamente querido do nosso bom povo, que de Coimbra vinha aqui em romaria nos ultimos anos a alegrar-lhe a vélhice com a musica festiva das suas fanfarras. E agora mesmo vemos dolentemente incorporadas no seu cortejo funebre, para connosco lhe tributarem as derradeiras homenagens de gratidão e saudade, as carinhosas deputações de operários e académicos, que não quizeram também deixar de acompanhar devotadamente o seu cadáver até este modesto cemitério, que a sua sepultura vai tornar por todo o sempre sagrado para o culto civico da nação.

Assim se reconhecem, meus senhores, os grandes homens; que teem de ser grandes, sobretudo pelo seu poder de atracção e de solidariedade social.

Mealhada, 26-11-1903

BERNARDINO MACHADO.⁶²

⁶² Cf. BERNARDINO MACHADO, "Alocução proferida à beira da sepultura do Dr. António Augusto da Costa Simões", *O INSTITUTO*, vol. 50, Coimbra, 1903, p. 705-706.

Em sessão extraordinária de 28 de Novembro de 1903, a Câmara Municipal da Mealhada deliberou o seguinte:

Presidencia do Sr. Francisco Ventura da Cunha Correia (Vice-presidente).

Abertura da sessão às 3 horas da tarde.

Presentes 4 senhores vereadores.

São os seguintes: Augusto Cerveira Botelho, Francisco Ventura da Cunha Correia, João Lopes Coelho Alves e Manuel da Cruz Navega.

Não compareceu à sessão por motivo justificado o Sr. Vereador Dr. Francisco Lebre de Souza e Vasconcellos. Assistiu o Sr. Administrador do Concelho Dr. João Nóbrega Araújo.

Expediente:

Telegrama do Sr. Governador Civil de Leiria, do teor seguinte: Ex.mo Presidente da Câmara Municipal da Mealhada (urgente). O illustre filho do concelho da Mealhada, Dr. Costa Simões, principiou a sua larga e fecunda carreira pública como médico do partido das Cinco Villas, região deste Distrito. Deixou ali, como depois por toda a parte, o seu nome aureolado em proveito para a sciencia e para a humanidade, de modo que nunca foi esquecido.

É em nome do povo d´essa parte do meu districto que eu venho prestar a ultima homenagem ao illustre e virtuoso sabio, pedindo a V. Ex.^a que me represente no seu funeral. O Governador Civil a) José Jardim.

Foi enviado ao referido Magistrado o seguinte telegrama: Ao Ex.mo Sr. Governador Civil de Leiria. Acuso recebido o telegrama de V. Ex.^a cujos desejos com prazer satisfarei. Vice Presidente da Câmara a) Francisco Ventura da Cunha Correia.

Foi apresentada uma carta do Sr. Dr. Francisco Lebre de Souza e Vasconcellos, Presidente d´esta Câmara, vinda do Porto, onde o dito Sr. se acha em tratamento d´uma doença, na qual pondera que tendo conhecimento, pelos jornaes da manhã, do fallecimento do Dr. Costa Simões, na impossibilidade de comparecer, como era seu desejo, pedia para algum dos seus collegas da Câmara o representasse no funeral. Que desejava que todo o pessoal da Câmara se incorporasse no prestito funeral, assim como lembrava que na proxima sessão se exarasse na acta um voto de sentimento pelo fallecimento do homem que tanto contribuiu para o engrandecimento da sua terra.

A Câmara, ocupando-se do assumpto da alludida carta, que perfilha, deliberou que sejam dadas as precisas ordens a fim de serem cumpridos os desejos do seu Presidente, ficando encarregado de o representar no funeral do illustre extinto, o Sr. vereador Vice Presidente da Câmara, Francisco Ventura da Cunha Correia.

O Sr. Vice Presidente disse: Em cumprimento d'um dever sagrado reuniu a Camara Municipal da minha presidencia em sessão extraordinária a fim de exarar na acta um voto de sentimento, pela morte do Ex.mo Sr. Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, antigo Reitor da Universidade de Coimbra, como derradeiro tributo de justa homenagem.

O illustre extinto não foi só o astro de primeira grandeza d'onde irradiava luz para toda a Europa culta; não foi só o Publicista notavel, opulentando o seu século com producções scientificas, dignas dos applausos dos séculos futuros; não foi só o espírito eminentemente illustrado, abrilhantando essa pleiade de sabios, que formaram um grupo proeminente a levantar-se sobranceiro sobre os outros homens, como as cristas alcantiladas dos Alpes entre as outras montanhas, foi tambem e principalmente um coração que, com o manancial inesgotavel de sentimentos generosos, se dedicam inteiramente aos bens da humanidade e muito particularmente à sua terra natal, à qual cedeu valiozos beneficios o que lhe valeu a immortal coroa de Benemerito, cuja causa merece as benções dos homens; e de Deus merece, como o melhor dos premios, a paz d'alem tumulo.

Propunha, pois, que na acta da sessão d'hoje se lance um voto de profundo sentimento por tão deploravel perda, fazendo-se em seguida, se este voto for approvedo, a devida comunicação à familia do saudosos extinto.

O Sr. Presidente: Em vista da manifestação da Câmara, considero approveda a sua proposta, E finalmente pelo Sr. Administrador do concelho foi dito que, do coração, se associava a todas as manifestações de respeito e pesar.⁶³

Após a morte de Costa Simões, na primeira sessão das Câmara de Ansião, presidida pelo Padre Manuel Mendes Gaspar, foi exarada em acta a seguinte mensagem:

⁶³ Acta da Câmara Municipal da Mealhada, de 28 de Novembro de 1903.

Pelo Presidente foi dito que tendo fallecido na sua casa da Mealhada, no dia 26 de Novembro ultimo, o excellentissimo senhor doutor António Augusto da Costa Simões, sabio lente jubilado da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, antigo Reitor da Universidade e administrador dos Hospitais da mesma cidade, julga interpretar bem o sentir dos habitantes deste concelho, propondo à Camara um voto de profundo sentimento por tão triste acontecimento, por isso que o doutor Costa Simões, desde mil oitocentos quarenta e tres, em que foi nomeado medico municipal das Cinco Villas, mostrou-se sempre um dedicado e valioso amigo d'esta Região, não só publicando a sua topographia médica, mas tambem representando-a distinctamente em Cortes e promovendo-lhe o seu desenvolvimento e progresso como bem e evidentemente o demonstra a instituição do Hospital de Avellar, para o qual até conseguiu importantes donativos particulares e ultimamente dando o seu conselho e estímulo para a criação d'um Hospital n'esta Villa e suggerindo e efficazmente patrocinando a ideia da construção d'um edificio para a escola do sexo feminino em Chão de Couce. É difficil a enumeração de todos os factos da vida do illustre extincto que se relacionaram com o interesse que sempre manifestou pelo bem da lualidade em que iniciou a sua vida publica e por isso não pode a sua memoria deixar de ser considerada com a d'um benemerito insigne. Se as atribuições desta Camara podessem ir mais longe, e ella podesse significar o seu sentir com respeito ao que o Paiz deve a um Cidadão tão notavel pela sua sciencia, pelo seu altruismo, e pelo amôr ao trabalho, sempre com o fim no bem publico, consideraria o seu desaparecimento, que lamentamos, como uma grande perda Nacional. Por unanimidade foi votada esta proposta, resolvendo-se mais que, em signal de sentimento, se encerra-se esta sessão e que da sua acta se dêsse conhecimento à família do illustre extincto.⁶⁴

Ao iniciarmos este trabalho sobre a vida, a personalidade e a obra do Prof. Costa Simões, julgávamos, em sentido figurativo, que iríamos encontrar um grande *Salão*, onde estariam contidos todos os elementos respeitantes a tais objectivos e que facilmente seriam coligidos. Puro engano. A obra e a personalidade de Costa Simões são tão ricas, tão multifacetadas e tão entusiasmantes que logo nos encontrámos num interminável *corredor*, que nos conduziu a

⁶⁴ Acta da Câmara Municipal de Ansião, de 3 de Dezembro de 1903.

muitas *salas*, onde só pudemos colher um mero esboço do que pretendíamos. Daí que este trabalho seja apenas uma pequena “porta aberta” a todos aqueles que tiverem a curiosidade, a paciência e melhor engenho do que o nosso, de saber quem foi verdadeiramente Costa Simões e gozarem, ainda mais do que nós, com as memórias daquele que foi, sem dúvida, a maior notabilidade e o maior legado intelectual do concelho da Mealhada de todos os tempos. É por isso que isto é um trabalho inacabado, é um mero exercício do que efectivamente foi Costa Simões e que merecerá continuidade no futuro.

Por tudo o que deixamos explicitado ao longo desta memória, hoje, como então, Costa Simões não perecerá. A sua personalidade, a sua obra e os valores que nos legou são ímpares e imorredoiros, porque foi um homem sábio, honesto, clarividente, humilde, trabalhador incansável, bom e benemerente, que nunca renegou as suas raízes ou buscou qualquer espécie de gratidão destas suas qualidades.

Estes atributos não os esquecerão os mealhadenses, os conimbricenses e todos aqueles por cujas terras o grande Mestre passou.

Embora esteja actualmente em crise a tarefa da perpetuação da alguns destes valores, a lição da Associação de Aposentados da Bairrada, ao promover as comemorações, continua actual e anseia que se volte a reiterar daqui a cem anos, porque, nessa altura, tanto como hoje, Costa Simões continuará a ser o passado como exemplo no futuro.

7. Agradecimentos

Não poderíamos dar por findas estas memórias sem aqui deixarmos exarado os nossos agradecimentos a todos aqueles que nos auxiliaram neste modesto trabalho, que sem esse precioso apoio seria muito penoso levá-lo a cabo, principalmente no prazo tão curto que nos foi solicitado para o efeito.

Começaremos por agradecer ao Prof. Doutor Fernando Regateiro, Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, pelo incentivo que nos deu para a sua elaboração e a disponibilidade demonstrada para que pudesse ser publicado por aquela instituição; ao Dr. Branquinho de Carvalho, presidente do GT da AAB, pela gentileza do convite que nos dirigiu no mesmo sentido e pela dis-

ponibilidade dos elementos biográficos e iconográficos que possuía relativamente ao homenageado, sendo da sua autoria todas as imagens que adornam este trabalho; a todos os elementos do GT pelo auxílio prestado, designadamente à Dr.^a Carlota Maria Antunes de Campos e Prof.^a. Sónia da Cunha, na pesquisa de elementos e organização da árvore genealógica do homenageado; ao Dr. Mário Paiva de Sousa Saraiva pelo auxílio prestado na correcção do texto; ao prof. Manuel Santos, sócio fundador da AAB, pela disponibilidade da obra de Costa Simões, propriedade de sua família, *A justa apreciação de uma demissão injusta*, que constituiu um elemento biográfico importantíssimo deste trabalho; à minha filha Dr.^a Luisa Manuela Salgado, pela dactilografia da árvore genealógica do homenageado e, finalmente, um agradecimento muito especial ao sócio da AAB, senhor Manuel Teixeira, pelo apoio prestado na dactilografia do texto, sem o qual este trabalho seria impossível, pelo menos dentro do curto prazo de dois meses e meio em que foi elaborado.

Mas a obra e a memória de Costa Simões tudo justifica.

APÊNDICE

Homenagens ao Doutor Costa Simões

1. Na Mealhada

No primeiro quartel após a sua morte:

Na Mealhada, por iniciativa de Adelino de Melo, da Vacariça, então director do jornal “Bairrada Elegante”, foi erigido, a expensas da população, um monumento ao grande Mestre, da autoria do escultor conimbricense João Machado Junior, nos jardins do Município, que foi inaugurado em 09 de Setembro de 1928, precisamente no ano do primeiro quartel da sua morte.

A ideia do monumento em honra de Costa Simões foi lançada por Adelino de Melo, no seu jornal regional “Bairrada Elegante”, em 01 de Setembro de 1926, que, em seguida, idealizou e organizou uma homenagem a ser-lhe prestada nos primeiros 25 anos após a sua morte. Logo a ela aderiram vários mealhadenses, entre os quais António dos Santos Clemente, ao tempo emigrado no Estado de São Paulo, no Brasil.

Só neste país, António Clemente, que já era um benemérito conhecido dos seus conterrâneos por ter adquirido subsídios para a compra do órgão da capela de Sant’Ana da Mealhada, conseguiu dádivas que, com a sua própria, perfizeram um montante superior a sete contos de réis, que foi quase metade do custo do monumento. Os sobrinhos de Costa Simões, Augusto Brandão e cons. Augusto Simões de Abreu, e suas irmãs, D. Maria das Dores, D. Maria do Rosário da Costa Simões, todos ao tempo residentes na Mealhada, contribuíram, cada um, com o montante de um conto de réis, sendo o restante pago pelo povo anónimo e 390 mil réis obtidos por subscrição aberta entre professores da Faculdade de Medicina de Coimbra, por iniciativa do seu professor Doutor Fernando de Almeida Ribeiro.

Da subscrição pública foi obtido o total de 16.713\$000 e o custo do monumento importou em 15.672\$000, sobrando o saldo de 1.041\$050, que foi gasto na grade que o havia de vedar e que, mais tarde, foi dali retirada para a formação do jardim-parque constituído no largo fronteiro ao edifício dos Paços do Concelho.

Adelino de Melo, apesar de ser uma pessoa simples e merceeiro de profissão, era um autodidacta pertinaz e amigo de investigar factos históricos, não só relativos à sua região, como também a nível nacional. Era, além disso, detentor de uma acentuada sensibilidade artística que o levava a gravar, em pedra calcária, a fisionomia das pessoas, que depois publicava no jornal que dirigia, juntamente com as notícias correspondentes a essa personalidade. Foram em elevado número as publicações especiais por ele levadas a cabo no jornal regional que dirigia, em homenagem ou a factos, eventos e personalidades importantes da região da Bairrada, ou a personalidades com projecção nacional, as quais engalanava com a publicação das gravuras por si próprio cinzeladas. Mantinha correspondência com alguns artistas e homens de letras da época.

Por isso, não foi obra do acaso o ter escolhido, para esculpir o busto em bronze e o pedestal do monumento a Costa Simões, o artista conimbricense, João Machado Júnior, filho de João Augusto Machado, este último já com trabalhos efectuados, com grande mérito, no Buçaco. O primeiro, era o autor do altar da Sé da Guarda, do busto da República do Registo Civil de Coimbra, do pedestal do monumento ao cons. José Luciano de Castro e do monumento aos Mortos da Grande Guerra, na vila de Anadia, e ainda do Brasão da Vacariça, no nosso concelho da Mealhada.

O busto do sábio, em gesso, que serviu de modelo ao busto em bronze do monumento, e a *maquete* foram postos em exposição no congresso Beirão, em Aveiro, onde foram muito elogiados, principalmente o primeiro, pela fidelidade dos traços fisionómicos com Costa Simões.

A *maquete* foi depois levada para o estabelecimento comercial de fazendas de Augusto Brandão, sobrinho do Mestre, na Mealhada (hoje, edifício da farmácia Brandão), para que pudesse ali ser apreciado pelo povo mealhadense; o busto foi remetido para a fundição de Adelino Sá de Lemos, de Gaia, que foi a casa indicada pelo então provedor da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, Mário Navega, proprietário da fábrica de esmaltes *Minchin*, na cidade do Porto, como a melhor para executar tal trabalho.

Os caboucos para o monumento foram abertos e enchidos, a pedido de Adelino de Melo, por Hilário da Cunha, da Mealhada. Em Julho de 1928, logo que construí-

dos os alicerces, foram montadas as cantarias, de modo a que o monumento tivesse ficado pronto em finais da Agosto de 1928.

Erigido o monumento, Adelino de Melo fez a sua entrega à Câmara Municipal da Mealhada, que imediatamente nomeou uma comissão para a sua inauguração, composta por ele, por António dos Santos Clemente, que se deslocou do Brasil para o efeito, e por Mário Leal, ficando ainda o presidente da Câmara de então, Dr. António Antunes Breda, a dar a sua colaboração à referida comissão.

Os festejos da inauguração realizaram-se, como já foi referido, em 9 de Setembro de 1928.

Para eles foram convidados, entre outras personalidades: o presidente do Ministério do Interior, general José Vicente de Freitas; o governador civil de Aveiro, tenente Silva Mendes; o reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Fezas Vital; o Prof. Doutor Geraldino de Brites, professor de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Coimbra, que era a cadeira de que foi titular Costa Simões e que na cerimónia representava aquela Faculdade; o Dr. Adalberto Rego, que representava as freguesias de Chão de Couce, Pousa Flores e Aguda; o Dr. José Pereira Barata, que representava as freguesias de Avelar e Maçãs de D. Maria e Alberto Lacerda, em representação da Sociedade da Água de Luso.

Na rua, havia grande azáfama de muito povo em traje festivo, representantes das várias associações do concelho e as bandas de música da Pampilhosa e de Barcouço. O edifício da Câmara tinha as suas janelas engalanadas com colchas de seda e damasco, cenário próprio dos dias de grande alegria e regozijo para o concelho.

Os ilustres visitantes, logo ao início da tarde do dia apazado, foram recebidos, à entrada da Mealhada, pela banda de musica de Barcouço, que ali tocou o hino nacional e que os seguiu, em cortejo, até ao salão nobre dos Paços do Concelho. Tudo isto foi acompanhado do troar de grande foguetório e de muita alegria.

No salão nobre da Câmara, esmeradamente ornamentado, teve lugar uma cerimónia de boas-vindas aos ilustres convidados, presidida pelo representante do governo, general Vicente de Freitas, ladeado pelos senhores governador civil de Aveiro e magnífico reitor da Universidade de Coimbra. Usaram da palavra, na cerimónia, além do presidente da Câmara, Dr. António Breda, que se congratulou em receber tão ilustres visitantes, todos os membros da mesa, que, em unísono, agradeceram os convites que lhe foram dirigidos para tão simbólica homenagem.

De seguida, os visitantes, acompanhados pelas individualidades presentes e

muito povo anónimo, dirigiram-se para o centro do largo municipal, onde se encontrava erecto o monumento, e, ali, os primeiros subiram à tribuna especificamente preparada para a cerimónia da sua inauguração. Novamente o ministro do Interior assumiu a presidência da mesa, ladeado pelo governador civil, reitor da Universidade de Coimbra, familiares de Costa Simões e outras individualidades expressamente convidadas para o efeito.

O magnífico reitor da Universidade de Coimbra, ainda antes do início da cerimónia, dirigiu-se ao monumento e ali puxou o pano de seda amarela, símbolo da faculdade de medicina de que Costa Simões foi professor, e descerrou o seu busto, para encanto e admiração de todas as pessoas presentes. Repentinamente, ouvira-se o ribombar de muitos foguetes e foram colocados sobre o monumento lindos ramos de flores, enquanto as bandas de música presentes entoavam hinos de louvor. Foi um momento de grande alegria e grandiosidade para o concelho da Mealhada.

Minutos depois, o presidente da Câmara pediu um minuto de silêncio em homenagem à memória de Costa Simões, que foi religiosamente cumprido.

Seguidamente, iniciaram-se os discursos de circunstância ao acto, personalidade e obra de Costa Simões. Abriu a cerimónia, mais uma vez, o presidente da Câmara, Dr. António Breda, seguindo-se-lhe o Dr. Alberto Rego, representante das freguesias de Chão de Couce, Pousa Flores e Aguda; o Dr. José Pereira Barata, representante das freguesias de Avelar e Mações de D. Maria; Alberto Lacerda, em representação da Sociedade da Água de Luso; o Prof. Doutor Geraldino Brites, em representação da Faculdade de Medicina de Coimbra; o Prof. Doutor Fezas Vital, em representação da Universidade de Coimbra; o governador civil de Aveiro e por fim o ministro do Interior, que representava o governo.

Finda a cerimónia, novamente todos os convidados se dirigiram ao salão nobre da Câmara, onde lhes foi servido e a cerca de mais de cem pessoas, um magnífico *copo de água*. Neste, usaram ainda da palavra, em brindes de circunstância, mais dirigidos ao promotor do monumento e aos elementos da comissão da sua inauguração, o presidente da Câmara, o governador civil de Aveiro, o Dr. João Nóbrega Araújo, o reitor da Universidade de Coimbra e, finalmente, o ministro do Interior, que essencialmente agradeceu a carinhosa manifestação de que foi alvo no concelho da Mealhada, onde foram dadas vivas ao governo, ao presidente da República, ao governador civil e à família do homenageado.

A festa popular prosseguiu na rua, divertindo-se as pessoas com a tourada que, ao fim da tarde, se realizou na Praça de Touros, então existente na Mealhada, junto às instalações que são hoje pertencentes ao Instituto da Vinha e do Vinho⁶⁵.

Em sessão de 12.09.1928, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Mealhada, constituída pelo seu presidente, Dr. António Antunes Breda, e pelos vogais Basílio Fernandes Jorge, Manuel Alves Diniz e José Miranda, deliberou, sob proposta do presidente, “que ficasse consignado na acta um voto de agradecimento ao Exm.^o Presidente do Ministério do Interior, General José Vicente de Freitas, pela subida honra que deu ao concelho, visitando-o no dia 9 do corrente e assistindo à sessão de homenagem que se realizou pela inauguração do monumento ao sábio Dr. Costa Simões, benemérito deste concelho a quem se devem os Paços Municipais e o Hospital da vila”.

Deliberou mais a Comissão “agradecer igualmente ao Exm.^o sr. governador civil de Aveiro, ao Prof. Doutor Fezas Vital, ilustre reitor da Universidade de Coimbra, e ao Prof. Doutor Geraldino Brites, representante da Faculdade de Medicina e sucessor do homenageado na cadeira de Histologia, pela subida honra que também deram a este concelho assistindo à sessão de homenagem ao saudoso Dr. Costa Simões”.

Resolveu ainda a Comissão “dar conhecimento desta deliberação aos indivíduos supramencionados”⁶⁶.

Adelino de Melo viria a receber, posteriormente, variada correspondência de múltiplos pontos do país e referências a várias “locais” da imprensa regional e até nacional, de felicitações pela sua iniciativa de promover tão importante homenagem a Costa Simões.

O busto em gesso, que serviu de modelo ao busto em bronze que encima o pedestal do monumento, foi oferecido por Adelino de Melo à Junta de Freguesia da Vacariça, a fim desta o mandar colocar na escola do sexo masculino da sede daquela freguesia.

Compreende-se a simbologia do pensamento de Adelino de Melo: é que Costa Simões, como ele próprio afirmou, estudou as primeiras letras e, posteriormente, o latim e outras disciplinas que constituíam o currículo académico que o levou a ingressar na Universidade, na Vacariça; por outro lado, Costa Simões será sempre uma referência a seguir por todas as gerações de estudantes no futuro.

⁶⁵ *Bairrada Elegante*, n.ºs 253, de 01.10.1928, 325, de 09.09.1931 e 597, de 17.10.1944.

⁶⁶ Acta da Câmara Municipal da Mealhada de 12.09.1928.

Deste modo, é necessário que os actuais membros da autarquia da Vacariça façam cumprir rigorosamente o legado deixado por Adelino de Melo e mantenham exposto, na escola da Vacariça, o referido busto, porque o contrário seria profanar o espírito e os objectivos do autor de tal legado.

A *maquete* do monumento foi oferecida, também por Adelino de Melo, ao Hospital da Mealhada, de cuja Misericórdia foi mesário, em homenagem a Costa Simões, por este ter sido o impulsionador da sua construção, pelo que, actualmente, faz parte do património da Santa Casa da Misericórdia⁶⁷.

No primeiro centenário após a morte:

A Santa Casa da Misericórdia iniciou as comemorações no dia 26.11.2002, com o sentimento, por parte dos seus corpos gerentes, de grande gratidão para com Costa Simões por ter sido ele o autor moral da sua fundação em 15.10.1906. Com efeito, Costa Simões obteve da benemérita D. Maria José Augusta Barata da Silva, de Coimbra, um donativo para a construção do Hospital de Santa Maria da Mealhada, mas com a condição de tal Hospital ser administrado por uma Santa Casa da Misericórdia, que na altura não estava criada. Costa Simões viria a falecer antes da inauguração do Hospital, ocorrida em 12.08.1906, mas deixou colaboradores a quem recomendou a última das suas obras e a fundação da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada.

As comemorações do dia 26.11.2002 obedeceram a um difuso e cuidado programa: após o almoço, foi realizada uma romagem ao cemitério da Mealhada, junto do mausoléu do homenageado, recentemente recuperado por aquela entidade de solidariedade social, onde foram depositados ramos de flores e prestadas as devidas homenagens na presença de um piquete do corpo de Bombeiros Voluntários da Mealhada, de várias autoridades representativas das autarquias locais do concelho e de algumas associações, bem como de representantes da Reitoria da Universidade de Coimbra, da sua Faculdade de Medicina, do seu Instituto de Histologia e Embriologia, dos Hospitais da mesma Universidade, da Câmara Municipal de Coimbra, de vários familiares (entre os quais, a D. Joana Alegre, residente na Mealhada, o Dr. José Augusto Korth Brandão, residente em Lisboa, ambos sobrinhos-trinetos de Costa Simões, por serem trinetos da sua irmã Justina Cãn-

⁶⁷ *Bairrada Elegante*, n.º 597, de 17.10.1944, pág. 7.

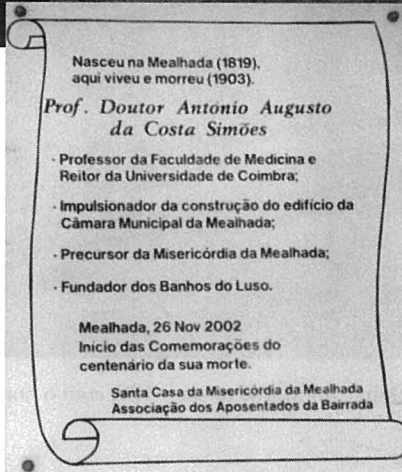
dida Costa Simões, e Dr. José Vaz Taveira de Sá Costa Simões, residente na freguesia de Aguda, do concelho de Figueiró dos Vinhos, que é sobrinho-bisneto, por ser bisneto do irmão de Costa Simões, Dr. Joaquim Augusto da Costa Simões), de muito povo anónimo e ainda de representantes do bispado de Coimbra e do clero do arceprelado concelhio.

Usaram da palavra, na cerimónia, um representante de Misericórdia e o promotor das comemorações, Dr. Branquinho de Carvalho, lembrando este, através da sua leitura, a prédica que, no dia do préstito fúnebre do homenageado, naquele local, havia sido proferida pelo último Presidente da 1.^a República, Dr. Bernardino Machado.



Residência do Professor Costa Simões na Quinta do Murtal no séc. XIX, com o homenageado à janela.

Depois de uma visita às diversas valências da Misericórdia, procedeu-se ao descerramento de uma lápide na parte exterior da residência que foi do homenageado, na Quinta do Murtal, onde, mais uma vez, usou da palavra um representante da Misericórdia e o Prof. Doutor Nicolau Raposo, representante da Reitoria da Universidade de Coimbra, que também descerrou a lápide; de seguida, foi proporcionada



Descerramento de uma lápide fixada na residência do Professor Costa Simões na Quinta do Murtal, pelo Professor Nicolau Raposo (26.11.2002).

Foto Rei

pelos actuais moradores da residência, D. Joana Alegre e marido, Dr. Pires dos Santos, familiares do homenageado, uma visita ao seu interior, onde ainda são marcantes os traços da idiossincrasia do seu fundador, complementada de um beberete.

Após esta visita, foi rezada na Capela de Sant'Ana, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, uma missa por alma do homenageado, presidida pelo representante do bispado de Coimbra, acolitado pelos párcos do arceprelado do concelho.

À noite, foi realizada, no Cine-Teatro da Mealhada, uma grande cerimónia solene, precedida por um breve apontamento musical do Grupo Coral Magister da Mealhada, de grande simbolismo afectivo que, já atrás deixámos explicado. Nesta cerimónia, dirigida pelo presidente da assembleia geral da Misericórdia, Dr. Manuel Jacinto Gaspar da Silva, usaram da palavra, para explicar o sentido da sua realização, o respectivo

provedor, João Batista Moreira Peres, a presidente da AAB, Dr.^a Rosa Branca, o promotor das comemorações, Dr. Branquinho de Carvalho, e o autor destas memórias, que fez a intervenção de fundo, sob a epígrafe *O Prof. Doutor António Augusto da Costa Simões, o Homem e a Obra*. Nela, em breves traços, se deu a conhecer, tanto quanto possível, à vasta e ilustríssima plêiade de assistentes, a verdadeira personalidade, a actividade científica, académica e social do homenageado, que foram sintetizadas em três expressões simples: ***inteligência, dignidade e muito trabalho*** e traduzida a sua obra social com um epíteto apenas, o de ***reformador***, que foi aquilo que o grande Mestre sempre foi no desenrolar de toda a sua vida.

A Câmara Municipal da Mealhada, consciente da notável obra social que Costa Simões impulsionou na área do seu concelho, logo após as cerimónias empreendidas pela Santa Casa da Misericórdia, mandou imprimir, em ligação com a Junta de Freguesia da Vacariça, para ser publicamente distribuída aquando das comemorações dos 1000 anos após o aparecimento da primeira notícia documental do mosteiro daquela localidade (30 de Novembro de 1002), uma das suas principais obras literárias, em edição *fac-similada*, *História do Mosteiro da Vaccariça e da Cerca do Bussaco*, que havia sido oferecida pelo respectivo autor ao Instituto de Coimbra, de quem foi sócio efectivo e presidente, e que aquele Instituto publicou em 1855.

Em Julho de 2003, coube a vez à referida Câmara Municipal da Mealhada de executar o programa por si delineado relativamente às comemorações, sendo tomado em conta que foi no dia 7 de Julho de 1895 que foi realizada a cerimónia do lançamento da primeira pedra da construção do edifício dos seus actuais Paços do Concelho. Este foi erigido sob o impulso de Costa Simões, que angariou, na época, todo o capital necessário à obra e à elaboração dos seus estudos e projectos, que foram con-





Paços do Concelho da Mealhada nos finais do séc. XIX.

cebidos pelo arquitecto Hans Dickel, que, segundo se supõe, era de nacionalidade sueca ou holandesa, a pedido do Mestre.

Assim, estas comemorações iniciaram-se no dia 05.07.03, à tarde, com a abertura, no salão nobre do Cine-Teatro da Mealhada, de uma significativa exposição intitulada *Obra e Personalidade de Costa Simões*, organizada em conjunto pela CM e pela AAB, onde estiveram presentes: entre outras entidades e povo anónimo, vários representantes da Câmara Municipal da Mealhada; da AAB; o director do Instituto de Histologia e Embriologia da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Vasco Bairos, bem como o vereador da cultura da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Mário Nunes, e ainda representantes da Fundação de Nossa Senhora da Guia de Avelar e da Junta de Freguesia da mesma localidade, do concelho de Ansião. Na cerimónia, usaram da palavra: o promotor das comemorações, Dr. Branquinho de Carvalho; o representante da delegação de Avelar, José Carreira; o vereador do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Mário Nunes, e o presidente da Câmara Municipal da Mealhada, prof. Carlos Cabral, todos realçando a personalidade e a vasta obra deixada por



Abertura da exposição intitulada *Obra e personalidade de Costa Simões*, que esteve patente no salão nobre do Cine-Teatro da Mealhada (5.7.2003). Foto: Dr. Mário Saraiva

Costa Simões, quer na Mealhada e em Coimbra, quer na vila de Avelar, onde o Mestre impulsionou a construção do seu hospital.

Na exposição, patente ao público durante quinze dias, puderam ser admirados: além de muitos dos livros pertencentes ao seu vasto espólio científico, académico e literário, vários dos seus retratos que se encontram disseminados por vários edifícios públicos ou instituições privadas, onde a obra de Costa Simões se fez sentir; vário material oriundo da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, a primeira a surgir em Portugal e que foi fundada pelo Mestre; documentação escrita variada produzida por Costa Simões em organismos públicos e privados em que a sua influência se fez notar; trabalhos produzidos pelos alunos da escola EB 2 e 3 da Mealhada, a única que aderiu ao projecto das comemorações, e ainda as insígnias académicas (borla e capelo) do homenageado, a sua máscara mortuária, moldada em gesso, e o álbum, capeado a prata, que lhe foi oferecido por todos os alunos da Faculdade de Medicina, aquando da festa académica que lhe foi oferecida na altura da sua jubilação, que são autênticas

reíquias que o Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra guarda religiosamente nas suas instalações.

Na noite do mesmo dia 5 de Julho, foi realizado, no Cine-Teatro Messias, um concerto comemorativo do centenário do falecimento de Costa Simões, onde participaram o Grupo Vocal e Instrumental e o Coro do Grupo Coral Magister da Mealhada e ainda a Orquestra de Câmara de Coimbra, dirigidos pelos respectivos maestros profs. Celestino Ortet e Virgílio Caseiro.

No dia 7 de Julho, à tarde, foi realizada, no salão nobre dos Paços do Concelho, uma sessão solene que foi ao mesmo tempo rememorativa da cerimónia ocorrida no dia 7 de Julho de 1895, data em que Costa Simões foi convidado pela Câmara Municipal de então a lançar a primeira pedra das obras daquele edifício, e difundida uma medalha mandada cunhar pelo actual órgão executivo referente a tal evento. Nesta sessão, dirigida pelo presidente da Câmara, prof. Carlos Cabral, estiveram presentes vários membros deste órgão e do órgão deliberativo, representantes das várias autarquias do concelho, da AAB, da Reitoria da Universidade de Coimbra, da Faculdade



Sessão solene realizada nos Paços do Concelho da Mealhada (7.7.2003).

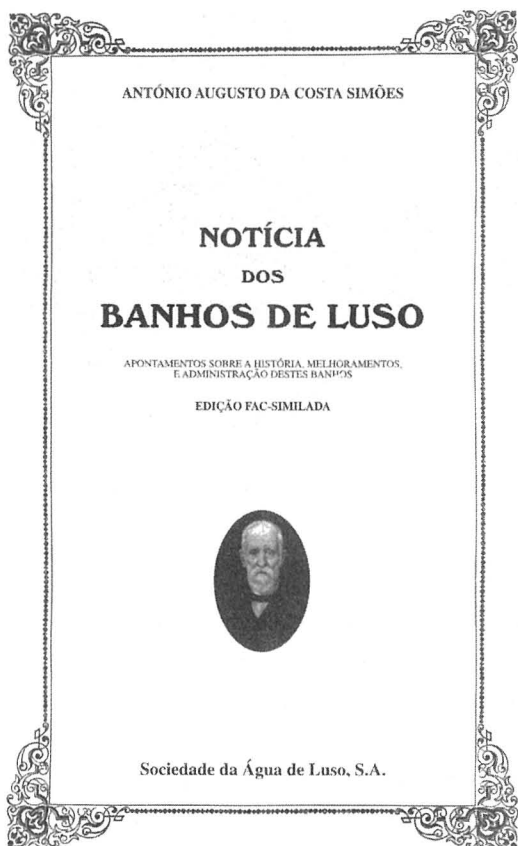
Foto: Dr. Mário Saraiva



Medalha comemorativa do centenário da morte do Professor Costa Simões. 2003.

de Medicina, da família do homenageado, vários professores universitários, alguns naturais da Mealhada, e elementos do povo anónimo. Nela usaram da palavra: como representantes da AAB, a prof^a. Corália Canas, presidente da direcção, os Drs. Brinquinho de Carvalho e o autor desta memória; como representante da actual Reitoria da Universidade de Coimbra, o pró-reitor, Prof. Doutor João Gouveia Monteiro, e, da anterior, o Prof. Doutor Nicolau Raposo e, finalmente, o presidente da Câmara Municipal da Mealhada. Mais uma vez, foi relembrada a vasta obra de Costa Simões no concelho da Mealhada e o complexo e difícil processo da construção do actual edifício dos Paços do Concelho e o papel decisivo que nele representou o Mestre e ainda um vereador, que depois viria a ser presidente interino da Câmara, que foi o jurista Dr. Manuel Duarte Pega.

De seguida e como corolário desta sessão solene, foi realizada, junto do monumento a Costa Simões, mandado erigir em 1928, no Jardim Municipal, por subscrição pública, sob a iniciativa de Adelino de Melo, da Vacariça, uma cerimónia, com a colocação de uma lápide, descerrada pelo presidente da Câmara, simbolicamente auxiliado por uma das várias crianças - representando o futuro - que se encontravam junto do monumento e com a deposição, na sua base, de um ramo de flores, pela vice-presidente da Câmara, Dr.^a Filomena Pinheiro.



2. No Luso:

Aderiram ao projecto do GT da AAB, a “Sociedade da Água de Luso”(SAL) e as Juntas de Turismo Luso-Buçaco e de Freguesia do Luso.

A primeira, por Costa Simões ter sido o grande impulsionador da reforma dos Banhos de Luso, que deu origem à constituição da *Sociedade para o Melhoramento dos Banhos de Luso*, fundada em 25 de Agosto de 1852, embora a respectiva escritura com a Câmara Municipal da Mealhada só tivesse sido formalizada em 14 de Janeiro de 1854, que seria a génese da actual “Sociedade da Água de Luso”. Esta, além de ter tomado a iniciativa de mandar imprimir, em edição *fac-similada*, a obra que Costa Simões publicou em 1859, intitulada *Notí-*

cia dos Banhos de Luso, que é, em suma, a historiografia da reforma atrás referenciada e dos primeiros passos da actividade da jovem sociedade então constituída, tomou parte nas comemorações que se destinaram a rememorar não só a data da constituição da referida sociedade como, ao mesmo tempo, a culminar o encerramento do 150.^o aniversário da SAL, iniciado precisamente na mesma data do ano anterior.

As Juntas de Turismo Luso-Buçaco e de Freguesia do Luso aderiram à iniciativa como reconhecimento ao grande Mestre por tudo o que este fez em prol do progresso da sua terra, que, na altura, era um pequeno lugarejo encravado nas faldas da serra do Buçaco, para, logo nos finais do séc. XIX, ser considerado um dos primeiros pólos termais do país e as suas águas reputadas, por especialistas estrangeiros, como umas das melhores do mundo.



Fonte de S. João no Luso

Como o dia 25 de Agosto de 2003 coincidiu com uma segunda-feira, as comemorações foram antecipadas para o sábado, dia 23.08.2003, que, por feliz coincidência, era a data em que o Prof. Costa Simões, se vivo fosse, perfazia 184 anos de idade, visto ter nascido a 23.08.1819.

O programa iniciou-se às 18 horas daquele dia com uma sessão solene realizada no Auditório do Grande Hotel das Termas, propriedade da SAL, presidida pelo seu administrador delegado, Dr. Barreiros Cardoso, na qual estiveram presentes: o presidente da Câmara Municipal da Mealhada, prof. Carlos Cabral, e vários dos seus vereadores e o presidente de Assembleia Municipal, Dr. Rui Marqueiro; representantes da AAB; o provedor da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, João Batista Moreira Peres; representantes da família do homenageado; representantes das Juntas de Turismo Luso-Buçaco e da Freguesia do Luso e mais de uma centena de ilustres convidados da SAL e ainda representantes da imprensa local.

A sessão principiou com uma intervenção do administrador-delegado da SAL, Dr. Barreiros Cardoso, que historiou o aparecimento da sua génese “Sociedade para o Melhoramento dos Banhos de Luso”, o papel preponderante que nela teve o homenageado e os seus colaboradores directos, a sua evolução e influência no desenvolvi-

mento do Luso, a tal ponto de hoje a SAL ser considerada a maior empresa do concelho e a principal e mais progressiva empresa de águas do país.

O promotor das comemorações, Dr. Branquinho de Carvalho, fez, em síntese, a apresentação da obra *fac-similada*, *Notícia dos Banhos de Luso*, da autoria do Prof. Costa Simões, o contexto em que tal obra foi elaborada e a influência exercida por aquele Mestre e os seus colaboradores, Prof. Doutor Francisco António Dinis, Dr. Alexandre de Assis Leão e Manuel de Azevedo Júnior, “Barão de Luso”, na génese do termalismo e posterior desenvolvimento da vila do Luso.

Teve igualmente participação, como elemento do GT da AAB, o autor destas memórias que realçou a juventude de Costa Simões, que tinha apenas 30 anos de idade e ainda não tinha iniciado a sua carreira académica, quando se abalçou a esta reforma dos Banhos de Luso; acentuou a sua influência no acelerado progresso daquela vila, criando nas suas gentes um sentimento de bairrismo, muitas vezes exacerbado, como é exemplo aquele que as levou a pedirem ao governo central de Lisboa, quando ainda não tinha sequer passado um mês após a implantação do regime republicano no país, em 05.10.1910, a sua constituição em concelho autónomo do da Mealhada, com sede no Luso, sem conhecimento prévio dos seus autarcas. Referiu ainda a circunstância de nem sempre, entre a Câmara Municipal da Mealhada e a Sociedade concessionária do estabelecimento termal, ter havido, ao longo dos últimos 150 anos, a melhor cultura de entendimento, como é exemplo o conflito existente entre 1909 e 1916 e o surgido na última década, ambos com necessidade de recurso aos Tribunais, este último finalmente terminado, recentemente, com um acordo entre aquelas duas entidades que se espera seja para perdurar por muitos anos, porque o contrário seria desvirtuar e profanar todo o espírito inculcado por Costa Simões na reforma dos Banhos de Luso e no progresso desta terra e do seu concelho, que ele tanto amou.

Encerrou a sessão o presidente da Câmara Municipal da Mealhada, realçando a importância que para a economia do concelho teve, ao longo dos últimos 150 anos, a Sociedade impulsionada por Costa Simões e anunciando publicamente o fim do litígio entre o Município e a SAL sobre a concessão do estabelecimento termal e a repercussão que irá ter, futuramente, no desenvolvimento do concelho e do Luso.

As comemorações prosseguiram com a colocação de placas toponímicas na “Rua Doutor Costa Simões”, cuja denominação foi atribuída em 19.04.1888 pela Câmara Municipal da Mealhada como reconhecimento por tudo quanto aquele Mestre fez em prol da povoação do Luso, e ainda com a inauguração de um documento-memória,

em pedra calcária, de homenagem ao mesmo Mestre, colocada nos jardins da Av. Emídio Navarro.

A colocação de ambos estes documentos coube à iniciativa conjunta das Juntas de Freguesia do Luso e de Turismo do Luso-Buçaco.

À hora do jantar, foi servido a todos os convidados, pela SAL, um requintado “cocktail”, no Grande Hotel do Luso. À noite, no salão do Casino, a mesma SAL encerrou as comemorações, oferecendo a todos os seus convidados e a quantos conseguiram lugar naquele bonito espaço um “Concerto Comemorativo do Encerramento do

150.º Aniversário da SAL e de Homenagem ao Doutor Costa Simões no Centenário da sua Morte”, que foi designado por *Génios da Música Europeia*, no qual intervieram vários dos nossos mais reputados intérpretes da música lírica.

A Câmara Municipal da Mealhada, em conjunto com a AAB, deu por encerradas as comemorações no concelho, no dia 09.09.2003, pelas 18 horas, colocando uma lápide na base do lado poente do monumento a Costa Simões existente no Jardim Municipal, destinada a comemorar os 75 anos do referido monumento. Este foi construído, por subscrição pública, por iniciativa de Adelino de Melo, ao tempo director, proprietário e redactor do jornal concelhio *Bairrada Elegante*. Esta cerimónia foi uma maneira reflexa de homenagear aquele jornalista, não só pela sua iniciativa, mas também por toda a actividade jornalística desenvolvida, durante 48 anos seguidos, na defesa dos interesses do concelho.

Estiveram presentes nesta cerimónia, além do presidente da Câmara da Mealhada e de alguns vereadores, em representação do Município, representantes da AAB



Inauguração de um documento-memória em homenagem ao Professor Costa Simões, colocado nos jardins da Av. Emídio Navarro no Luso (23.8.2003).

Foto: Dr. Mário Saraiva

e elementos do seu Grupo de Trabalho, familiares de Costa Simões e de Adelino de Melo e diversificados componentes do povo anónimo do concelho e representantes da imprensa local.

A cerimónia foi aberta com uma intervenção de fundo lida pelo presidente do GT, Dr. Branquinho de Carvalho, na qual, circunstanciadamente, historiou: a génese do Monumento a Costa Simões, o papel do seu promotor e a adesão da população a tal iniciativa; o cerimonial no dia da sua inauguração em 09.09.1928, cujo ano coincidia com o primeiro quartel do decesso do laureado, e o significado da cerimónia que estava a decorrer, que era ao mesmo tempo uma homenagem a Adelino de Melo, não só pela sua iniciativa, mas também por tudo o que fez em prol dos interesses do concelho.

Complementou esta intervenção o autor desta memória, acentuando o contraste de sentimentos que a figura ímpar de Costa Simões provocava no povo da sua terra: um sentimento de profunda dor, de consternação e de perda irreparável aquando do seu passamento há cem anos; um sentimento de júbilo e de grande alegria, acompanhado de grande foguetório e de festa popular aquando da inauguração do seu monumento, vinte e cinco anos depois, e agora novo sentimento de alegria, de regozijo e de reconhecimento para com aqueles que não permitiram que a sua memória fosse esquecida e continuasse a ser exemplo para todos os vindouros. Realçou ainda o papel da benemerência emigrante mealhadense do Brasil na obra ligada a Costa Simões: a benemerência impulsionada por Manuel de Azevedo Júnior, “O Barão de Luso”, na obra reformadora de Costa Simões no Luso, na Mealhada e na cidade de Coimbra, e a benemerência impulsionada por António dos Santos Clemente na construção do monumento erigido 25 anos depois da morte do grande Mestre. Destacou, finalmente, a personalidade de Adelino de Melo que, apesar de ser um homem simples, um autodidacta, soube escolher para esculpir o monumento a Costa Simões o grande artista conimbricense da época, João Augusto Machado Júnior, que era autor do altar da Sé da Guarda, do busto da 1.^a República da Conservatória do Registo Civil de Coimbra, do pedestal do monumento ao cons. José Luciano de Castro e aos Mortos da Grande Guerra, de Anadia, e do Brasão da Vacariça. E a prova de que a sua escolha foi correcta demonstra-o a beleza do próprio monumento, que ainda hoje é admirada por quem o contempla.

A lápide descerrada contem os seguintes dizeres: *ADELINO MELO teve a iniciativa da construção deste monumento, por subscrição pública. 75 anos depois lhe agradecemos. A Câmara Municipal da Mealhada e a Associação de Aposentados da Bairrada. 09.09.2003.*

Um familiar de Adelino de Melo procedeu ao descerramento da lápide, assim terminando o reconhecimento mínimo do que o concelho deve à actividade do jornalista, investigador histórico, publicista e desenhador, que Adelino de Melo foi até à sua morte, ocorrida em 13 de Julho de 1949.

A CM da Mealhada, posteriormente a este encerramento das cerimónias no concelho, ainda mandou imprimir, em edição *fac-similada*, o opúsculo publicado em 1944, pelo jornal regional “Bairrada Elegante”, em homenagem a Costa Simões, a fim de ser divulgado pela comunidade estudantil das escolas do concelho, para que estas fiquem a ter um conhecimento mais preciso de quem foi o Mestre e as repercussões da sua obra na área do nosso Município.

3. Em Coimbra:

Aderiram ao projecto do GT da AAB os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), a Câmara Municipal e a Reitoria da Universidade.



Evocação da obra do Prof. Doutor Costa Simões que decorreu nos Hospitais da Universidade de Coimbra em 30.9.2003.

Os HUC, aproveitando as comemorações do dia de S. Jerónimo, seu Padroeiro, realizadas a 30. 09.2003, no seu Auditório, fizeram incluir no seu programa uma *Evocação da obra do Prof. Doutor Costa Simões*, a qual foi feita pelo seu director, Prof. Doutor Nascimento Costa. Este, após se ter congratulado pela presença, naquela sessão, da representação do GT da AAB, a quem dirigiu os seus encómios pela tarefa a que lançou mãos de não deixar esquecer a memória de Costa Simões, numa época em que tais hábitos e valores estão tão em desuso na sociedade actual, fez uma profícua incursão sobre a obra em geral de Costa Simões, mas com especial incidência na sua actividade como primeiro administrador daquele centro hospitalar e seu reformador, o que não conseguiu na totalidade, devido às dificuldades económicas na altura existentes.

A par desta evocação, numa sala junto ao átrio do Auditório, foi aberta ao público uma exposição, em que se puderam admirar várias das obras publicadas por Costa Simões referentes à administração hospitalar e ainda as suas insígnias académicas e a sua máscara mortuária, relíquias estas cedidas pelo Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina, a quem pertencem.

A Câmara Municipal de Coimbra realizou as celebrações do centenário do falecimento de Costa Simões, no dia 18.10.2003.

Assim, por volta das 16 horas, teve lugar a cerimónia do descerramento da placa toponímica na “Rua Costa Simões”, que hoje está situada no troço que vem da rotunda Mota Pinto, em frente à entrada dos HUC, até à rotunda que, a poente daquela, dá acesso à circular externa da cidade. Nesta cerimónia, presidida pelo vereador do pelouro da cultura da CM de Coimbra, Dr. Mário Nunes, estiveram presentes: representantes do GT da AAB; vários familiares de Costa Simões; o vereador da cultura da CM da Mealhada, prof. Ferraz da Silva; vários elementos do povo anónimo da Mealhada; vereadores da CM de Coimbra; vários dos seus funcionários e elementos da comissão de trabalho do mesmo município organizadora das comemorações, chefiada pela Dr.^a Ana Patrício, e ainda representantes da imprensa regional de Coimbra e da Mealhada, entre os quais do “Jornal da Mealhada”.

Usou da palavra, depois de ter descerrado, juntamente com o presidente do GT da AAB, Dr. Branquinho de Carvalho, a placa toponímica da rua, o Dr. Mário Nunes, que, em breves mas adequadas palavras, deu a conhecer a todos os presentes a obra de Costa Simões à frente dos destinos do Município de Coimbra; relatou ainda a historiografia da “Rua Costa Simões”. Com efeito, já em 1913, a CM de Coimbra havia atribuído o nome de Costa Simões a uma rua situada na velha alta da cidade, mandada



Descerramento de uma placa toponímica na Rua Costa Simões em Coimbra (18.10.2003).
Foto Dr. Mário Saraiva

demolir pelo governo do Estado Novo. Para colmatar tão flagrante injustiça, em 1987, a CM voltou a atribuir o nome de Costa Simões e a do Prof. Doutor Gouveia Monteiro, também ele antigo reitor da Universidade de Coimbra, ao troço que vem da rotunda junto à Fucoli até à rotunda Mota Pinto, situada à entrada para os HUC. Após as comemorações do 1º centenário do decesso de Costa Simões, o nome deste foi atribuído ao troço que liga a rotunda Mota Pinto até à rotunda, situada a poente daquela, na qual vem entroncar a circular externa da cidade. Ao troço que parte desta rotunda até à Fucoli, foi atribuído o nome do Prof. Doutor Gouveia Monteiro.

Finalizada esta cerimónia, as comemorações prosseguiram, pelas 17 horas, no átrio dos Paços do Concelho, onde teve lugar a actuação da Tuna de Medicina da Universidade de Coimbra, que interpretou variados números do seu repertório e, no final, os seus elementos prestaram simbólica homenagem à memória de Costa Simões, tal como muitas vezes o fizeram, pessoalmente, os estudantes da mesma Universidade, em finais do séc. XIX, depois da cessação das funções de reitor daquele Mestre, na sua residência, na Quinta do Murtal, na Mealhada.

Seguidamente, no mesmo átrio, foi inaugurada, pelo senhor presidente da CM de Coimbra, Dr. Carlos da Encarnação, e na presença de várias individualidades convidadas e povo anónimo, uma exposição subordinada ao tema: *Costa Simões – o Político, o Médico e o Professor*, na qual puderam ser admiradas várias obras académicas e documentos relacionados com a sua actividade à frente dos destinos do Município e ainda as suas insígnias académicas, cedidas pelo Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina.

No salão nobre dos Paços do Concelho, teve lugar, pouco tempo depois, uma significativa sessão solene, que foi presidida pelo senhor presidente da CM de Coimbra, ladeado pelo presidente da CM da Mealhada, prof. Carlos Cabral, pelo pró-reitor da cultura da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor João Gouveia Monteiro, pelo Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca, da Faculdade de Letras da mesma Universidade e pelo presidente do GT da AAB, Dr. Branquinho de Carvalho.

A esta sessão assistiram várias individualidades convidadas, entre os quais o Prof. Doutor Vasco Bairos, director do Instituto de Histologia e Embriologia, vários autarcas, familiares de Costa Simões, representantes do GT da AAB e vários sócios desta associação, funcionários da CM de Coimbra e povo anónimo, quer de Coimbra, quer da Mealhada.

Nela, usaram da palavra: O Dr. Branquinho de Carvalho, como representante do GT da AAB, que relembrou a obra de Costa Simões em Coimbra e na Mealhada, considerando que foi a maior personalidade deste último concelho e, pedindo desculpa pela provocação, talvez uma das maiores da cidade de Coimbra; agradeceu, em nome da AAB, à CM de Coimbra, por ter aderido a esta iniciativa de homenagear Costa Simões, no 1º centenário da sua morte, e pelo programa delineado para tal fim; revelou ter sido recentemente atribuído ao Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina o nome do grande Mestre e acabou lendo excertos da “Oração de Sapiência” do Prof. Doutor Sobral Cid respeitante a Costa Simões.

Seguidamente, para a intervenção de fundo da sessão, a convite da CM de Coimbra, foi concedida a palavra ao historiador, Prof. Doutor Fernando Taveira da Fonseca, que brindou os assistentes com uma brilhante alocução sobre Costa Simões, a que deu o sugestivo título: *O Doutor António Augusto da Costa Simões, um homem na confluência da cidade e da universidade*.

Nela, desenvolveu traços marcantes do perfil de Costa Simões e da sua obra, com especial incidência na que ele desenvolveu como presidente da CM de Coimbra, onde



Sessão solene realizada nos Paços do Concelho de Coimbra (18.10.2003).

Foto: Dr. Mário Saraiva

revelou o seu pendor organizativo e de reformador, na carreira académica, na de administrador dos HUC e ainda como reitor da UC.

Finalmente, encerrou a sessão o senhor presidente da CM de Coimbra, Dr. Carlos da Encarnação, que começou por manifestar o prazer de ter trabalhado com o presidente da CM da Mealhada na constituição da futura Área Metropolitana de Coimbra e agradeceu a lembrança que acabava de receber de um familiar de Costa Simões, D. Joana Alegre, de uma obra do espólio daquele Mestre, referente à tese de licenciatura do bisavô daquele autarca, Dr. Joaquim José Pais Junior, que também foi vereador da CM de Coimbra. Seguidamente, fez um elenco dos principais problemas que Costa Simões teve de enfrentar nos dois anos em que foi presidente da autarquia, chegando à conclusão que essas questões eram muito semelhantes às que ainda actualmente ele próprio tem de resolver como presidente do Município. Agradeceu a colaboração prestada pela AAB nas comemorações a Costa Simões e referiu-se à perspectiva da futura ligação da zona da Mealhada à de Coimbra, que permite enfrentar problemas comuns.

A Universidade de Coimbra e a sua Faculdade de Medicina homenagearam o emérito Professor em 26 de Novembro de 2003, com uma a exposição dedicada à

obra de Costa Simões na Sala de S. Pedro na Biblioteca Geral da Universidade, seguiu-se depois no auditório da Reitoria uma sessão solene. Por fim na Faculdade de Medicina foi descerrado o busto do Professor Costa Simões.

À noite houve um concerto de órgão na Capela da Universidade.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO⁶⁸

HOSPITAIS

HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Hospitais da Universidade de Coimbra: projecto de reconstrucção do Hospital do Collegio das Artes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

UCFM 15A 8-3-7

Projecto dos regulamentos internos dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877.

UCFM 15A 8-3-8/8A

Avisos da administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra para esclarecimento de algumas disposições dos regulamentos internos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1879.

UCFM 15A 8-3-10

⁶⁸ As obras descritas pertencem ao acervo bibliográfico da Biblioteca Central da Faculdade de Medicina. Um agradecimento especial é devido ao Exmo Senhor Dr. Branquinho de Carvalho que cedeu algumas espécies bibliográficas e iconográficas da sua colecção particular. Igualmente de salientar a colaboração da Santa Casa da Misericórdia da Mealhada e das Juntas de Freguesia da Mealhada e Vacariça pelo empréstimo de alguns objectos e fotografias; de agradecer ainda à Exma Senhora D. Joana Alegre, familiar do Professor Doutor Costa Simões, a cedência da carta de curso e demais diplomas.

Dietas e rações com aplicação aos Hospitais da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882.

UCFM 15A 8-3-35/35A

Noticia historica dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882.

UCFM 15A 8-3-63/63A

Regulamentos internos dos Hospitais da Universidade de Coimbra e anotações respectivas pelo administrador dos mesmos Hospitais... Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882.

UCFM 15A 8-3-61/61A

A justa defeza de uma aggressão injusta. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1884.

UCFM 15A 8-3-62-/62A

A refutação de um voto em separado do Sr. Dr. Lourenço d'Almeida Azevedo. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1884.

UCFM 15A 8-3-45/45A

As obras dos Hospitais da Universidade de Coimbra: aggressões e defeza... Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-56-/56A

As prepotencias de Coimbra no conflicto da carne d'Aveiro. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-62

A refutação da "carta" do Sr. Dr. Lourenço d'Almeida Azevedo: a carne d'Aveiro: 2.º appenso ao folheto As prepotencias de Coimbra. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-36/36A

A interpeação na Camara dos Pares: a carne d'Aveiro: 3.º appenso ao folheto As prepotencias de Coimbra. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-55/55A

A grande penuria dos Hospitaes da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1884.

UCFM 15A 8-3-54/54A

A penuria progressiva dos Hospitaes da Universidade de Coimbra... Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-46/46A

A minha administração dos Hospitaes da Universidade: uma gerencia de 15 annos, sob a reforma de 1870. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

UCFM 15A 8-3-17/17A

Abastecimento d'aguas em Coimbra (resumida historia d'este melhoramento) com applicação aos Hospitaes da Universidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889.

UCFM 15A 8-3-30/30A

Esgotos nas cidades e nos hospitaes (resumida apreciação dos principaes systems) com applicação aos Hospitaes da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1889.

UCFM 15A 8-3-31/31A

Construcções hospitalares (noções geraes e projectos) com referencia aos Hospitaes da Universidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1890.

UCFM 15A 8-3-18/18A

O novo Hospital da Universidade: projecto em esboço. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.

UCFM 15A 8-3-38/38A

Reconstrucções e novas construcções dos Hospitaes da Universidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

UCFM 15A 8-3-24/24A

Reconstrucções e novas construcções dos Hospitaes da Universidade de Coimbra. 2.^a edição com documentos officiaes da viagem de 1891 e um additamento. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898.

UCFM 15A 8-3-15-/15C

Aditamento ao livro Reconstrucções e novas construcções dos Hospitaes da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898.

UCFM 15A 8-3-59

Elaboração do projecto do Novo Hospital da Universidade de Coimbra: relatório apresentado à Comissão encarregada do seu estudo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.

UCFM 15A 8-3-50/51

HOSPITAL DE COLÉRICOS EM COIMBRA

Relatorio da Direcção do Hospital de Cholericos de N. S. da Conceição em Coimbra pelos Directores José Ferreira de Macedo Pinto e Antonio Augusto da Costa Simões. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1856.

UCFM 15A 8-3-33/33A

HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DO PORTO

Regulamentos internos do Hospital de Santo Antonio da Misericordia do Porto. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1883.

UCFM 15A 8-3-65/65A

O Hospital de Santo Antonio da Misericordia do Porto: Relatorio. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1883.

UCFM 15A 8-3-19/20

Um dos projectos de Hospitales Districtaes com applicação ao novo Hospital da Misericordia do Porto. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1884.

UCFM 15A 8-3-29-/29A

HOSPITAL DE MATOSINHOS

Novo Hospital de Matosinhos: noticia do projecto em começo de execução. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897.

UCFM 15A 8-3-58

Projecto do Hospital da Real Confraria do Bom Jesus de Mattosinhos... Porto: Officina Occidental, 1894.

UCFM 15A 8-3-11

HISTOLOGIA E FISIOLOGIA GERAL

Programma da cadeira de Histologia e de Physiologia Geral da Universidade de Coimbra para o anno lectivo de 1872-1873 e Catalogo da collecção de preparações microscopicas e dos apparatus de Physiologia Experimental desta cadeira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1873.

UCFM 15A 8-3-12

O registorador Chauveau do laboratorio de physiologia Experimental em Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885.

UCFM 15A 8-3-43/43A

Histologia e physiologia geral dos musculos. Secção I: Historia dos musculos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878.

UCFM 15A 8-3-25/25C

Gravidez extra-uterina de quarenta e tres annos: historia e apreciação. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1885.

UCFM 15A 8-3-64/64B

Manuscrito contendo 30 Lições de Clínica (Medicina operatória) e 11 Lições de Patologia Geral.

UCFM 15A 8-1-27

TOPOGRAFIA MÉDICA

Topographia medica das cinco villas e Arega ou dos Concelhos de Chão de Couce e Maçãs de D. Maria em 1848. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1860.

UCFM 15A 8-3-66-/66A

REFORMA DO ENSINO DA MEDICINA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Parecer sobre as reformas que julgo convenientes na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.

UCFM 15A 8-3-41

O ensino pratico na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880.

UCFM 15A 8-3-34/34B

REITORADO

Allocação do Reitor da Universidade... na solemnidade academica de 16 de Outubro de 1895. [Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895 ?].

UCFM 15A 8-3-53

Allocação do Reitor da Universidade... na solemnidade academica de 16 de Outubro de 1896. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

UCFM 15A 8-3-52

Projecto de Regulamento da Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.

UCFM 15A 8-3-37

Imprensa da Universidade: quadro do pessoal das officinas fixado em 17 de Agosto de 1896. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

UCFM 15A 8-3-57

A justa apreciação de uma causa injusta. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Pinheiro, 1899.

UCFM 15A 8-3-13

VIAGENS DE ESTUDO

Relatorios de uma viagem scientifica. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.

UCFM 15A 8-3-32/32B

Terceira viagem de estudo, em 1891: Hospitales portuguezes de construcção moderna. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1898.

UCFM 15A 8-3-14

Terceira viagem de estudo, em 1891: apontamentos registrados e uma lista das minhas publicações em livros e folhetos. Sep. Do livro “Hospitales estrangeiros de construcção moderna” allemães, belgas, suissos, italianos e hespanhoes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.

UCFM 15A 8-3-49-/49A

Terceira viagem de estudo, em 1891: Hospital Wallace em Paris. Sep. do livro “Hospitais estrangeiros de construção moderna”. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900.

UCFM 15A 8-3-47

Terceira viagem de estudo, em 1891: Hospital Boucicaut em Paris. Sep. do livro “Hospitais estrangeiros de construção moderna”. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1900.

UCFM 15A 8-3-48

Terceira viagem de estudo, em 1891: Hospitais estrangeiros de construção moderna alemães, belgas, suíços, italianos e hespanhoes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901.

UCFM 15A 8-3-16/16A

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Relatorio da Gerencia Municipal de Coimbra, nos dois annos decorridos, desde o 1.º de Janeiro de 1856 até ao ultimo de Dezembro de 1857. Coimbra: Imprensa Conimbricense, 1858.

UCFM 15A 8-1-31

BANHOS DE LUSO

Regulamentos dos banhos de Luso. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1859.

UCFM 15A 8-3-39

Noticia dos Banhos de Luso: apontamentos sobre a historia, melhoramentos e administração d'estes banhos, com duas estampas do edificio. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1859.

UCFM 15A 8-3-44/44A

PLANTAS E PROJECTOS

Da Exposição constam numerosas plantas de hospitais estrangeiros que terão sido recolhidas “in loco” pelo Professor Doutor Costa Simões nas suas viagens pela Europa, em busca de modelos a aplicar à realidade portuguesa. Destacam-se as plantas relativas aos hospitais de Berlim, Hamburgo, Berna, Antuérpia, Bruges, Bruxelas, Paris, Montpellier, Roma, Génova, etc. A 3ª viagem, realizada em 1891, deverá ter sido aquela em que coligiu mais material deste tipo. Estão igualmente patentes várias plantas de hospitais portugueses, nomeadamente da Mealhada, Anadia, São Pedro do Sul, Alvaiázere, Barcelos, Castanheira de Pera, Cantanhede, Covilhã, Penamacor, Avelar, Guarda e outros, alguns dos quais se encontram hoje, volvidos mais de cem anos, ainda em uso, embora tendo sido alvo de algumas adaptações e remodelações, como é natural.

Destaque especial é dado ao Hospital do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, cujas numerosas e repetidas versões estão anotadas pelo punho do professor nos mais ínfimos detalhes; o próprio mobiliário é alvo de considerações e esboços, assim como os numerosos objectos de uso doméstico destinados à assistência quotidiana a prestar aos doentes. De salientar também os projectos destinados ao Novo Hospital da Universidade que nunca chegou a ser construído.

Não podem deixar de mencionar-se os planos e projectos relativos ao Gabinete de Histologia que foram objecto de cuidadoso e atento estudo por parte do Professor.

As plantas relativas ao cemitério da Conchada constam igualmente deste acervo de projectos.

Todas estas plantas e projectos existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina, estão devidamente acondicionadas em armário próprio e descritas individualmente em Catálogo; para ele se remete qualquer outra informação complementar.

OBJECTOS DO GABINETE DE HISTOLOGIA

Da Exposição constam ainda vários objectos dos quais se destacam o microscópio binocular, (um dos três existentes no mundo), a borla e o capelo e a máscara mortuária do Professor Costa Simões, além de muitas outros documentos e equipamentos que o Professor Doutor Vasco Bairos, Director do Instituto de Histologia e Embriologia, disponibilizou para a Exposição.

Recentemente foi aprovada, em reunião de 11 de Setembro deste ano pelo Conselho Científico da Faculdade de Medicina, uma proposta deste Professor para que o referido Instituto passasse a designar-se Instituto de Histologia e Embriologia Professor Doutor Costa Simões, assinalando, assim, o centenário da sua morte.



1 2



9 0



IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS